



Universidade Federal
de São João del-Rei



DULCINÉA SILVA JERÔNIMO

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E DO *ETHOS* DE CIDADÃO NO
GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA
PORTUGUESA:
SOBRE O “LUGAR ONDE EU VIVO”**

PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Área de Concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador: Profa. Dra. Nádia D. F. Biavati

São João del-Rei

Março de 2021

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

J56c Jerônimo, Dulcinéa Silva .
A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E DO ETHOS DE CIDADÃO
NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA
PORTUGUESA : SOBRE O "LUGAR ONDE EU VIVO" / Dulcinéa
Silva Jerônimo ; orientadora Nádia D. F Biavati. --
São João del-Rei, 2021.
146 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei,
2021.

1. Ethos. 2. Artigo de Opinião. 3. Formação
Nominal. 4. Produção de sentidos.. I. Biavati, Nádia
D. F, orient. II. Título.



Universidade Federal
de São João del-Rei



DULCINÉA SILVA JERÔNIMO

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E DO *ETHOS* DE CIDADÃO NO
GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA
PORTUGUESA:
SOBRE O “LUGAR ONDE EU VIVO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em
Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como
Requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Letras.

Área de Concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador: Profa. Dra. Nádia D. F. Biavati

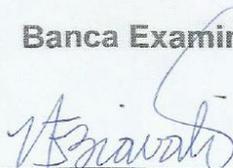
São João del-Rei

Março de 2021

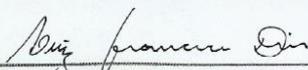
Dulcinéa Silva Jerônimo

A construção dos sentidos e do *ethos* de cidadão no
gênero artigo de opinião da Olimpíada de Língua
Portuguesa: Sobre o “lugar onde eu vivo”

Banca Examinadora



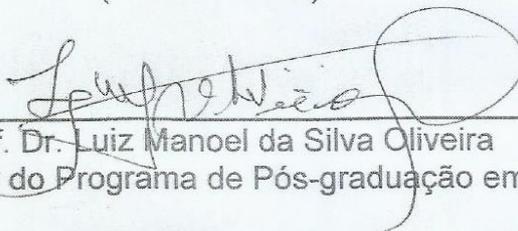
Prof.^a Dr.^a Nádya Dolores Fernandes Biavati – UFSJ
(Presidente/Orientadora)



Prof. Dr. Luiz Francisco Dias – UFMG
(Titular Externo)



Prof.^a Dr.^a Luciani Dalmaschio - UFSJ
(Titular Interna)



Prof. Dr. Luiz Manoel da Silva Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras

Março de 2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde e discernimento para todo o processo de aprendizado e de escrita, permitindo-me ser forte para concluir esta pesquisa que tanto significa para mim.

À minha orientadora Profa. Dra. Nádia D. F. Biavati, por todo conhecimento compartilhado e pela orientação tão atenta e empática. Obrigada por compreender a minha jornada enquanto mestrande, professora da rede particular e pública, esposa e mãe. Registro aqui a minha profunda admiração e o meu mais sincero agradecimento.

À profa. Dra. Luciani Dalmaschio, pelas caras sugestões disponibilizadas na qualificação externa e pelo privilégio de novamente poder contar com as suas considerações enquanto componente da banca examinadora desta Dissertação.

Ao prof. Dr. Luiz Francisco Dias, pela honra de sua presença como componente da banca desta Dissertação.

À minha família, em especial, ao meu marido, pelo apoio e pela compreensão incessantes.

Aos meus amigos, que tanto acreditam no meu potencial e conhecem tão bem os meus sonhos. Agradeço, em especial, à Carla e à Vic, pela generosidade e pelo acolhimento.

Ao PROMEL, por todo apoio, especialmente aos professores que tanto acrescentaram conhecimento e criticidade durante a minha formação.

RESUMO

Na presente pesquisa, analisamos as construções do *ethos* de cidadão que circulam nos Artigos de Opinião produzidos por alunos de escolas públicas para a Olimpíada de Língua Portuguesa (doravante OLP), a partir das condições de produção, dos interdiscursos, da identidade e da cidadania. Para tanto, fundamentamos a nossa pesquisa nos pontos de convergência entre os Estudos Discursivos e os Estudos Semânticos da Enunciação, os quais compreendem a língua, simultaneamente, não só como dados para a materialidade, mas também como um conjunto de já-ditos manifestados historicamente. Nessa conjuntura, tomamos como objeto as discursividades e a produção de sentidos sobre cidadania na OLP, destacando o *ethos* e a identidade dos concorrentes em seu modo de dizer sobre a cidade onde vivem. Assim, a relevância do nosso objeto está pautada na investigação dos modos de ser e atuar retratados pelos alunos, enquanto seres sociais que representam o lugar onde vivem por meio do gênero Artigo de Opinião. Acreditamos que a presente investigação nos levará à percepção das diferentes estereotípias que circulam no gênero produzido pelos alunos, de modo que, a partir das diversas representações do EU, construídas pelos estudantes, seja possível analisar as identidades que emergem das produções, os sentidos que as atravessam, bem como os interdiscursos que as constroem.

Palavras-chave: Ethos. Artigo de Opinião. Formação Nominal. Produção de sentidos.

ABSTRACT

In this research, we analyzed the constructions of the Citizen Ethos that circulate in the opinion pieces produced by students from public schools for the Portuguese Language Olympiad (PLO) based on the conditions of production, interdiscourses, identity and citizenship. To this end, we based our research on the convergence point between Discursive Studies and Semantic Studies of Enunciation, which understand the language, simultaneously, not only as data for materiality, but also a set of historically expressed statements. In this conjuncture, we took as object of study the discursivities and the meanings production about citizenship in the PLO, highlighting the competitors' ethos and identity in their way of saying about the city where they live. Thus, the relevance of our studied object is based on the investigation of the ways of being and acting portrayed by students as social beings who represent the place where they live through the opinion piece genre. We believe that this investigation will lead us to the perception of different stereotypes that circulate in the genre produced by the students, in a way that from diverse representations of the self, constructed by the students, it is possible to analyze the identities that emerge from the productions, the meanings that cross them, as well as the interdiscourses that build them.

Keywords: Ethos. Opinion Piece. Nominal Formation. Meanings Production.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Rede enunciativa 1	34
QUADRO 2	Formação nominal – <i>Cidadão apto</i>	36
QUADRO 3	Formação nominal – <i>Cidadãos potiguares</i>	36
QUADRO 4	Formação nominal – <i>Cidadãos que cultivam práticas racistas do tempo da escravidão</i>	37
QUADRO 5	Formação nominal – <i>Cidadãos que optam por não expressar sua opinião</i>	37
QUADRO 6	Formação nominal – <i>Cidadãos que podem ser acometidos de problemas gastrintestinais, anemia, danos no sistema nervoso central, disfunção renal, entre outros</i>	37
QUADRO 7	Posicionamento e a construção do <i>ethos</i>	61
QUADRO 8	Levantamento de dados – A construção do <i>ethos</i>	62
QUADRO 9	Recorte do <i>corpus</i>	63
QUADRO 10	Catologação do <i>corpus</i>	70
QUADRO 11	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 1	71
QUADRO 12	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 2	73
QUADRO 13	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 3	74
QUADRO 14	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 4	76
QUADRO 15	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 5	77
QUADRO 16	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 6	78
QUADRO 17	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 7	79
QUADRO 18	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 8	80
QUADRO 19	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 9	81
QUADRO 20	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 10	82
QUADRO 21	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 11	84
QUADRO 22	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 12	85
QUADRO 23	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 13	87
QUADRO 24	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 14	88
QUADRO 25	Ocorrências de primeira pessoa do singular no Artigo de Opinião 15	89
QUADRO 26	Ocorrências de construção do <i>ethos</i> no <i>corpus</i>	91
QUADRO 27	Rede enunciativa 2	94
QUADRO 28	Rede enunciativa 3	100
QUADRO 29	Rede enunciativa 4	106

QUADRO 30	Rede enunciativa 5	112
QUADRO 31	Rede enunciativa 6	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Caderno do Professor	42
FIGURA 2	A estrutura do argumento	51
FIGURA 3	Tabela para atividade de articulação	53
FIGURA 4	Roteiro para revisão textual	56
FIGURA 5	Proposta de descritores	58
FIGURA 6	Cidadão: cumprimento de normas e condutas	65
FIGURA 7	Cidadão: posse de direitos	66
FIGURA 8	Cidadão: ausência de privilégios	66
FIGURA 9	Cidadão: autoritarismo	67
FIGURA 10	Cidadão: falso patriotismo	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 POSTULAÇÕES TEÓRICAS	18
1.1 Análise do discurso francesa	20
1.2 Discursos na Enunciação	21
1.3 A construção do <i>ethos</i>: concepções e marcas na materialidade	23
1.4 A construção do aluno em identidade(s)	24
1.5 Cidadania com o protagonismo do <i>ethos</i>?	27
1.6 Interdiscurso e memória discursiva: reconfigurando dizeres e cidadania	28
<i>1.6.1 O processo avaliativo da OLP enquanto interdiscurso</i>	30
1.7 Referencial histórico e pertinência enunciativa	32
1.8 Formações nominais: um recorte das referências ao cidadão	34
2 OS PERCURSOS DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA	38
2.1 A busca do saber legitimado pela Olimpíada de Língua Portuguesa	40
<i>2.1.1 Oficina 1 – Argumentar é preciso?</i>	46
<i>2.1.2 Oficina 2 – Os movimentos da argumentação</i>	47
<i>2.1.3 Oficina 3 – Informação versus opinião</i>	47
<i>2.1.4 Oficina 4 – Questões polêmicas</i>	48
<i>2.1.5 Oficina 5 – A polêmica no texto</i>	49
<i>2.1.6 Oficina 6 – Por dentro do artigo</i>	50
<i>2.1.7 Oficina 7 – O esquema argumentativo</i>	50
<i>2.1.8 Oficina 8 – Questão, posição e argumentos</i>	52
<i>2.1.9 Oficina 9 – Sustentação de uma tese</i>	52
<i>2.1.10 Oficina 10 – Como articular</i>	53
<i>2.1.11 Oficina 11 – Vozes presentes no Artigo de Opinião</i>	54
<i>2.1.12 Oficina 12 – Pesquisar para escrever</i>	54
<i>2.1.13 Oficina 13 – Aprendendo na prática</i>	55
<i>2.1.14 Oficina 14 – Enfim, o artigo</i>	55
<i>2.1.15 Oficina 15 – Revisão final</i>	56

2.2 A avaliação como indício do saber legitimado	57
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	60
4 A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> DE CIDADÃO NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA	69
4.1 Um olhar para as marcas de 1ª pessoa	70
4.2 Um olhar para as FNs por meio das redes enunciativas: o caso do cidadão	93
4.3 O lugar das instituições na marcação da autoria – uma intersecção entre a AD e os Estudos Semânticos da Enunciação	111
<i>4.3.1 A representação do “lugar onde eu vivo” e a construção da cidadania</i>	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

O olhar da Análise do Discurso para as questões que perpassam o contexto escolar nos permite refletir acerca das ações sociais que emergem nesses/desses espaços. Dessarte, os documentos de orientação para a competição da envergadura da Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) destacam-se como fontes que refletem o modo como se percebe a realidade escolar, ao mesmo tempo em que projetam uma construção social do cidadão em relação ao lugar onde ele vive.

Diante dessa dimensão enunciativa, a Olimpíada de Língua Portuguesa afirma-se como integradora de um processo que orienta a produção escrita em sala de aula para fins da competição. Esse processo possibilita a construção e o posicionamento do aluno enquanto cidadão a partir dos textos que são produzidos, tendo em vista uma sequência didática organizada por intermédio de Oficinas que se articulam enquanto condições de produção que influenciam o modo de formular e de conduzir a produção do aluno. Nossas reflexões se dão, por essa razão, a partir do saber regrado, considerando tanto a vertente foucaultiana (FOUCAULT, 1996) quanto o viés enunciativo de Dias (2018, 95-98) que combinamos no tratamento do tema “sentidos que circulam no Artigo de Opinião sobre cidadania e o lugar onde se vive”.

Nesse viés, apresentamos um estudo discursivo pautado na vertente francesa da Análise do Discurso Francesa, bem como em aspectos de observação da Semântica da Enunciação, entendendo que as abordagens não destoam entre si no tratamento do objeto de pesquisa. Tomamos, como ponto comum, as discursividades e a produção de sentidos sobre cidadania na OLP, destacando o *ethos* e a identidade dos concorrentes em seu modo de dizer sobre a cidade onde vivem como objeto para a presente pesquisa. Para tal análise, seguimos os conceitos de *ethos*, identidade, interdiscurso e cidadania em orientação discursiva, traçando um olhar de que não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 2015, p.15)

Entendemos a Olimpíada de Língua Portuguesa como ação social, um programa que visa o incentivo à produção textual nas escolas públicas, bem como à formação continuada do professor de língua portuguesa a partir do programa *Escrevendo o Futuro*. Chegando à sua sétima edição neste ano de 2021, o concurso premia alunos do 5º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio nas modalidades Poema, Memória Literária, Crônica e Artigo de Opinião. Desse modo, a cada dois anos, os alunos regularmente inscritos são convidados a

escrever sobre a temática “O lugar onde eu vivo”,¹ objetivando representar em suas produções a sua cidade e o sentimento de pertença.

Na 6ª edição, em 2019, a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro reforça a valorização da interação de crianças e jovens com seu território, e retoma o tema “O lugar onde vivo”. Assim, para participar do concurso, o estudante deve resgatar histórias, estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento sobre a realidade, o que contribui para o desenvolvimento de sua cidadania. (ESCREVENDO, 2019, p.1)

Assim, dos textos publicados pela OLP, emergem as representações do “eu” na cidade que nos interessam, uma vez que o estudante apresenta o seu olhar como cidadão que constitui o lugar onde vive.

A proposta de análise neste trabalho parte da minha própria experiência como professora da rede pública de ensino e participante do concurso em suas três últimas edições (2014, 2016 e 2019), para alcançar um olhar um olhar enunciativo e discursivo do processo. A partir do contato com as Oficinas de formação disponibilizadas pelo Programa *Escrevendo o Futuro*, tive a oportunidade de acompanhar todo o processo de produção dos textos, desde o primeiro contato dos alunos com o gênero textual proposto até a etapa de premiação dos textos, incluindo um curso presencial. Todas essas vivências contribuíram para a minha formação, enquanto professora de língua portuguesa consciente da importância do ensino da produção textual em sala de aula associada a uma visão de formação do aluno voltada para o letramento, ligada à escrita crítica, ao olhar para o texto como modo de interação entre os sujeitos que se expõem e se colocam diante de uma manifestação cidadã. Por outro lado, é certo que seja feita uma avaliação sobre esse percurso e suas implicações, considerando os textos selecionados e a rede de práticas envolvidas no processo de produção e consumo dos Artigos de Opinião.

Desta forma, partindo da concepção de que, segundo Pêcheux (2015 a, p.136), “o discurso representa no interior do funcionamento da língua os efeitos da luta ideológica, e inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia”, durante o processo do qual participei, busquei observar nas produções a relação entre língua e ideologia que emergiam dos discursos que circulam nos textos dos alunos.

¹No ano de 2008, a partir da consolidação de uma parceria com o Ministério da Educação, além do 5º e do 6º anos, foram incluídos os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e os 2º e 3º anos do Ensino Médio. O, até então, Programa Escrevendo o Futuro passou a ser denominado Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, aumentando sua abrangência. O tema “O lugar onde eu vivo” manteve-se em todas as edições da Olimpíada (desde 2008 até a sua última edição em 2019) para todos os gêneros textuais que integram o concurso.

Para o tratamento do tema, o *corpus* a ser analisado neste trabalho constitui-se, primeiramente, dos vinte e nove Artigos de Opinião vencedores do concurso, os quais foram produzidos por alunos das 2^{as} e das 3^{as} séries do Ensino Médio das escolas públicas de todo o país, nas seis edições da Olimpíada do ano de 2008 até 2019. Para a análise do objeto aqui delimitado, optamos por um recorte do *corpus* voltando nossa atenção para os estudos enunciativos, especialmente da Semântica da Enunciação, e para os Estudos Discursivos, que não divergem em sua proposta do olhar discursivo francês ao estudo. Trazemos, nessa direção, algumas especificidades para observar o *corpus*, destacando as formações nominais (doravante FN) e o papel dessas na construção do *ethos* de cidadão inserido nas problemáticas que permeiam a sociedade que ele integra – tomando a concepção de *ethos* enquanto imagens de si que são, simultaneamente, languageiras e sociais, conforme Amossy (2011). Tais estudos postulam que as determinações contraídas pelos nomes, constituindo um grupo ou sintagma nominal, apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção temática na sua relação com o mundo contemporâneo, conforme postula Dias (2013). Metodologicamente, consideramos a importância das FN cientes da relação direta entre essas construções temáticas com o mundo contemporâneo, as quais apresentam um substantivo como núcleo capaz de encapsular um conceito historicamente constituído. Analisamos as formações nominais “cidadão”, “morador” e “habitante” presentes nos artigos para constituir o *corpus* da pesquisa, pois são passíveis de reflexão no papel de representar o *ethos* de cidadão que se delineia nos escritos, bem como as implicações referentes à cidade e à vida em sociedade projetadas pelo aluno-autor.

Além disso, para a análise, buscamos uma visão pautada na construção do *ethos* de cidadão constituído pelo aluno a partir do olhar linguístico-discursivo em relação ao uso da primeira pessoa do singular na escrita do texto. Observamos, deste modo, a presença de pronomes e desinências de primeira pessoa do singular como critérios para o recorte do *corpus*. Após o recorte, chegamos a um total de quinze artigos, dos quais extraímos os trechos pertinentes para a análise - a construção do *ethos* - a que se propõe a nossa pesquisa.

Tomando os estudos temáticos sobre a Olimpíada, chamam atenção algumas pesquisas, como a voltada para a construção argumentativa em Artigos de Opinião da Olimpíada de Língua Portuguesa, no trabalho de Garcia & Oliveira Rangel (2012) intitulado “**A construção da argumentatividade em Artigos de Opinião produzidos por alunos do ensino médio**” que já buscaram apreender de que forma as estratégias e os mecanismos argumentativos são postos em funcionamento nos textos, do ponto de vista discursivo, textual e linguístico-gramatical.

Além disso, uma análise pautada na categoria dos Blocos Semânticos (1995), desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot foi concretizada por Soares (2015) no trabalho intitulado “**O discurso argumentativo em Artigos de Opinião produzidos por alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa: uma análise à luz da Teoria dos Blocos Semânticos**”.

Entendemos que o olhar da presente pesquisa se torna pertinente, pois há, ainda, a necessidade de uma pesquisa acerca do *ethos* de cidadão que é construído pelo aluno ao retratar os conflitos sociais enfrentados na cidade, uma vez que a perspectiva sobre como a cidadania é compreendida e representada suscita reflexões sobre como se dão algumas relações entre linguagem, escola e cidadania, bem como os possíveis reflexos que interpelam o leitor na construção desse olhar. Nessa empreitada, consideramos a concepção de *ethos* de Amossy (2011) acerca das imagens que o sujeito faz de si enquanto uma construção linguageira e social, de modo que seja impossível separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, ou dissociar a interlocução da interação social.

Ao postular que a língua está para além da comunicação, de modo que o discurso pressupõe o funcionamento da linguagem a partir da relação entre sujeitos afetados pela língua e pela história, Pêcheux (1990) contrapõe o conceito de língua enquanto mero instrumento de comunicação. Partiremos, pois, da hipótese de que o aluno que se representa nos dizeres sobre o lugar onde vive e se posiciona enquanto cidadão crítico para construir o seu texto, ora denunciando, ora ufanando o lugar onde ele vive.

Assim, a relevância do objeto volta-se para a investigação dos modos de ser e atuar retratados pelos alunos enquanto seres sociais que representam o lugar onde vivem por meio do gênero Artigo de Opinião. Acreditamos que essa investigação nos levará à percepção das diferentes estereotípias que circulam no gênero produzido pelos alunos, de modo que a partir das diversas representações do EU, construídas pelos estudantes, seja possível analisar as identidades que emergem das produções, bem como os interdiscursos que as constroem. Para tal percepção, buscaremos responder à seguinte questão: **Como é construída a representação do EU enquanto cidadão que participa da política² do local onde ele vive nos textos?**

Para tanto, uma parte da nossa pesquisa volta-se para a análise das construções do *ethos* de cidadão que circulam nos Artigos de Opinião produzidos por alunos de escolas públicas para

² Compreendemos o conceito de político postulado por Rancière (1996), no qual a distinção entre fala e ruído, ‘*logos*’ e rumor justifica-se no desentendimento e abrange “a própria racionalidade da situação da palavra”, quando os que as pronunciam “entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras” (p.13).

a Olimpíada de Língua Portuguesa a partir das condições de produção, dos interdiscursos, da identidade e da cidadania. Tal objetivo desdobra-se em três objetivos específicos, a saber:

1. Identificar, nos artigos, as representações identitárias de cidadania, buscando a percepção de como tais representações organizam-se ou ressignificam-se a partir do ponto de vista do estudante em textos produzidos para a OLP.

2. Analisar o modo como as formações nominais “cidadão”, “morador” e “habitante” contribuem na construção dos sentidos e suas implicações, destacando a posição do aluno enquanto participante, atuante ou mero expectador representado nos textos.

3. Elencar as construções do *ethos* de cidadão que emergem do texto a partir dos interdiscursos que circulam nos Artigos de Opinião, observando os efeitos de sentido que chamam atenção para as instituições³ mencionadas pelos alunos e de que maneira elas dialogam.

Visando os objetivos supracitados, esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências.

No primeiro capítulo, denominado **Postulações teóricas**, propomos um estudo dos referenciais teóricos que nortearão a nossa pesquisa. Os tópicos presentes neste capítulo voltar-se-ão para as categorias necessárias às análises propostas, sendo elas: (1.1) Análise do Discurso Francesa; (1.2) Discursos na Enunciação; (1.3) A construção do *ethos*: concepções e marcas na materialidade; (1.4) A construção do aluno em identidade(s); (1.5) Cidadania como protagonismo do *ethos*?; (1.6) Interdiscurso e memória discursiva: reconfigurando dizeres e cidadania; (1.7) Referencial histórico e pertinência enunciativa e (1.8) Formações Nominais: um recorte das referências ao cidadão.

No segundo capítulo, intitulado **Os percursos da Olimpíada de Língua Portuguesa**, apresentamos uma contextualização acerca do concurso, de modo a explicitar os objetivos da competição, a sua relevância dentro do ensino de produção textual na educação pública brasileira e os critérios adotados para a seleção dos textos. Nesse mesmo capítulo, apresentaremos dois tópicos fundamentais para a discussão a que nos propomos: **A busca do saber legitimado pela Olimpíada de Língua Portuguesa** (2.1) e **A avaliação como indício do saber legitimado** (2.2). No tópico (2.1), trataremos das competências e habilidades exigidas dos alunos por meio das produções, considerando as estratégias adotadas pelo material de apoio

³ Para o conceito de instituição, tomaremos as concepções de Althusser (1985) acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado, considerando a perspectiva de que o Estado não é formado apenas pelo aparelho repressivo, mas, inclusive, por outras instituições existentes na sociedade civil concebidas como aparelhos ideológicos de Estado (AIE) tais como as igrejas, escolas, família, jurídico, político, sindical, cultural e outros.

ao professor, fornecido pela própria Olimpíada. Adiante, no tópico (2.2) buscaremos refletir acerca dos saberes que são validados pelas bancas de seleção dos textos a partir dos próprios textos produzidos.

No terceiro capítulo, trataremos dos aspectos metodológicos que norteiam a nossa análise.

O capítulo quatro, intitulado **A construção do *ethos* de cidadão no gênero Artigo de Opinião da Olimpíada de Língua Portuguesa** (4.0) constituir-se-á das análises do *corpus* que compõe a pesquisa. Este mesmo capítulo apresenta-se dividido em três tópicos e um subtópico: (4.1) Um olhar para as marcas de 1ª pessoa; (4.2) Um olhar para as FNs por meio das redes enunciativas: o caso do cidadão; (4.3) O lugar das instituições na marcação da autoria – uma intersecção entre a AD e os Estudos Semânticos da Enunciação e (4.3.1) A representação do “lugar onde eu vivo” e a construção da cidadania.

Por fim, apresentaremos as postulações a que chegamos a partir da pesquisa realizada. Ainda neste capítulo, retomaremos alguns pontos relevantes para a análise, aprofundando algumas considerações essenciais para responder as seguintes questões:

- Como é construída a representação do EU enquanto cidadão que participa da política do local onde ele vive?
- Quais os estereótipos de construção da cidade (o lugar onde eu vivo) e cidadania circulam no gênero e o que há de recorrente nessas representações?
- De que modos o sentimento de pertencer emerge da representação do lugar onde se vive? De que modo esses sentimentos dos alunos se ligam à cidadania?

1 POSTULAÇÕES TEÓRICAS

Na presente pesquisa, destacamos que a compreensão da amplitude de domínio de sentidos é possibilitada pelas diversas projeções dos estudos da linguagem. Tais estudos, ainda que associados a diferentes vertentes, acabam por convergir em determinados pontos, favorecendo o diálogo entre as teorias para a percepção do atravessamento do discurso nas práticas sociais. Sob essa perspectiva, destacamos como aporte teórico os estudos da Análise do Discurso Francesa e, pelos estudos da Semântica da Enunciação, abordagens que dialogam.

Pêcheux (1990) buscou contrapor o conceito de língua enquanto mero instrumento de comunicação, a partir da concepção do discurso como um efeito de sentido entre locutores que está, portanto, acima de uma mera transmissão ou troca de informações.

Essa visão se fortalece em duas frentes: a ideia de que a proposta de língua se constitui pelo sistema; mas e ao mesmo tempo, esse fundamento não é suficiente, pois o dizer se mostra um modo de manifestação de ideologias que estão acima de uma mera transmissão ou troca pura e simples de informações. (BIAVATI, JERÔNIMO, 2020 p. 351)

Nesse viés, Pêcheux (1990) considera que a língua está para além da comunicação de modo que o discurso pressupõe o funcionamento da linguagem, a partir da relação entre sujeitos afetados pela língua e pela história.

Nessa mesma direção, Guimarães (2005) compreende a língua simultaneamente, enquanto sistema de regularidades e conjunto de já-ditos manifestados historicamente. Assim, a análise dos modos como se constroem o *ethos* nos Artigos de Opinião a partir das ocorrências das FNs “cidadão”, “morador” e “habitante”, sob o olhar desses dois aportes teóricos, possibilitou-nos uma análise que aborda não apenas as determinações internas, mas principalmente a sua constituição enquanto parte do enunciado.

Neste capítulo, buscamos apresentar as bases teóricas que fundamentam a nossa pesquisa. Para tanto, apresentaremos, adiante, oito seções que discorrerão sobre os conceitos que balizaram a nossa análise.

Em (1.1), tratamos dos estudos da **Análise do Discurso Francesa**, considerando a concepção de discurso perpassado por relações de poder, conflitos e construções de identidade. Para a abordagem do conceito de Enunciação, destacamos a seção (1.2) intitulada **Discursos na Enunciação**. A seção (1.3) **A construção do *ethos*: concepções e marcas no discurso**, trata do conceito de *ethos* a partir dos postulados de Amossy (2005). Outro conceito caro aos objetivos da nossa pesquisa é o de identidade, destacado na seção (1.4) **A construção do aluno em identidade(s)**. Adiante, em (1.5) buscamos abordar a definição de cidadania em forma de síntese do percurso de pesquisa que nos levou a perceber a **Cidadania com o protagonismo do *ethos***. Na seção (1.6) **Interdiscurso e memória discursiva: reconfigurando dizeres e cidadania**, lançamos um olhar para o conceito de interdiscurso na perspectiva dos Estudos Discursivos e dos Estudos Semânticos. Nessa direção, tratamos **O processo avaliativo da OLP enquanto interdiscurso** (1.6.1) a fim de destacarmos o saber regrado pelos critérios que avaliam os textos produzidos para a OLP. Para ancorarmos a compreensão do conceito de formação nominal, separamos a seção (1.7), intitulada **Referencial histórico e pertinência**

enunciativa. Finalmente, em (1.8), discorreremos sobre as menções ao cidadão. Intitulamos essa seção como **Formações nominais: um recorte das referências ao cidadão.**

1.1 Análise do Discurso Francesa

Antes das abordagens discursivas, os estudos voltados para a linguagem eram essencialmente formalistas e atrelados a uma visão ideal da língua, de modo que desconsideravam os fatores extralinguísticos. Por essa razão, a Análise do Discurso destaca-se, nos anos 60, como uma ciência de cunho autônomo, objetivo e descritivo na busca pela compreensão de como a linguagem faz sentido, tendo em mente a relação entre língua, discurso e ideologia.

Nesse propósito, a Análise do Discurso Francesa (doravante AD) surge no final da década de 1960, na França, alavancada pelos estudos de Michel Pêcheux, os quais apresentam-se ancorados na noção de sujeito e na relação necessária entre língua e história, relação esta, que rompe com as perspectivas formalistas relacionadas com os estudos da linguagem.

Todavia, ainda que surja do rompimento com algumas perspectivas do século XIX, a AD constitui-se do recorte de três áreas do conhecimento desse mesmo período: a Linguística (Saussure), o Marxismo (Althusser) e a Psicanálise (Lacan). Língua, história e o inconsciente relacionam-se para compor a visão do discurso como um novo objeto de estudo.

A percepção da linguagem enquanto elemento materializado e forjado na ideologia, a qual, por sua vez, se manifesta na linguagem, segundo apontado por Orlandi (2005) tem fundamentado os estudos da Análise do Discurso Francesa. Assim, o discurso é o resultado dos efeitos de sentido gerados a partir da relação entre linguagem e ideologia.

A AD busca compreender o modo como a linguagem faz sentido, considerando que esta não é neutra, ou seja, não serve apenas para informar. Desse modo, uma vez que os sentidos produzidos são interpelados sócio historicamente, dentro do processo de análise da AD, há algumas categorias que contribuem para a compreensão dos sentidos da linguagem.

Nessa perspectiva, estudiosos como Orlandi (2005) apontam categorias importantes para os estudos discursivos franceses, dentre elas o próprio discurso, as condições de produção, a formação imaginária (poder), a formação ideológica (que perpassa o inconsciente), a formação discursiva (lugar de articulação entre língua e discurso), e o interdiscurso (o fio do discurso, o que está sendo dito agora). Ao defender a tese que se pauta na relação da linguagem

com a exterioridade, a ADF aponta para categorias fundamentais na percepção de que a linguagem manifesta relações de poder, conflitos e construções de identidade que circulam socialmente.

Como conceito de discurso, tomaremos as postulações de Orlandi (2012) que nos aponta que este está para além da mera transmissão de informação, localizando-se, portanto, nos efeitos de sentido construídos a partir da relação entre interlocutores. Desse modo, tomaremos as produções dos alunos como esse efeito de sentido que foi produzido considerando o público-alvo, o tema da olimpíada “O lugar onde eu vivo” e a análise das problemáticas que perpassam esses lugares.

Ainda que não se considerasse um analista do discurso, as concepções de Foucault (1969) acerca do discurso aproximam-se da perspectiva apresentada pela Análise do Discurso Francesa, de modo que tomam o consenso de que a história, o sujeito e a língua concretizam-se na linguagem. Assim, a ocupação de um lugar social permite que o sujeito seja perpassado ideologicamente. Além disso, consideramos os estudos de Foucault (2008) acerca das relações de poder e da disciplina como uma das marcas do espaço escolar, em que os professores são capazes de prescrever comportamentos e condutas homogêneas em diversas instâncias:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão, em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da Oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (FOUCAULT, 2008, p.121)

Dessarte, tendo em vista que as Oficinas que conduzem a produção dos textos almejam um saber legitimado, padronizado e dentro do que se espera por parte do aluno enquanto cidadão, consideramos que o regulamento da OLP constitui um direcionamento homogêneo ao saber considerado legitimado pelo próprio concurso, aspecto que acaba por influenciar nas especificidades que regulam a noção de cidadania que circula nos textos.

1.2 Discursos na Enunciação

Os Estudos Semânticos da Enunciação constituem-se diferentemente das Teorias da Enunciação, ainda que existam pontos de aproximação e contraste que constituem a riqueza teórica e a diversidade desses campos. Trata-se, desta forma, de diferentes concepções acerca da enunciação que refletem a dinamicidade desses pressupostos teóricos, os quais percebem a significação da linguagem enquanto objeto de estudo e o enunciado enquanto alvo de análise.

Primeiramente, destacamos a definição de Benveniste, segundo a qual “a enunciação é este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de enunciação” (1989, p.82). Nessa perspectiva, a enunciação constitui-se do produto do ato de apropriação da língua pelo sujeito e sua conseqüente conversão em discurso.

Ducrot (1987), em “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” trata da relevância da concepção das várias vozes presentes na construção do enunciado, e da contribuição desses sujeitos para a construção do processo enunciativo. Dessa forma, o conceito de polifonia proposto por Oswald Ducrot apoia-se em elementos linguísticos e considera que a enunciação constitui esse confronto de várias vozes que se sobrepõem ou se respondem umas às outras. Assim, o autor conceitua como enunciação o acontecimento, o fato que garante a existência de um enunciado em determinado momento do tempo e do espaço.

Nesse contexto, a concepção de Guimarães (2003) acerca da enunciação enquanto acontecimento de linguagem possibilitada pela relação do sujeito com a língua, considera a centralidade da língua no ato enunciativo. Desse modo, para a Semântica da Enunciação não há centralidade do sujeito na enunciação.

Nesse viés, por meio da identificação das marcas deixadas pela própria língua - destacando o olhar para a anterioridade e a posterioridade - ocorre a percepção do acontecimento enunciativo.

A enunciação é a apreensão de um enunciado na sua condição de acontecimento, tendo em conta a sua inserção na sucessão dos fenômenos, tanto do ponto de vista da anterioridade que sustenta esse enunciado quanto do ponto de vista da posterioridade para a qual aponta”. (DIAS, 2015a, p.08)

A partir dessa percepção, consideramos que, para a Semântica da Enunciação, a língua é utilizada para significar, de modo que o que está sendo proferido agora já tenha sido dito em algum momento.⁴ Por essa razão, Dalmaschio (2013) afirma que não cabe a essa teoria a perspectiva de uma história cronológica.

Nesse sentido, nos filiamos à perspectiva de que o acontecimento não pode ser visto como algo pontual e linear, e sim como um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido. (DALMASCHIO, 2013, p.57)

Por conseguinte, nada existe anterior ao acontecimento enunciativo, uma vez que as coisas são construídas, justamente, pela enunciação.

⁴ A essa percepção e análise de já-ditos, enquadra-se o conceito de Memorável, sobre o qual discorreremos na seção 1.6 Interdiscurso e memória discursiva: reconfigurando dizeres e cidadania.

1.3 A construção do *ethos*: concepções e marcas na materialidade

A compreensão do discurso enquanto produto dos efeitos de sentido gerados a partir da relação entre linguagem e ideologia permite-nos considerar para o nosso trabalho o conceito de *ethos* como elemento fundamental para as análises a que nos propomos. Tal conceito possibilita ao analista do discurso abordar questões relativas à identidade, à representação de si e à imagem de quem enuncia a partir do modo como se enuncia – as quais são temas de interesse do nosso trabalho.

Inicialmente, o conceito de *ethos* foi proposto por Aristóteles, voltando-se para oralidade e para a prática oratória. Tal definição visava especificar os modos de persuasão que mais se adequassem a cada questão dada. Para isso, o filósofo elaborou uma sistematização da arte de persuadir, considerando que o convencimento através do discurso se dá por meio de uma série de instrumentos, os quais se adequam para alcançar o objetivo de convencimento. Ligando o discurso ao dizer e, conseqüentemente, à argumentação e persuasão, Aristóteles sistematizou em sua Arte Retórica conceitos e passos capazes de experienciar o persuadir nas mais diversas circunstâncias, levando em conta que para o sucesso da persuasão, o locutor constrói uma imagem de si, muitas vezes mais convincente do que a sua argumentação.

Posteriormente, esse conceito foi retomado pelos estudos discursivos, voltando-se, dessa vez, para a modalidade escrita. Dessarte, compreendemos que o *ethos* é sempre dinâmico e apresenta-se ligado à enunciação, uma vez que é no ato de linguagem que a imagem do orador se forja através da sua competência, dos conhecimentos que demonstra ter e da sua forma de apresentação. Assim, o *ethos* materializa-se nos itens lexicais, nos argumentos, nas estruturas linguístico-discursivas, nos modos de elocução, no que se diz e, inclusive, no que é silenciado.

Nessa perspectiva, as postulações de Ruth Amossy (2005) destacam-se como uma importante contribuição aos estudos da linguagem, tendo em vista que todo ato de tomar a palavra traz consigo a construção de uma imagem de si, ainda que implicitamente. Assim, o estilo do locutor, bem como suas competências linguísticas e suas crenças, contribuem para a representação do sujeito que enuncia.

Para o estabelecimento do *ethos*, Ruth Amossy (2005) destaca o papel do conceito de estereótipo.

A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e o interior da qual ela o classifica. (AMOSSY, 2005, p.126)

Dentro desse contexto, a autora destaca, ainda, que a representação dos locutores passa, necessariamente, pela associação a uma categoria social, étnica, política ou outra. A estereotipia é uma categoria do dado, do difundido. Desse modo, a percepção que o locutor faz do seu auditório direciona o seu esforço para adaptar-se a ele.

É desnecessário dizer que não irei me valer do mesmo discurso para influenciar uma plateia composta por militantes do partido comunista ou por burgueses do elegante bairro do Morumbi em São Paulo, por mulheres muçulmanas que usam xador ou por feministas americanas. Procuraremos atingir o socialista ou o comunista com base em premissas éticas e políticas às quais ele é suscetível de aderir de pronto. Isso quer dizer que a construção do auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem. (AMOSSY, 2005, p.126)

A concepção de estereótipo apresentada constitui um ponto essencial para a nossa pesquisa, tendo em vista que essa nos possibilitará a identificação dos estereótipos de construção da cidade que circulam nos textos a serem analisados. Em outras palavras, para identificarmos o(s) modo(s) como o sujeito aluno constrói a representação do EU cidadão, é fundamental percebermos as estereotipias que perpassam o processo de construção do local onde ele vive.

Para elencarmos as construções do *ethos* de cidadão que perpassam o nosso *corpus*, consideraremos que “o *status* institucional do escritor como ser no mundo e a construção verbal do locutor como ser no discurso se recobrem e se reforçam mutuamente.” (AMOSSY, 2005, p.136). Portanto, ao investigarmos as diversas representações do EU que emergem das produções, partiremos dos modos de ser e atuar que são retratados pelos estudantes em seus textos, partindo do recorrente, do aceito, do difundido. Isso porque “a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diversos níveis.” (AMOSSY, 2005, p.136).

Assim, consideramos que a materialidade linguística do conceito de *ethos* apresenta-se nos traços linguageiros presentes na enunciação, os quais se articulam tanto ao contexto socio discursivo, quanto ao contexto socio interacional em que o discurso se inscreve.

1.4 A construção do aluno em identidade(s)

Ao (re)discutir a concepção de sujeito, rejeitando a visão de um sujeito “que fala” por meio de estratégias intencionais e que é dono do seu dizer, a AD instaura a noção de um sujeito que tem os seus dizeres pautados por vários instrumentos de coerção social. Por essa razão, o discurso passa a ser compreendido como produto sócio-histórico-ideológico. Tal concepção leva-nos a um sujeito múltiplo, instável e heterogêneo imbuído de identidade(s), retratada(s)

em marcas de estereótipos e de particularidades no dizer. Passemos ao conceito de identidade que pretendemos discutir nesta subseção.

Na prática da produção textual, o aluno exerce o seu papel de autoria, de modo que lhe caibam dois papéis: o de autonomia e o de assujeitado pelas condições externas, condições postuladas por Orlandi (2005d) como ambiguidade do sujeito.

Pois, não esqueçamos, o sujeito é determinado pela exterioridade, mas, na forma-sujeito histórica que é a do capitalismo, ele se constitui por esta ambiguidade de, ao mesmo tempo, determinar o que diz. A formulação é o lugar em que esta contradição se realiza. Ela é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer. Dá o contorno material ao dizer instaurando o texto. (ORLANDI, 2005, p. 10)

Nessa perspectiva, é possível compreendermos que, ainda que o sujeito seja afetado pela língua e não possua autonomia do seu dizer, ele é, também, capaz de reformular, adequar e se fazer entender na formulação de um texto, por exemplo. Logo, na produção do Artigo de Opinião enquanto prática de linguagem, temos um processo simultâneo constituído por sujeitos, sentidos e identidade.

Para tratarmos o conceito de identidade, tão caro ao nosso trabalho, buscamos nos estudos culturais os embasamentos teóricos de Hall (2006) e Da Silva (2000). Para este, a identidade e a diferença são resultados da criação linguística.

Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a tomá-las como dadas, como "fatos da vida", com frequência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais. (DA SILVA, 2000, p.76-77)

Nesse contexto de discussão, para que a identidade e a diferença sejam passíveis de compreensão, é fundamental que elas estejam inseridas nos sistemas de comunicação em que adquirem sentido. O autor compreende, portanto, a identidade e a diferença enquanto resultado de um processo de produção simbólica e científica de modo que "a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder." (DA SILVA, 2000, p.81). Como as relações de poder se imbricam às práticas culturais, relacionamos identidades ao modo como os sujeitos se veem e representam o outro, considerando o recorrente.

Com o objetivo de analisar algumas marcas da identidade cultural na no nosso corpus, seguimos Hall (2006) que menciona a existência de uma "crise de identidade e propõe-se a explorar as definições de identidade, bem como o seu caráter mutável". Nesse viés, o autor

apresenta três concepções de identidade, as quais se voltam para o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo destacava-se por sua rigidez, constituindo-se das capacidades de razão, de consciência e de ação. Assim, o centro essencial do eu, o qual mantinha-se fundamentalmente, era a identidade de uma pessoa, desejável e passível de ser seguida.

O sujeito sociológico considera a relação entre o mundo externo e o núcleo interior do sujeito, de modo que a essência interior é constantemente formada e modificada a partir das interferências dos mundos “exteriores” e das identidades que tais mundos oferecem. Nesse conceito, a identidade ocupa a lacuna entre o “interior” e o “exterior”, de modo que, nas palavras do autor, “a identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura.” (HALL, 2006, p.12).

Todavia, segundo o autor, o sujeito, antes portador de uma identidade unificada e estável, tem se tornado multifacetado por razão das mudanças estruturais e institucionais que emergem da sociedade.

Assim, o modo como a globalização tem transformado os sujeitos, o mundo e as sociedades, tornando-os cada vez mais fragmentados, acaba por romper com o conceito de identidade estática. Tal concepção produz o sujeito pós-moderno, caracterizado justamente por sua identidade dinâmica e instável.

Nessa direção, o autor corrobora a tese de que “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas.” (HALL, 2006, p. 71). Nos dizeres de Biavati (2009, p.132) “ao investigar as representações, entende-se que elas se constituem e se apresentam como um conteúdo apreendido pelo sentido ou pela memória: indicam imagens que se revelam entre os indivíduos nas práticas institucionais.”. Assim, compreendemos que, ao descrever as representações do “lugar onde eu vivo”, o sujeito aluno apresenta também a sua identidade, a qual se molda a partir das crenças, dos mundos culturais exteriores e da cultura, por exemplo.

Cabe acrescentar, ainda, que a identidade representa uma face do sujeito, ao passo que a noção de identidade se insere, justamente, na interface entre sujeito e sociedade. Por essa razão, a identidade, assim como o sujeito, parece-nos indissociável da linguagem, uma vez que é por meio do discurso que o sujeito se relaciona, tendo em vista as condições sociais estabelecidas.

1.5 Cidadania com o protagonismo do *ethos*?

A compreensão do conceito de cidadania constituirá um elemento substancial para a elaboração das análises a que nos propomos na presente pesquisa. Desta forma, para identificarmos as construções de *ethos* de cidadão apresentadas nas produções, buscamos nos estudos históricos e filosóficos as concepções do termo cidadania que foram surgindo ao longo do desenvolvimento social. Contudo, entendemos que tal definição é bastante ampla e, por isso, ressaltamos que, nesta subseção, não pretendemos apresentar um estudo detalhado e extenso acerca da cidadania, mas sim uma síntese do percurso de pesquisa que nos levou a perceber os significados que mais se integram ao nosso trabalho.

Segundo Da Cunha (2019, p.146), a palavra cidadania vem do latim *civitas*, que significa “cidade” ou, ainda, “conjunto de direitos atribuídos ao cidadão”. Eram considerados cidadãos, na Grécia antiga, os indivíduos nascidos em terras gregas.

Já em Roma, utilizava-se a palavra cidadania para se referir aos direitos que eram possuídos ou exercidos pelo cidadão, bem como à sua situação política. Contudo, tais direitos poderiam também ser perdidos, considerando-se como grau máximo dessa perda de direitos a escravidão de um homem livre, bem como a sua condenação penal, que era equivalente à morte da personalidade jurídica do indivíduo. Nesse cenário, o cidadão pode também ser considerado o homem que possui liberdade, desde que participe de uma comunidade.

Na transição para o período moderno, conforme destacam Botelho e Schwarcz (2012), a concepção de cidadania passa a estar associada a fundamentos filosóficos, ligando-se diretamente ao conceito de contrato social postulado por John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Nesse período, os cidadãos, abrindo mão de parte de sua liberdade, transferiam direitos ao Estado para que, por intermédio da força, ele garantisse que outros contratos fossem cumpridos no intuito de eliminar o clima de guerra.

Posteriormente, com a instauração do Estado de Natureza enquanto condição da liberdade individual dos homens, a identidade individual ganha destaque sobre a coletiva.

A liberdade individual, no mundo moderno, não dependia mais da “pertença” a uma comunidade, e, ao contrário, a precedia e condicionava. A modernidade consiste, portanto, no aparecimento do “indivíduo”, como categoria jurídica e existencial (como bem mostra Michel Foucault), e da sobreposição da identidade individual por sobre a coletiva. (BOTELHO e SCHWARCZ, 2012, p.10)

Após a prevalência do eu “científico”, ganha destaque a instauração dos movimentos de minorias, em que a ideia de cidadania passa a estar ligada à garantia de direitos e ao convívio das diferenças em sociedade. Assim, “a luta pela cidadania juntou-se à dos direitos civis e foi

embalada pelos movimentos sociais que estouravam pelo mundo afora, a partir dos anos 1970.” (BOTELHO e SCHWARCZ, 2012, p.10)

Percebemos, deste modo, a existência de um amplo campo de significação associado à cidadania, uma vez que os conceitos voltados para esse termo se associam não apenas às práticas sociais, mas também aos sentidos simbólicos, garantindo-lhe definições instáveis.

Isso significa dizer que cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas. Seus múltiplos significados gravitam, pois, em torno do universo de valores e práticas dos direitos e do reconhecimento de direitos que, por sua vez, fornecem o conteúdo e os limites da cidadania. (BOTELHO e SCHWARCZ, 2012, p.11)

Nessa perspectiva, embora construída coletivamente, a noção de cidadania volta-se para as experiências sociais e individuais e os diferentes modos de mobilizar direitos e deveres ao longo do tempo. Nesse viés, garantem a dinamicidade da definição da cidadania. Desta forma, conforme postulam Botelho e Schwarcz (2012) tal conceito, como o conceito de identidade, revela uma série de construções sociais e processos que possibilitam avanços, recuos e novas retomadas, não sendo, portanto, linear de forma alguma.

Compreendemos, assim, que a ideia de cidadania está intrinsecamente ligada a um cenário de lutas e conquistas, a questões sociais e individuais. Desse modo, ainda que prevaleçam direitos e deveres sociais na cidadania, é ela que se faz construída socialmente e garante seu caráter volátil à medida que as sociedades evoluem e adquirem novas demandas, ou seja, passam a carecer de novos direitos e a cumprir novos deveres. Na análise, perceberemos que marcas da cidadania prevalecem no *corpus*. Cabe, por fim, ressaltar que, ao pesquisar identidade, traçamos relações entre identidade, *ethos* e cidadania, como veremos na análise.

1.6 Interdiscurso e memória discursiva: reconfigurando dizeres e cidadania

Para a AD, o conceito de interdiscurso está pautado na relação existente entre memória e discurso. Deste modo, o interdiscurso é autônomo, é aquilo que fala antes, em outro lugar. “É o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. (ORLANDI,2012, p.31). Desse modo, é a partir do interdiscurso que as formas de significação das situações por parte dos sujeitos são disponibilizadas. Assim, o que

se diz em um presente momento está diretamente afetado por dizeres anteriores, os quais são mobilizados da memória por meio do discurso.

Nessa mesma direção, para Guimarães (1996) o sentido presente em um acontecimento constitui-se da presença do interdiscurso – que é mobilizado pela memória - sendo, assim, “efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento.” (GUIMARÃES, 1996, p.67).

Na perspectiva dos Estudos Semânticos da Enunciação, o interdiscurso equivale ao conceito de memorável e neste estudo optamos por relacioná-lo à memória discursiva. Nesse sentido, Dias postula que:

Dessa maneira, um acontecimento adquire pertinência social, tornando-se um fato de linguagem, na medida em que a dimensão da memória entra em relação com a atualidade do dizer, isto é, com o ato mesmo de enunciar. Nessa direção, os traços do que significou em outro tempo e lugar passam a ser reorganizados na atualidade da enunciação. (DIAS, 2018, p.83)

Percebemos que, nas perspectivas até aqui apresentadas, os sentidos adquirem caráter de interdependência das relações que estabelecem com dizeres anteriores, os quais são constantemente reconstruídos a cada novo ato enunciativo.

Nesse sentido, Dalmaschio (2008), postula que a Semântica da Enunciação compreende o interdiscurso enquanto produto da participação histórica do enunciado e deve ser entendido como “o lugar das construções sociais de sentido”, os quais constituem a memória de dizeres anteriores que emergem da sociedade. “Logo, é possível afirmar que o interdiscurso é (re)construído na enunciação, possibilitando que todo e qualquer enunciado, uma vez produzido, torne-se objeto de retomada.” (JAMAL e DALMASCHIO, 2014, p.27). Assim, compreendemos que cabe à memória instaurar novos sentidos a partir da relação entre já-ditos e dizeres presentes a cada nova enunciação.

Todavia, cabe destacarmos que a memória não é capaz de funcionar sozinha, uma vez que, segundo Jamal e Dalmaschio (2014), para ganhar reconhecimento, é necessário que haja participação histórico-social e, por essa razão, a memória deve ser percebida como algo dinâmico, que garante seu funcionamento em ritmo de formulação e não de armazenamento. Assim sendo, tendo em vista a dinamicidade do memorável, é possível que os sentidos de dizeres anteriores sejam reconfigurados no acontecimento da enunciação.

Portanto, o processo enunciativo (re)direciona os sentidos por meio dos lugares enunciativos que constituem a enunciação. Assim sendo, a cada nova enunciação há um memorável que se atualiza, seja aproximando, seja distanciando o sentido estabelecido em dizeres anteriores, visto que a significação é constituída no acontecimento da enunciação. (SILVEIRA, 2019, p.46)

Assim, entendemos que as concepções de cidadania, bem como os modos de construção do *ethos* de cidadão presentes nos Artigos de Opinião que compõem o nosso *corpus*, são produtos do interdiscurso enquanto lugar de memória afetado socio historicamente, que participam de um referencial histórico ligado ao lugar onde se vive e se atua, conforme veremos na análise. O referencial histórico aciona o interdiscurso, em que atuam os discursos que compõem o memorável, que remete a afirmativas sobre a cidade construída pelos cidadãos participantes, conforme percebemos nos Artigos de Opinião analisados.

1.6.1 O processo avaliativo da OLP enquanto interdiscurso

Para compreendermos os modos como são representados o *ethos*, a cidadania e a identidade, é essencial identificarmos o interdiscurso que atravessa as produções dos alunos. Dessa forma, tomamos o processo avaliativo da OLP como referencial histórico ⁵que integra esse interdiscurso tão caro ao nosso trabalho.

Nesse sentido, as postulações de Orlandi (1996) referentes ao discurso pedagógico afirmam que o silenciamento é parte do discurso autoritário que prevalece nas instituições escolares, de modo que a posição de assujeitamento assumida pelos indivíduos esteja refletida nessas instituições. Assim, é parte dessa posição negar as individualidades dos alunos, conduzindo os saberes ao que se consideram legitimado. Para Biavati (2009), há uma forma de observar o que foi ensinado, a partir do mecanismo/prática avaliativa, que geralmente refletem a velocidade, o meio e o modo de ensinar regradados e indicam que o processo é legitimado, pois apresenta uma padronização daquilo que o aluno deve aprender, bem como do modo como ele deve aprender e ser avaliado.

Contudo, há de se destacar a importância do processo avaliativo democrático no contexto escolar. O aluno deve estar ciente da função de cada etapa avaliativa de seleção da OLP. Mesmo que, pela visão discursiva, haja um assujeitamento do aluno ao avaliar, o professor poderá reverter o processo avaliativo para que o aluno aprenda, inclusive, na/com a avaliação. Um processo avaliativo mal estruturado pode simbolizar apenas uma classificação de quem produziu um texto melhor ou pior, mais próximo ou mais distante do esperado pela OLP, ressaltando somente a prática da competitividade. De outro modo, ressaltamos o papel político da avaliação como discurso, que coloca os sujeitos interpelados pelos regramentos da escola. Mesmo sendo parte do discurso autoritário da escola, se o viés classificatório e competitivo

⁵ Trataremos mais profundamente desse conceito na seção **1.7 Referencial histórico e pertinência enunciativa.**

sobrepuser o objetivo de aprendizagem, a avaliação deixará de cumprir o seu papel democrático. É o que afirma Esteban (2001):

A avaliação escolar, nesta perspectiva excludente, silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimentos; desvalorizando saberes fortalece a hierarquia que está posta, contribuindo para que diversos saberes sejam apagados, percam sua existência e se confirmem como a ausência de conhecimento. (ESTEBAN, 2001, p.15)

Assim, ainda que a OLP se apresente como um concurso nacional de caráter competitivo e, por isso, classificatório, é importante destacarmos as possibilidades de aproveitamento desse processo de modo a ampliar o espaço de participação ativa do aluno. Nesse sentido, a possibilidade de interação entre aluno e professor para analisar os textos produzidos constitui-se como um espaço para deslocamento de sentidos e propostas:

Pensando então as diferentes posições no discurso pedagógico, a posição-aluno e a posição-professor, podemos dizer que elas se constituem de gestos de interpretação diferentes. Isto quer dizer que na relação professor/aluno deve haver um espaço de jogo que possibilite a transferência, trabalho de memória que permite a repetição histórica, deslocamento de sentidos. (ORLANDI, 1998, p.16)

Considerando a escola como instituição que, como parte da ordem social, estabelece o que deve e como deve ser dito sobre a língua, sobre a rede de comportamentos formais mais aceitos, estabelecidos, Orlandi (1996) conceitua o discurso pedagógico a partir de sua circularidade, tendo em vista que se trata de um dizer institucionalizado que possibilita garantir a instituição da qual se origina e para a qual ele tende, ou seja, a própria escola. O discurso escolar segue a tendência dos Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1985), apropriados para assujeitar os sujeitos aos micropoderes institucionais, ditando como o sujeito deve comportar-se diante do saber legitimado e regrado. Por isso, o fato de estar ligado à instituição escolar faz do discurso pedagógico o que ele é, revelando a sua função de preparar o aluno para ser o sujeito “ideal”, subalterno à rede de micropoderes na sociedade. É a partir da escola que, segundo Orlandi (1996), aquilo que poderia ser considerado ocasional, considerando-se a perspectiva do aluno, é substituído por um “estatuto de necessidade” a partir da própria avaliação que a escola produz, a qual acaba por instituir um “saber legítimo” que desconsidera outros saberes, outras formas de dizer.

Desse modo, o papel do professor se dá no sentido de democratizar as interações dentro do contexto escolar, dando voz ao aluno, convidando-o à participação, apresenta-se como essencial para romper com os silenciamentos comuns ao discurso pedagógico. No caso da OLP, considerando os modos de condução ao produto final – o texto que irá concorrer a uma medalha

– ainda que não se possa fugir da competitividade e do processo classificatório de avaliação, há espaço para o aperfeiçoamento desse processo. Acreditamos que esse espaço esteja justamente na troca de saberes entre os alunos, no compartilhamento dos textos produzidos, na valorização das produções dentro da sala de aula, não apenas na classificação dos alunos a nível nacional.

E é a partir da diversidade de opiniões, de saberes e de reflexão, tanto para professores quanto para alunos, que a análise democrática dos textos se torna necessária para que se perceba o modo como o aluno chegou à produção do texto final, ainda que a sua versão se distancie da versão que é legitimada pela OLP. Contudo, muitas vezes, ainda persiste uma “homogeneidade” direcionada ao conhecimento que é reafirmada pela própria instituição, própria do exercício de poder exercido a partir do discurso autoritário, que resvala nos discursos escolar e pedagógico.

Afirmamos, portanto, que a avaliação dos textos da OLP tem sido marcada, ao longo de suas edições, pela memória que se organiza nos saberes que são regrados pelos interdiscursos inseridos nas Oficinas. Para Dias (2018), o caráter discursivo da memória volta-se para a sua captação exclusiva na relação entre discursos. Nessa conjuntura, percebemos que a estratégia para formação do professor e do aluno passa pelos regramentos que cultivam, por vezes, a identidade e a cidadania únicas no interdiscurso. Contudo, os discursos e(m) suas marcas, no *corpus*, deixam escapar as heterogeneidades nessa constituição da identidade e da cidadania, de modo que as representações do *ethos* sejam perpassadas, ao mesmo tempo, por significações previsíveis e/ou subjetivas.

1.7 Referencial histórico e pertinência enunciativa

Para analisarmos os significados que emergem das produções e ancorarmos a compreensão do conceito de formação nominal, tomaremos as postulações de Dias (2013; 2015; 2016; 2018) acerca do conceito de referencial histórico. Tal concepção busca balizar a complexidade que envolve a significação do acontecimento enunciativo e diz respeito às identidades sociais que são reveladas nos dizeres, as quais conduzem ao que pode ser dito, bem como aos modos do que se deve dizer.

Dias (2013; 2015; 2018) desenvolveu o conceito de referencial histórico, inspirado na constituição de referencial abordada por Foucault (1969), que diz respeito à “instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 1969, p.118). Nesse sentido, Dias (2018) sustenta a tese de que é o próprio enunciado que constitui o referencial, uma vez que os

indivíduos, objetos, estado de coisas e relações só adquirem identidade em função dos lugares do enunciador e das perspectivas de enunciação.

Desse modo, é possível compreender que o referencial histórico se localiza em enunciados anteriores capazes de corroborar as condições de um dizer.

Face a isso, no plano da anterioridade enunciativa se localiza o referencial histórico que sustenta as condições de um dizer. Dessa forma, o referencial se caracteriza como pontos de vistas sociais, ou seja, como efeito de sentido construído e regularizado socialmente por meio de relações conflituosas que eclodem, delimitam, excluem e incluem inscrições históricas de dizer. (SILVA, 2019, p.74)

Uma vez que o referencial histórico é definido por seu aspecto dinâmico e pelas correlações que estabelece com circunstâncias anteriores, Dias (2018) compreende tal conceito como parte do memorável. “Na nossa perspectiva, esse memorável de outros dizeres, constituídos na instância do “já enunciado”, são parte desse referencial histórico, isto é, desses domínios de ancoragem do enunciado, tendo em vista o funcionamento histórico-social.” (DIAS, 2018, p.102)

Nessa perspectiva, compreendemos que o referencial histórico se localiza no ponto em que a enunciação se relaciona com a concepção histórica da sociedade para garantir sentido aos dizeres. Por essa razão, Dias (2018) define o referencial histórico como “domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais.” (p.142).

De modo complementar, a pertinência enunciativa emerge da atualidade e da posterioridade e também é um elemento que integra a enunciação. Assim, as pertinências enunciativas são atualizações dos dizeres, uma vez que a sociedade demanda, constantemente, novas significações, ou seja, “a demanda do presente é a pertinência enunciativa” (DIAS, 2018, p.13). Cabe, ainda, destacarmos que o conceito aqui abordado não tem relação com o significado literal tratado nos dicionários para o termo “pertinência”. Assim, é importante compreender que

Esse conceito é relativo à agregação de um enunciado no espaço de enunciação, submetido a um referencial, e não tem relação com a qualidade da relação do enunciado nesse espaço. Os dicionários registram um dos significados de pertinência como relevância ou apropriação a uma finalidade. (DIAS, 2015d, p.243)

Nessa concepção, compreendemos que pertinência enunciativa se dá a partir da aderência com outros dizeres de modo não aleatório. Desse modo, o enunciado é sempre afetado por outros enunciados, proferidos em outros espaços e, por isso, ele passa a ser regulado a partir das demandas do presente nas quais ele se localiza. Em outras palavras, a pertinência enunciativa seria a presentificação do enunciado.

A fim de facilitarmos a compreensão dos conceitos até aqui abordados, utilizaremos um trecho de um dos Artigos de Opinião que compõem o nosso corpus. O texto é de 2010 e se intitula “O problema que ofusca o brilho”.

Todos querem brilhar: ao comprar uma joia folheada, os consumidores querem brilhar; as empresas, ao crescerem, gerarem empregos, aumentarem seus lucros, querem brilhar; o município quer aumentar os índices de desenvolvimento, e, portanto, também quer brilhar. Mas não podemos permitir que as nossas águas percam o brilho, afetando a saúde da população. (TCR, Limeira SP, 2010) (grifos nossos).

Observemos, a seguir, o modo como os enunciados em que se inserem as palavras “brilhar” e “brilho” constituem uma rede enunciativa, ancorando-se a diferentes referenciais.

Quadro 1 – Rede Enunciativa - modelo

Referencial	Enunciado
Referencial do objetivo de vida	Todos querem <u>brilhar</u>
Referencial do status	ao comprar uma joia folheada, os consumidores querem <u>brilhar</u> ;
Referencial do capital financeiro	as empresas, ao crescerem, gerarem empregos, aumentarem seus lucros, querem <u>brilhar</u>
Referencial do progresso	o município quer aumentar os índices de desenvolvimento, e, portanto, também quer <u>brilhar</u>
Referencial da limpeza	Mas não podemos permitir que as nossas águas percam o <u>brilho</u> , afetando a saúde da população.

Fonte: Elaborado pela autora

A rede aqui apresentada ilustra o modo como as articulações influenciam no processo de construção referencial. Tal percepção leva-nos a compreender que as palavras ganham pertinência quando ancoradas em referenciais que se constroem também de forma articulatória.

1.8 Formações nominais: um recorte das referências ao cidadão

Dentre as várias postulações teóricas que se revelam essenciais para a nossa pesquisa, destacamos, dentro dos Estudos Semânticos da Enunciação, o conceito de Formação Nominal (doravante, FN), como aparato para analisarmos o modo como o emprego dos vocábulos “morador”, “cidadão” e “habitante” relacionam-se com a memória e as demandas da atualidade, de modo a adquirir pertinência nas produções dos alunos – aqui compreendidas como espaços de dizer.

Desse modo, destacamos que, a partir da perspectiva dos estudos enunciativos, o termo FN corresponde aos modos de construção do sintagma nominal, estando, portanto, para além das articulações constituídas no interior desse processo, tendo em vista que, para a Semântica da Enunciação, nada existe *a priori*, de modo que tudo se define dentro do acontecimento enunciativo. Assim, para os objetivos da nossa pesquisa, as concepções acerca do sintagma nominal seriam insuficientes, uma vez que é justamente a partir da percepção dos modos como uma FN é capaz de atravessar o processo enunciativo - relacionando-se com a história e adquirindo pertinência no espaço de dizer - que se torna possível analisar as construções do *ethos* de cidadão que são efetivadas nos Artigos de Opinião.

Por isso, compreendemos o conceito de FN como uma postulação cara ao nosso trabalho, por sua constituição que se encontra para além da estrutura.

A FN é abordada do ponto de vista da sua arquitetura e não da sua estrutura, pois acreditamos que dessa maneira, podemos apreender a sua constituição nos espaços de enunciação, flagrando como ela adquire uma forma e sua pertinência nesses espaços de dizer, recortados na relação entre memória e as demandas da atualidade. (DIAS, 2018, p.248)

No tratamento à materialidade discursiva, tomamos os estudos de Chierchia (2003), que conceitua o sintagma como a composição de um nome-núcleo que recebe determinação para originar novos sintagmas, possibilitando a identificação de referentes, eventos ou situações do mundo extralinguístico. Contudo, o olhar do conceito de FN teorizado por Dias (2013, 2015, 2017, 2018) está para além desse processo, por considerar as FN a partir da forma linguística já integrando o processo de enunciação. Desse modo, sendo as FN integrantes de um processo que se constitui enquanto parte do enunciado, elas destacam opiniões, bem como marcas de valores que nela são atravessadas a partir do processo enunciativo e das possibilidades históricas.

Dessarte, considerando o aspecto não estanque das FNs, é possível constatar o surgimento de outras FNs a partir de uma já estabelecida enquanto “centro da articulação temática”. Para Dias (2011):

Na medida em que constituímos um tema, ou um foco de interesse na enunciação, estamos trazendo a memória de sentidos que se agregam aos nomes. As determinações contraídas pelos nomes, constituindo um grupo ou sintagma nominal, apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção temática na sua relação com o mundo contemporâneo. (DIAS, 2011, p.275)

Assim, percebemos que a partir das FNs “cidadão”, “morador” e “habitante” perpassam outras construções que dialogam com o contexto sócio-histórico do lugar onde vive o estudante, autor dos Artigos de Opinião. As FNs referentes ao modo como o aluno se inclui enquanto

cidadão pertencente à sua cidade – “moradores dos municípios ribeirinhos”, “moradora da zona rural de Nazaré” e “cidadãos potiguares”, por exemplo – permitem-nos a elaboração de uma espécie de rede construída a partir de convergentes que são englobados ao redor dos núcleos “cidadão”, “morador” e “habitante”, construindo um *ethos* de cidadão participativo e consciente das problemáticas que envolvem a sua cidade, ainda que essa construção seja regrada pelo saber disponibilizado por meio dos materiais que conduziram as Oficinas.

Observemos tais perspectivas nas seguintes formações nominais construídas ao redor do nome-núcleo “cidadão” encontrados em nosso material de análise:

Exemplo (1) *A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010)*

“Essa nova realidade que temos vivenciado é preocupante, mas se torna ainda mais assustadora quando percebemos que a escola, espaço antes reservado à formação de cidadãos aptos para atuar de forma ativa e pacífica, no meio social, também está sendo invadida por ocorrências policiais.”

Quadro 2 – Formação nominal – *Cidadão apto*

Cidadão apto: cidadão participativo, atuante ativa e passificamente.
--

Fonte: Elaborado pela autora

Exemplo (2) *Natal: Noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012)*

“A prostituição é um problema de ordem social e coletiva e, nesse contexto, é preciso a formação de uma aliança entre os cidadãos potiguares e as instituições públicas responsáveis no intuito de que sejam elaboradas medidas que evitem a entrada de novas mulheres e jovens nesse mercado ilícito, tais como a fundação de mais escolas técnicas, no ímpeto de profissionalizá-las.”

Quadro 3 – Formação nominal – *Cidadãos potiguares*

Cidadãos potiguares: cidadãos da cidade de Natal, cidadão capaz de se aliar a instituições em busca de soluções para a prostituição no município.

Fonte: Elaborado pela autora

Exemplo (3) *O Haiti é aqui (2012)*

“Por atos como esse, atrelados aos baixos salários oferecidos, muitos viram seu sonho cair por terra. É um absurdo! Em pleno século XXI o Brasil ainda tem cidadãos que cultivam práticas racistas do tempo da escravidão.”

Quadro 4 – Formação nominal – *cidadãos que cultivam práticas racistas do tempo da escravidão*

Cidadãos que cultivam práticas racistas do tempo da escravidão: racistas, aqueles que perpetuam práticas racistas.

Fonte: Elaborado pela autora

Exemplo (4) *Muito barulho por nada (2019)*

“Esse aluno censurado de hoje será o adulto passivo de amanhã. E ele foi sim censurado. De certo modo, essa suspensão, por mais banal que seja agora, acabará coagindo o aluno a ser um cidadão que, por medo de sofrer retaliações, opta por não expressar sua opinião.”

Quadro 5 – Formação nominal – *cidadãos que optam por não expressar a sua opinião*

Cidadão que opta por não expressar a sua opinião: aluno censurado, adulto passivo, aquele que não se posiciona.

Fonte: Elaborado pela autora

Exemplo (5) *O problema que ofusca o brilho (2010)*

“Como consequência disso, as águas fluviais da cidade apresentam grande quantidade de metais pesados, como cromo, níquel, cobre e chumbo – um risco para a saúde e o bem-estar dos cidadãos, que, em contato com esses metais, podem ser acometidos de problemas gastrintestinais, anemia, danos no sistema nervoso central, disfunção renal, entre outros.”

Quadro 6 – Formação nominal – *cidadãos que podem ser acometidos de problemas gastrintestinais, anemia, danos no sistema nervoso central, disfunção renal, entre outros.*

Cidadãos que podem ser acometidos de problemas gastrintestinais, anemia, danos no sistema nervoso central, disfunção renal, entre outros: cidadãos que entram em contato com as águas fluviais da cidade, aqueles que convivem com riscos a sua saúde.

Fonte: Elaborado pela autora

Os enunciados aqui explicitados e destaque à FN “cidadão” permitem-nos compreender o modo como o processo de produção dos dizeres presentes nos Artigos de Opinião ocorre a partir de uma interpelação ideológica intrínseca aos problemas sociais de cada município, de modo que a construção do *ethos* de cidadão se efetiva a partir de perspectivas distintas, como o sentimento de pertencer (cidadão potiguar), a atuação nas questões sociais (cidadão ativo), a concordância com atitudes que deveriam ser recriminadas (cidadãos que cultivam práticas

racistas), a censura (aluno censurado, adulto passivo) e o cidadão enquanto vítima das questões sociais (aqueles que convivem com o risco à saúde).

Nesse contexto de discussão, corroboramos a percepção de que a língua está para além da comunicação estando o discurso, por essa razão, inserido na relação entre sujeitos afetados pela língua, pela enunciação e pela história.

Para Dias (2018), o conceito de referencial histórico constitui-se como “domínio de ancoragem” que possibilita a significação na língua, tendo em vista os modos como se desenvolvem as relações sociais. Tomando essa concepção, trataremos, na próxima seção, da trajetória da Olimpíada de Língua Portuguesa enquanto referencial histórico que atravessa as produções que integram o nosso *corpus*.

2 OS PERCURSOS DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA

A compreensão da historicidade da OLP é um fator que integrará a nossa análise, tendo em vista que os percursos da OLP constituem os múltiplos efeitos de sentido que integram os textos produzidos pelos alunos, de modo a compreender as representações do *ethos*, da cidadania e da identidade que se destacam nas produções. Nesse sentido, Orlandi (2012) aponta que é, por intermédio da historicidade, que lidamos com as diversas representações inscritas em várias representações discursivas. Assim, a historicidade constitui-se dos modos como se integram os efeitos de sentido.

Dentro desse viés, trataremos, nesta seção, do referencial histórico governamental no tratamento do processo, tendo em vista a compreensão da dinâmica da OLP.

A Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) constitui-se como um concurso de grande credibilidade e alcance, que conta, desde 2008, com a participação expressiva de professores e alunos de todas as regiões do país. Atendendo exclusivamente à comunidade das escolas públicas, a Olimpíada consolidou-se no cenário nacional não apenas por premiar e incentivar a produção escrita dos estudantes, mas principalmente por buscar promover um trabalho efetivo voltado para a leitura e produção textual, sob o viés da valorização do “**Lugar onde eu vivo**” que é o tema das produções.

Atualmente, a OLP está subdividida em cinco categorias: **Poema**, destinada aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, **Memória Literária**, exclusiva para alunos do 6º e do 7º ano do Ensino Fundamental, **Crônica**, para alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, **Artigo de Opinião**, que corresponde ao gênero a ser produzido por alunos do 1º e 2º anos do Ensino

Médio. A partir da sua última edição, em 2019, o concurso passou a ser constituído também da categoria **Documentário**, a qual está destinada para alunos do 3º ano do Ensino Médio. Para esta, os estudantes foram convidados a produzir o projeto (sinopse, argumento e roteiro) e o documentário, em vídeo, de no máximo cinco minutos de duração, em equipes de três integrantes. Cabe ressaltar que, para as demais categorias, a produção é individual, a partir da condução e orientação do professor de língua portuguesa.

As inscrições de alunos e professores são realizadas no site www.escrevendoofuturo.org gratuitamente. Nesse mesmo sitio eletrônico, a equipe escolar tem acesso a uma série de recursos formativos, como cadernos virtuais de apoio ao professor, *blogs*, entrevistas, publicações dos textos finalistas, edições anteriores e, inclusive, cursos de formação *on-line* e gratuitos para os professores.

Nos cadernos virtuais de apoio ao professor constam as diretrizes para a realização das Oficinas que conduzem o processo de produção do gênero textual proposto para cada categoria. Sobre esses cadernos, discorreremos mais profundamente no próximo tópico (2.2). Assim, a partir dos conhecimentos apreendidos no decorrer da realização das Oficinas, que deverão ser ministradas, obrigatoriamente, para todos os alunos da turma, os estudantes produzirão o texto correspondente à categoria em que foram inscritos. Essas produções são pré-selecionadas pelo professor e enviadas para uma comissão julgadora.

São, portanto, critérios para a inscrição dos textos no concurso: a autenticidade das produções e a adequação ao gênero proposto, segundo as orientações disponibilizadas durante a realização das Oficinas. “Cada professor inscrito declara que é o único criador e titular exclusivo de todos e quaisquer direitos autorais patrimoniais sobre as Obras e que as Obras e o uso pelo MEC, pelo Itaú Social e pelo CENPEC não violam direitos de terceiros” (ESCREVENDO, 2019, p.18). Todavia, ainda que a autenticidade esteja inserida como critério de seleção, observamos que as Oficinas direcionam as produções a um modelo padronizado, as quais seguem o mesmo esquema e características que nos parecem almejadas pela Olimpíada, tendo em vista a condução realizada por meio do Caderno do Professor.

Concomitantemente à realização das Oficinas e à seleção das produções, o professor deve registrar por meio do seu **Relato de Prática** as suas experiências no decorrer do percurso de participação no concurso.

Os professores deverão registrar em um diário suas experiências com a realização das Oficinas, como dificuldades encontradas, aprendizagens, descobertas, seus acertos e suas reflexões em um “Relato de Prática”, com fotos e textos de alunos que evidenciem a realização das Oficinas com todos os estudantes da turma.

Oportunamente, outros detalhes sobre este registro serão divulgados no Portal Escrevendo o Futuro. (ESCREVENDO, 2019, p.4)

Os relatos, que também são premiados, funcionam como um recurso que evidencia a realização democrática das Oficinas, ou seja, o professor não deve, por exemplo, garantir que apenas aquele aluno que já se destaca como autor seja o alvo das Oficinas e do incentivo à produção, tendo em vista que exemplos como esse vão contra o objetivo veiculado pela Olimpíada: o de contribuir para a melhoria do ensino voltado para a leitura e a produção textual em sala de aula.

A Olimpíada de Língua Portuguesa faz parte do Programa *Escrevendo o Futuro*, criado pelo Itaú Social e coordenado pelo CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. O programa foi criado em 2002, objetivando a promoção de formação presencial e à distância, bem como o fornecimento de materiais com orientações para a comunidade escolar visando à reflexão de práticas educativas. Em 2008, o programa foi ampliado após firmar parceria com o Ministério da Educação, resultando na criação da Olimpíada de Língua Portuguesa.

O programa *Escrevendo o Futuro* também mantém parceria com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação e o Canal Futura. Todas as ações do programa encontram-se veiculadas no site www.escrevendoofuturo.org, ações estas que se voltam para a formação de professores.

Em 2019, foi realizada a 6ª edição da Olimpíada, que contou com o número expressivo de 85.908 professores, de 42.086 escolas, distribuídas em 4.876 municípios brasileiros. Dos 569 estudantes e professores semifinalistas, os quais foram premiados com medalha de bronze e uma viagem para São Paulo, 173 foram selecionados como finalistas e agraciados com medalha de prata. Por fim, foram selecionados 28 vencedores, que receberam medalha de ouro em cerimônia solene também na cidade de São Paulo. Além das viagens, alunos e professores também são premiados com livros e leitor digital. Cabe destacar que os textos finalistas e os dados aqui apresentados são publicados no site www.escrevendoofuturo.org e em livro físico.

2.1 A busca do saber legitimado pela Olimpíada de Língua Portuguesa

A OLP fornece um material didático composto por sequências didáticas que objetivam a construção de um produto a ser avaliado. Tomaremos, desse modo, o material condutor das Oficinas enquanto condições de produção para a escrita do texto.

Se considerarmos a ADF, a Olimpíada se dá como uma forma para as condições de produção para o gênero em avaliação, a produção dos alunos. A importância das Condições de Produção volta-se para a compreensão fundamental dos sujeitos e da situação. Dizemos que essas condições de produção se voltam para a atualidade na produção discursiva. Assim, “também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória atua, faz valer, as condições de produção é fundamental.” (ORLANDI,2012, p.30).

Nessa perspectiva, as condições de produção referem-se às circunstâncias em que ocorre o processo de enunciação, entendemos que se trata do que conduz o processo de produção dos alunos. Além disso, a partir de uma abordagem mais ampla, deve-se considerar também o contexto histórico e ideológico no qual a enunciação está inserida, em suas condições do produto, o gênero avaliado. No caso do nosso *corpus*, as condições de produção estabelecem uma relação direta como o Programa *Escrevendo o Futuro*, o qual capacita professores de todo o país a trabalharem com os gêneros textuais que competem nas edições da OLP. Para isso, são disponibilizados cursos de formação *on-line*, além de um material que auxilia os professores a conduzirem as produções a partir de uma série de sequências didáticas realizadas no formato de Oficinas. A partir dessas sequências, o aluno é convidado a pensar sobre os problemas vivenciados na sua cidade e a opinar criticamente nos artigos produzidos. Se considerarmos a Semântica da Enunciação, entendemos que todo processo em suas condições se dá como o referencial histórico para a Olimpíada, com todas as etapas, a forma de desenvolvimento, o processo de avaliação e os discursos que norteiam essa avaliação

Para Foucault (1996), a concepção de verdade está pautada em um discurso considerado como verdadeiro, o qual se constitui como um saber que passa a ter valor atribuído em função de práticas discursivas da ciência. Nessa perspectiva, “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 1997, p. 59), ou seja, o lugar social do qual emerge o discurso proferido pelo sujeito constitui-se de diversas relações de poder. Sendo assim, hodiernamente, a concepção de saber legitimado volta-se para os saberes proferidos pelas instituições que buscam assegurar a sua credibilidade, seja por intermédio da força já intrínseca na instituição, - a partir da qual se decide aquilo que dever ser dito -, seja pela posição social de destaque em que tal instituição se insere.

A OLP assegura enquanto saber legitimado um conjunto de características que devem estar presentes nos textos premiados, características essas que são repassadas ao professor por meio do material didático que norteará a realização das Oficinas com os alunos. Nesse processo,

o professor, que é parte de uma instituição legitimada – a escola – utilizará de seu papel social de detentor do saber para transmiti-lo aos alunos. Saber que, por sua vez, constitui-se da reprodução do material oferecido pela Olimpíada, elaborado a partir da parceria entre o Ministério da Educação, o Governo Federal e a Fundação Itaú Social.

Considerando que os alunos produzem textos no intuito de serem aprovados em uma seleção, torna-se essencial que o processo de apreensão do saber considerado legítimo pela OLP componha a presente pesquisa. Por essa razão, dedicamos este tópico para uma breve apresentação, contextualização e discussão acerca do material de apoio fornecido aos professores pelo programa *Escrevendo o Futuro*.

O programa *Escrevendo o Futuro* disponibiliza um material *on-line* direcionado ao docente inscrito na Olimpíada, o qual conduzirá o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual proposto. Esses cadernos, que podem ser acessados pelo professor em www.escrevendoofuturo.com.org, são compostos por sequências didáticas a serem realizadas em formato de Oficinas. Além da versão digital, as escolas inscritas também recebem, nos anos em que a OLP ocorre, a versão física do material, a qual inclui o caderno do professor e o material complementar direcionado ao aluno intitulado **Coletânea**. O material do aluno é parte integrante de algumas das Oficinas propostas.

Figura 1 – Cadernos do Professor



Fonte: Portal da Olimpíada⁶

⁶ Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/>>. Acesso em: 10 mar.2020

Esses materiais têm sido disponibilizados para os professores inscritos desde a primeira edição da OLP, em 2008. O material recebeu algumas modificações pontuais durante as edições da OLP, voltadas, principalmente, para a temática em questão no ano vigente. Assim, em 2016, ano da realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, o material trouxe uma abordagem acerca dos jogos, traçando um paralelo entre os jogos olímpicos e a OLP. No mais recente ano de realização da Olimpíada (2019), a 6ª edição do Caderno do Professor apresentou uma abordagem voltada para o próprio tema das produções: “O lugar onde eu vivo”.

Para cada gênero textual há um caderno elaborado especificamente para a condução do ensino e da aprendizagem, por intermédio da realização das sequências didáticas. Para o gênero Poema, o material é intitulado **Poetas da escola**; na categoria Memórias Literárias, o caderno é denominado **Se bem me lembro...**; **A ocasião faz o escritor** é o título do material destinado ao gênero Crônica; **Olhar em movimento** nomeia o material referente ao gênero Documentário e, como parte integrante do nosso trabalho, temos o material intitulado **Pontos de vista**, direcionado à escrita do Artigo de Opinião.

As sequências didáticas são apresentadas em formato de Oficinas, que são conduzidas pelo professor. O conteúdo das Oficinas apresenta-se como condições de produção para o preparo do texto que será avaliado. Sendo assim, o material influencia diretamente o modo de produzir e de conduzir o texto a ser escrito pelos alunos, constituindo-se, por isso, como um saber regrado. A respeito da concepção do saber regrado, concebido como verdade pelo meio social, consideremos as postulações de Foucault (1992)

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1992, p.10)

Desse modo, as Oficinas propostas acabam por explicitar um modo de observar o que foi ensinado, a partir do mecanismo/prática avaliativa, que reflete, em geral, a velocidade, o meio e o modo de ensinar regrados (BIAVATI, 2009), indicando que o processo é legitimado, uma vez que apresenta o que se espera de um texto medalhista da OLP, a partir dos resultados a serem alcançados com a execução de cada uma das Oficinas.

O Caderno Virtual *Pontos de Vista* é composto por 191 páginas e foi produzido sob a coordenação técnica do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária). Para o nosso trabalho, foi consultada a 6ª e última edição do material, publicada no ano de 2019, por meio da parceria entre a Fundação Itaú Social, o Ministério da Educação e

o Governo Federal. A edição é composta por um texto de apresentação, um capítulo de introdução ao gênero, quinze propostas para a realização das Oficinas, um capítulo no qual constam os critérios para a avaliação dos artigos e opinião e um glossário.

Em **Apresentação**, o material traz um texto cuja função essencial é explicitar quais seriam os papéis a serem desenvolvidos pelos professores no processo de apreensão da leitura e da escrita em sala de aula. Ressalta-se, nesse processo, o uso dos modalizadores “dever”, “é necessário”, “precisar”, “temos de”, em trechos como “(...) o professor *deve preparar*⁷ o aluno para que, ao ler, aprenda a fazer registros pessoais, melhore suas estratégias de compreensão e desenvolva uma relação mais sólida com o saber e com a cultura”. (PONTOS, 2019, p. 9)

Dessa forma, o professor deve preparar o aluno para que, ao ler, aprenda a fazer registros pessoais, melhore suas estratégias de compreensão e desenvolva uma relação mais sólida com o saber e com a cultura. Não é suficiente que o aluno seja capaz de decifrar palavras, identificar informações presentes no texto ou lê-lo em voz alta – é necessário verificar seu nível de compreensão e, para tanto, tem de aprender a relacionar, hierarquizar e articular essas informações com a situação de comunicação e com o conhecimento que ele possui, a ler nas entrelinhas o que o texto pressupõe, sem o dizer explicitamente, e a organizar todas as informações para dar-lhes um sentido geral. Ele precisa aprender a tomar certo distanciamento dos textos para interpretá-los criticamente e ser capaz de identificar suas características e finalidades. Se queremos que descubra as regularidades de um gênero textual qualquer (uma carta, um conto etc.), temos de fornecer-lhe ferramentas para que possa analisar os textos pertencentes a esse gênero e conscientizar-se de sua situação de produção e das diferentes marcas linguístico-discursivas que lhe são próprias. (PONTOS, 2019, p.9-10)

Conforme explicitado no trecho acima, percebemos que, no decorrer do texto, o professor é colocado como o único responsável pela aquisição da autonomia na leitura crítica do texto por parte do aluno. Assim, construções como “deve preparar”, “é necessário”, “tem de aprender”, “precisa aprender” e “temos de fornecer-lhe” são sentenças que se destacam no decorrer desse texto e refletem uma discrepância de responsabilidades atribuídas ao professor e ao aluno no processo de ser o escritor e apreender a escrita. Ou seja, o aluno não aparece como protagonista, construtor do próprio conhecimento, mas como receptor de um processo cuja responsabilidade pela execução e êxito pertencem ao professor. Essas condições dizem respeito ao que Foucault (1996) reflete como a rede de micropoderes que circulam na instituição e, nesse caso, no material.

Adiante, em **Introdução ao gênero**, temos um texto intitulado **Escrita e cidadania**, o qual aborda a função textual do Artigo de Opinião dentro da sociedade. Nesse capítulo, o *Caderno* traça como um dos seus objetivos principais “motivar alunos e professores a

⁷ Grifos nossos

reconhecer questões polêmicas que atravessam nosso cotidiano” (p.17), destacando a necessidade de debater as questões que perpassam a sociedade como forma de colaborar para a formulação coletiva de soluções como tarefa essencial para o exercício da cidadania. Ao considerarmos o gênero em questão, percebemos que, neste texto, os organizadores apresentam uma sequência que corresponde à proposta das Oficinas. Dessa forma, a pesquisa, a identificação de uma questão polêmica, a argumentação e o apontamento de soluções destacar-se-ão como norteadores das quinze Oficinas propostas.

Ainda neste capítulo, os organizadores destacam a função do texto jornalístico, em especial a notícia, na apresentação dos fatos que perpassam a sociedade. Sob esse viés de discussão, chega-se ao Artigo de Opinião como um dos gêneros mais conhecidos de matéria assinada. Neste ponto, o *Caderno do Professor* explicita o papel dos articulistas como autores dos Artigos de Opinião que são publicados nos mais diversos veículos informativos. Esses autores, nos dizeres do próprio *Caderno*, assumem a autoria e a responsabilidade por suas opiniões, ainda que estas não sejam as mesmas dos veículos dos quais fazem parte.

No caso particular do Artigo de Opinião, o articulista é convidado por uma empresa jornalística para escrever porque é reconhecido, tanto por ela como pelos leitores, como alguém que tem uma contribuição própria relevante para o debate. Por isso mesmo, nem sempre sua opinião coincide com a do veículo para o qual escreve. E é por esse motivo que ele assina o artigo, responsabilizando-se pessoalmente pelo que diz. (p.19)

O *Caderno* define, ainda, os autores dos Artigos de Opinião como formadores de opinião, uma vez que esses são convidados a discorrer sobre uma questão polêmica, tendo em vista a sua habilidade para construir argumentos bem fundamentados e, por essa razão, persuadir o leitor.

Por fim, o capítulo **Introdução ao gênero – Escrita e cidadania** corrobora a função da questão polêmica como fio condutor para a produção dos artigos, destacando que o tema da Olimpíada “O lugar onde eu vivo” é um convite à percepção dessas questões e um estímulo à formação do aluno enquanto cidadão. Nesse ponto, o termo “cidadania” é apresentado como uma prática do morador inserido nas questões sociais e consciente do seu papel na sociedade, tanto que é capaz de identificar uma questão polêmica que perpassa algum conflito social inerente ao lugar onde ele vive e, a partir dela, posicionar-se criticamente, de modo a exercer a sua cidadania por meio da escrita.

Tendo concluído as proposições dos textos que introduzem o material disponibilizado aos professores, passemos a abordagem das Oficinas, buscando uma elaboração dos pontos mais relevantes para a análise que comporá a presente pesquisa.

2.1.1 Oficina 1 – Argumentar é preciso? ⁸

A preparação do aluno para a escrita pressupõe que sejam ministradas as Oficinas oferecidas no Caderno do Professor. Por serem práticas didatizadoras acerca do modo como o gênero Artigo de Opinião deverá ser redigido, consideramos importante descrevê-las para associá-las a um saber legitimado que é conduzido pelo professor. Nesse viés, a percepção de que as Oficinas se organizam por meio de um processo que dura, em média, quinze aulas e de que esse processo provoca o aluno a tratar de cidadania enquanto prática de um cidadão ativo e participativo das questões sociais da sua cidade constitui-se como aspecto fundamental a ser pontuado nas Oficinas que serão descritas a seguir.

As Oficinas organizam as ações do professor para com os alunos, e essas acontecem em sequências didáticas. Essas sequências, por sua vez, regram o olhar para o Artigo de Opinião, tomando como caminhos: o modo como a notícia deve ser lida, o modo de dizer algo no processo argumentativo, bem como a concretização da escrita como um produto que se dá por meio do texto, o que será avaliado na Olimpíada.

Nessa perspectiva, a questão do eu é construída no decorrer do processo, de modo que essa construção resulte em um modelo de cidadão legitimado pela Olimpíada. Percebemos, pois, que o cidadão construído a partir das Oficinas valoriza o lugar onde ele vive, seja por meio da exaltação da sua cidade, da percepção das problemáticas ou do apontamento de soluções para tais questões.

A primeira Oficina que integra a sequência didática do **Caderno do professor** propõe a discussão do papel da argumentação e o conhecimento da proposta de trabalho como objetivos a serem alcançados pelos alunos. Essa Oficina é composta por quatro etapas: “Uma notícia”, “Produção de um jornal mural”, “O poder da argumentação” e a “Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro”.

O material sugere que o professor aborde a importância da palavra para pacificar uma situação de tensão, evidenciando o valor do processo argumentativo de modo que caberá ao docente discorrer sobre as Oficinas que serão realizadas até a chegada da produção final do texto, bem como informar sobre a importância dos conhecimentos que serão apreendidos durante o processo.

⁸ Para nomearmos as seções correspondentes às Oficinas, optamos por manter o nome e a sequência utilizada pelo Caderno do Professor. Desse modo, os títulos aqui apresentados correspondem à mesma nomenclatura empregada pelo material de análise.

2.1.2 Oficina 2 – Os movimentos da argumentação

A segunda Oficina objetiva propiciar aos alunos o primeiro contato com o Artigo de Opinião e a estabelecer uma definição de argumentar. Desse modo, o Caderno orienta que o professor deverá se apropriar de dois termos essenciais para a realização dessa Oficina: argumentar e opinar.

A Oficina “Os movimentos da argumentação” é composta por três etapas: 1- “Artigo de Opinião: onde circulam, quem escreve, para que leitores, com que objetivo”; 2- “Argumentação” e 3- “Artigos de Opinião nos jornais”. Nessa Oficina podemos perceber evidências de uma tentativa de aproximação com o aluno, considerando que a proposta de argumentação como um jogo é convidativa. Ou seja, a relação entre jogo, disputa e vitória, emerge como uma estratégia implícita, um convite instigante para a escrita.

O material solicita, ainda, que o professor leve para a sala de aula um jornal que contenha, pelo menos uma coluna de opinião. Os alunos serão convidados a procurar essa coluna no jornal, de modo a propiciar o aprendizado da disposição gráfica presente no jornal impresso. Para isso, caberá ao professor direcionar a percepção das delimitações presentes no veículo informativo, observando, por exemplo, a divisão de matérias opinativas, neutras e imparciais.

Percebemos, pois, que ao solicitar que o professor direcione o aluno a perceber as delimitações características do gênero Artigo de Opinião, o material deixa claro o modo como esta Oficina contribui para a formação do saber regrado a ser apreendido pelo aluno. Em outras palavras, compreender as características do texto que escreverá a partir da leitura e da análise de outros textos pertencentes ao mesmo gênero, é uma estratégia de aproximação do discente com o saber que se espera que ele apreenda.

2.1.3 Oficina 3 – Informação versus opinião

Esta Oficina visa relacionar e diferenciar a notícia do Artigo de Opinião. Dentro da temática dos aspectos negativos da internet, o material propõe a análise de duas charges, uma notícia e um Artigo de Opinião. Para isso, subdivide-se em duas etapas: 1- “Charge, tirinha e notícia” e 2- “O Artigo de Opinião”.

Objetivando a ampliação dos conhecimentos prévios dos discentes, na 1ª etapa, é proposto que o professor pergunte aos alunos sobre as discussões presentes no que se refere às

vantagens e desvantagens da *Internet* para as relações interpessoais. Adiante, em grupos, os alunos serão conduzidos a analisar uma tirinha e uma charge que abordam essa mesma temática.

Na segunda etapa, é proposto que os alunos realizem a leitura do Artigo de Opinião – intitulado **A valorização do senso comum**, buscando destacar as frases ou palavras que evidenciam a opinião do articulista sobre a questão polêmica abordada. Percebemos, nesse ponto, um saber que rege a composição do interdiscurso enquanto um conjunto de temas e práticas recorrentes para perceber e compor argumentos. Nesse sentido, destacamos a noção de estereótipo postulada por Amossy (2005), segundo a qual a construção da imagem de si no discurso é efetuada a partir de representações partilhadas para que possam parecer legítimas.

Assim, as estratégias propostas por esta Oficina direcionam o aluno para a percepção do modo como se espera que ele explicita a sua opinião a respeito do tema em seu texto, de modo a considerar um saber regrado voltado para o ato de opinar acerca de uma questão polêmica.

2.1.4 Oficina 4 – Questões polêmicas

A quarta Oficina tem por objetivo levar o aluno a identificar questões polêmicas, reconhecer bons argumentos e escolher ou formular uma questão polêmica. Nesse viés, compreendemos a questão polêmica como uma forma de saber que instiga a leitura e, ao ser problematizada, ajuda a preparar o aluno para compor argumentos que chamem atenção na escrita do produto final das Oficinas. Duas etapas compõem esta Oficina: 1- “O que é uma questão polêmica?” e 2- “O debate”.

Na primeira etapa, após refletirem juntamente com o professor, os alunos serão motivados a encontrar e formular duas questões polêmicas que merecem ser discutidas em função da sua relevância social. Neste ponto, caberá ao professor o papel de associar esse tipo de questão ao confronto de diversos pontos de vista sobre um mesmo assunto. Essas questões serão analisadas pelo professor, que irá explicitar a importância das estratégias argumentativas na condução de um debate, oral ou em um texto escrito.

A segunda etapa propõe a realização de um debate regrado. Anteriormente, os alunos serão conduzidos a pensar as diferenças entre apresentar uma opinião pessoal e debater. Para o debate, o professor é orientado a dividir a turma em dois grupos, os quais opinarão contra ou a favor das questões polêmicas elaboradas anteriormente. Segundo as orientações do *Caderno*, o professor contribuirá como mediador e orientador do debate.

Percebemos que o debate proposto nesta Oficina buscará levar os alunos a perceberem a necessidade de incluir novas vozes em seu texto, de modo a sustentar os argumentos que defenderem em suas produções. Nessa conjuntura, percebemos outro saber regrado contido nos textos a ser alcançado nessa Oficina: a fundamentação argumentativa a partir de dados estatísticos, citações, contexto histórico e outros.

2.1.5 Oficina 5 – A polêmica no texto

A Oficina 5 propõe a escrita de um primeiro Artigo de Opinião e é composta de uma única etapa, denominada “Primeiro artigo”. Contudo, devemos destacar que essa primeira produção não necessariamente será aquela que dará origem à versão final para concorrer na OLP, isso porque os alunos ainda serão conduzidos, em Oficinas posteriores, a refletirem sobre questões polêmicas de suas cidades.

A partir da realização do debate regrado proposto na Oficina 4, o professor orientará os alunos a escolherem uma das questões polêmicas discutidas para a escrita do texto. Para isso, deverão imaginar o público-alvo, o veículo de publicação e os fatores que motivaram a escrita do artigo.

Essa etapa propõe, ainda, um planejamento de escrita a partir dos seguintes questionamentos:

- Que aspecto da polêmica será discutido?
- Qual opinião ou tese será defendida a esse respeito?
- Que argumentos principais serão utilizados para isso?
- De quais fatos ou dados deve-se partir?
- O que será escrito na “Introdução”, de forma que possa indicar ao leitor qual é o contexto da discussão?
- Como serão desenvolvidos os argumentos de forma que fiquem bem claros?
- Como se pretende concluir?
- Que título será mais adequado para já situar o leitor acerca da tese defendida e despertar o interesse dele? (CADERNO, p.74)

O que se percebe a partir dessas perguntas é um projeto de texto padrão que, ao ser seguido pelos alunos, levará à produção de um texto que segue aos parâmetros legitimados pela OLP. Tal perspectiva pode ser observada no modo como se articulam algumas das instruções presentes nesta Oficina, tais como: “Por fim, peça a cada aluno que escreva um artigo, procurando seguir o planejamento feito” e “Anuncie que o processo de escrita pode levá-los a repensar o planejamento” (p.75)

Assim, ao responder a tais indagações, no momento da escrita do texto, os discentes passam a cumprir algumas das exigências que os levarão a apreensão do saber legitimado pela OLP.

2.1.6 Oficina 6 – Por dentro do artigo

Nesta Oficina, o Caderno do Professor propõe a leitura de Artigos de Opinião para que seja possível ao aluno reconhecer e compreender as características do gênero textual. As etapas “Leitura do artigo” e “Outros artigos” compõem esta parte da sequência didática. Para esta Oficina, solicita-se que o professor saiba a forma como se organiza o Artigo de Opinião, conhecendo cada uma das partes que o compõem: a introdução; o desenvolvimento e a conclusão.

O material propõe que os alunos sejam convidados a realizar a leitura de um dos artigos da **Coletânea**, intitulado “Em defesa do voto obrigatório”. O texto trata de uma discussão promovida pela mídia, no ano de 2015, referente à crise política instaurada no país no ano anterior. Posterior a leitura, é solicitado que o professor faça um levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos a partir de questões voltadas para a definição de democracia, para verificar o que os alunos já ouviram falar sobre essa crise política e sobre o direito ao voto. Durante a leitura em voz alta, o professor é instigado a participar como mediador, levando os alunos a refletirem sobre a construção textual do artigo lido, de modo a conduzi-los ao saber regrado pela OLP no que diz respeito a estrutura composicional do gênero Artigo de Opinião.

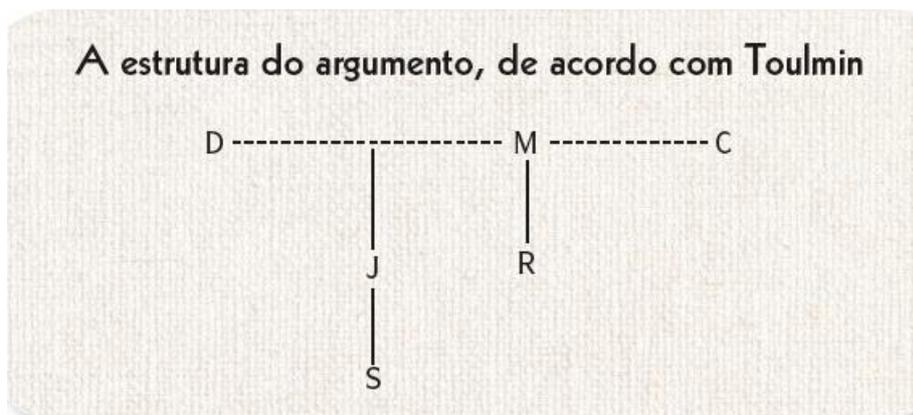
2.1.7 Oficina 7 – O esquema argumentativo

Segundo o Caderno do Professor, a Oficina 7 tem por objetivo a análise do esquema argumentativo e a organização textual do gênero Artigo de Opinião. A Oficina é composta por duas etapas, respectivamente intituladas: 1- “Análise da organização do texto” e 2- “Comparação”.

Na primeira etapa, solicita-se que o professor oriente uma nova leitura do artigo trabalhado na Oficina 6, porém, desta vez, atentando-se especificamente aos aspectos voltados para a construção estrutural dos argumentos que constituem o texto. Desse modo, a mediação do professor estará voltada para o raciocínio desenvolvido pelo autor, as partes que compõem esse raciocínio e o modo como as ideias presentes no texto se articulam. Para a análise, o

Caderno apresenta um esquema argumentativo adaptado para fins didáticos – originalmente elaborado por Toulmin (1958) - a ser utilizado pelo professor. Este esquema, ao nosso olhar, poderá justificar uma certa padronização dos artigos que compõem o nosso *corpus*, tendo em vista que a esquematização representa mais uma forma de saber regrado pelo *Caderno do Professor*.

Figura 2 - A estrutura do argumento



Fonte: PONTOS, 2019, p.94

O caderno orienta, ainda, que o esquema ilustra a conexão entre as ideias e parágrafos que constituem um Artigo de Opinião, apresentando ao professor uma explicação acerca do significado da imagem. Acima, percebe-se que **D** corresponde ao conjunto de dados utilizados pelo argumentador como ponto de partida para a escrita do texto; **C** diz respeito à conclusão a que o autor quer chegar, a tese que defenderá; **J** são as justificativas reunidas, as quais podem ser consideradas como os próprios argumentos; **S** refere-se ao suporte utilizado tanto para os dados, quanto para as justificativas, ou seja as informações complementares que são utilizadas para reforçar os argumentos apresentados; **M** é o modalizador, constituído por palavras ou expressões que levam o leitor a aceitar a conclusão a que se pretende chegar, tais como “necessariamente”, “é possível que” e “talvez”; **R** corresponde, finalmente, à refutação, que funciona como uma contestação produzida para outras possíveis opiniões que não compactuam com o posicionamento do argumentador.

Na segunda etapa, os alunos serão orientados a observar o Artigo de Opinião a partir de outra organização textual: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão, de modo a compreenderem, por intermédio do professor, a função de cada uma dessas partes na articulação textual.

2.1.8 Oficina 8 – Questão, posição e argumentos

Nesta Oficina, o objetivo a ser alcançado é reconhecer questões polêmicas e analisar a argumentação do autor. Para isso, a proposta apresenta-se dividida em duas etapas: 1- “A notícia e o Artigo de Opinião” e 2- “Contra-argumentação”. Anterior à primeira etapa, o *Caderno* apresenta uma espécie de texto de apresentação desta Oficina, intitulado “Sobre a Oficina”. Nesse texto, percebemos o estabelecimento de um diálogo com o professor no intuito de orientá-lo acerca da temática que será trabalhada nos textos propostos: a questão dos refugiados em vários países do mundo.

2.1.9 Oficina 9 – Sustentação de uma tese

A nona Oficina propõe a construção de argumentos para defender uma tese, a partir do contato com diferentes tipos de argumento. A Oficina constitui-se de quatro etapas denominadas: 1- “Tipos de argumento”, 2- “Provocação”, 3- “Repertório de argumentos e 4- “A construção da opinião”.

Na primeira etapa, o material orienta o professor acerca da importância de uma tese clara, bem como de argumentos bem construídos e fundamentados para sustentá-la.

Na segunda etapa, é sugerido que o professor disponibilize a exposição de trechos de dois documentários que tratam da questão do grafite e da pichação: “Cidade cinza” e “Pixo”. A intenção é que, após assistirem, os alunos sejam levados a refletir sobre as diferenças e semelhanças entre as duas práticas.

Nas etapas seguintes, os alunos serão orientados a lerem ainda mais sobre a temática, buscando outros autores, veículos e gêneros que já tenham abordado a mesma questão. Além disso, o *Caderno do Professor* propõe a confecção de um painel de opiniões sobre o assunto. Nele, os alunos deverão colocar em prática as estratégias argumentativas trabalhadas durante a Oficina na produção de parágrafos argumentativos em que se posicionarão a respeito do tema.

2.1.10 Oficina 10 – Como articular

Esta Oficina visa levar os alunos a perceberem as articulações entre as partes que integram o texto argumentativo e a conhecerem e usarem expressões que tornam esse tipo de texto articulado. As etapas “Articuladores” e “Produção de artigos” constituem a Oficina.

A proposta da Oficina visa a percepção dos modos de articulação necessários à produção do texto. Assim, ao apresentar uma tabela com trechos padronizados, explicita-se a necessidade de apresentação de mais uma parte do saber regrado pela OLP: a construção dos argumentos a partir do emprego de elementos de coesão.

Figura 3 – Tabela para atividade de articulação

Devemos ajudar nossos pais,	pois, sem dúvida,	a cooperação é um valor fundamental para a convivência familiar.
As propagandas mostram produtos atraentes indispensáveis para a nossa vida,	mas	cabe ao consumidor analisar aquilo de que realmente necessita e selecionar o que é bom.
O fumo faz mal à saúde.	Portanto,	as pessoas deveriam parar de fumar.
A água doce, por causa dos abusos cometidos, poderá acabar em nosso planeta.	Assim,	é preciso definir algumas regras para o uso racional da água.
A limpeza de terrenos e casas é necessária para impedir a propagação do mosquito da dengue.	Além disso,	é importante que se faça campanhas de conscientização para que as pessoas não deixem que a água se acumule em vasos e outros recipientes.
Se o desmatamento não diminuir,	é provável	que a Amazônia se transforme em um imenso deserto.
É indispensável que se intensifiquem campanhas de coleta seletiva de lixo nas escolas, famílias e comunidade,	pois dessa forma	a responsabilidade cidadã crescerá entre os moradores.
A pena de morte não é solução para a criminalidade.	Primeiramente,	está comprovado que os crimes hediondos não deixaram de ocorrer nos países que a adotaram.
A pena de morte não é solução para a criminalidade.	Em segundo lugar,	porque muitos dos que foram executados tiveram, posteriormente, sua inocência comprovada.
A pena de morte não é solução para a criminalidade.	Finalmente,	não matar os semelhantes é um princípio ético fundamental.

Fonte: PONTOS, 2019, p.130

A segunda etapa sugere a produção de um novo texto, no qual os alunos deverão atentar-se para a utilização de conectivos para garantirem a articulação entre as ideias contidas no artigo.

2.1.11 Oficina 11 – Vozes presentes no Artigo de Opinião

Nesta Oficina, constituída de uma única etapa, o objetivo é a identificação das diferentes vozes presentes nas informações apresentadas pelo articulista.

Na etapa intitulada “Um artigo tem...” propõe-se a leitura de um novo artigo, visando à observação das vozes presentes na produção. Neste ponto, o Caderno do Professor compreende que o conceito de voz:

[...] não se refere apenas à palavra, falada ou escrita, de indivíduos e instituições. Números, estatísticas, dados quantitativos ou qualitativos de diferentes ciências também são considerados vozes, na medida em que são assumidos socialmente por especialistas e/ou instituições que funcionam como protagonistas de um discurso. Num texto argumentativo, as vozes assumem funções específicas, e tendem a se organizar como num debate. (p.135)

Desse modo, considerando a importância de outras “vozes” na construção do debate presente em um Artigo de Opinião, o professor é orientado a conduzir a leitura do texto “Tá com dó do refugiado? Leva pra casa!” de autoria do jornalista Leonardo Sakamoto. O intuito é que os alunos busquem não apenas identificar essas “vozes”, mas, principalmente, o modo como elas concordam ou discordam entre si. Nesse ponto, destacamos mais uma forma de construção de estereótipos a partir de uma representação coletiva, tendo em vista que, ao propor a inserção de “outras vozes”, espera-se conferir autoridade à construção do *ethos* individual presente no Artigo de Opinião.

2.1.12 Oficina 12 – Pesquisar para escrever

Objetivando a busca de informações sobre a questão polêmica, a relação entre informações de caráter universal com realidades locais e a socialização dos resultados de pesquisas que serão realizadas pelos alunos, a 12ª Oficina constitui-se de duas etapas.

Na primeira etapa, intitulada “Grupos de pesquisa” os alunos serão motivados a pesquisar questões polêmicas dos locais onde vivem. O material sugere ao professor que esse processo seja realizado em grupos e que a busca ocorra em diferentes veículos de informação, inclusive com entrevista a autoridades e/ou moradores do município, a fim de que informações confiáveis sejam pesquisadas.

Na segunda etapa, “Socialização dos resultados da pesquisa”, os grupos, após prepararem uma síntese do material pesquisado, serão conduzidos a apresentarem oralmente as

informações que foram descobertas. Concomitantemente, sugere-se que o professor anote na lousa as informações que poderão ser transformadas em um Artigo de Opinião.

2.1.13 Oficina 13 – Aprendendo na prática

Esta Oficina objetiva a realização de uma análise e reescrita de um texto produzido por um dos alunos da classe e é composta por três etapas: 1- “O texto: primeiras impressões”, 2- “Reescrita em grupos” e 3- “Versão final”.

Durante a primeira etapa, caberá ao professor selecionar um dos textos produzidos por seus alunos no decorrer de todo o processo para ser reescrito por toda a turma. O *Caderno* sugere, ainda, a possibilidade de reescrita de outro artigo presente no material, intitulado “A cidade de Campina da Mata” - para o caso de o professor optar por não utilizar textos produzidos pelos alunos.

Esta Oficina possibilitará uma reescrita, de certo modo, padronizada de modo que o resultado alcançado esteja pautado no conceito de saber que é regado pela OLP, ou seja, um texto constituído a partir do que se espera de um texto medalhista. Por essa razão, ao sugerir que o professor realize as alterações que julgar necessárias, o *Caderno do Professor* legitima o papel social do professor, como detentor do saber que é regado pela OLP.

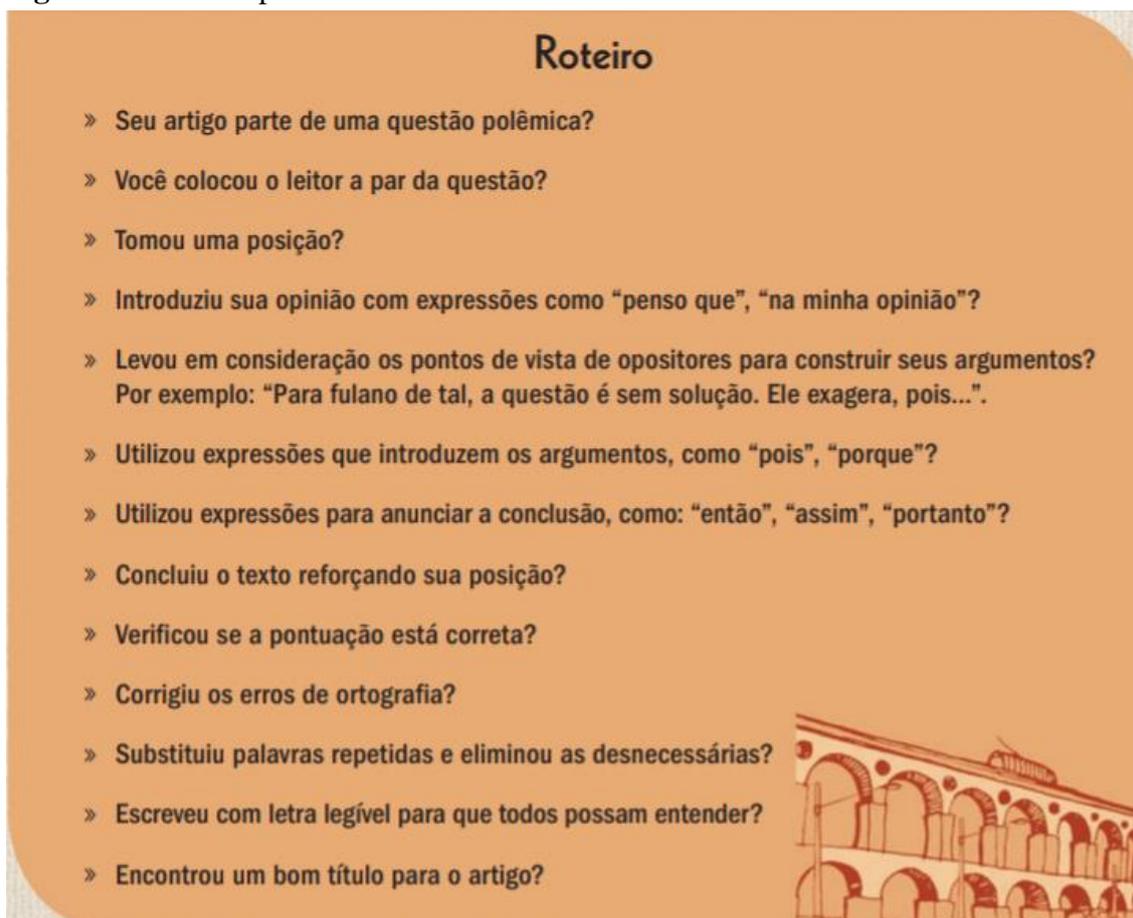
2.1.14 Oficina 14 – Enfim, o artigo

A penúltima Oficina tem como objetivo a escrita individual do texto que poderá ser selecionado para a Olimpíada de Língua Portuguesa. Nesta parte da sequência didática, o *Caderno do Professor* não apresenta uma divisão por etapas. Desse modo, é sugerido que o professor faça uma retomada de todo o percurso das Oficinas, evidenciando os aspectos estruturais que foram trabalhados no intuito de que os alunos possam, enfim, materializarem o que foi apreendido.

2.1.15 Oficina 15 – Revisão final

A revisão final e a melhoria do texto final são os objetivos da última Oficina. Nesta etapa, o professor é orientado a preparar um cartaz com um roteiro de revisão sugerido pelo material, na intenção de orientar a escrita da versão final do Artigo de Opinião.

Figura 4 – Roteiro para revisão textual



Fonte: PONTOS, 2019, p.164

Percebemos, nesse roteiro, uma reiteração das Oficinas que buscamos sintetizar neste capítulo da pesquisa. Nesse viés, compreendemos como o saber legitimado pela Olimpíada de Língua Portuguesa a presença dos resultados, das marcas textuais adquiridas a partir da efetivação da sequência didática proposta. Consideramos, ainda, que o roteiro final apresentado estabelece um diálogo direto não apenas com as Oficinas, mas também com os critérios de avaliação do texto que concorrerá nas etapas seguintes da OLP, critérios sobre os quais discutiremos no próximo tópico.

As postulações de Orlandi (1996) acerca do discurso pedagógico destacam o modo como o conhecimento é inculcado no aluno, constituindo, por essa razão um processo de silenciamento. Ao analisarmos discursivamente os modos de condução ao saber legitimado que emergem das Oficinas - pesquisa e exposição de uma questão polêmica, construção da argumentação como um jogo de convencimento, pontos de contraste entre a informação e a opinião, modos de sustentação de uma tese, dentre outros – percebemos que eles provocam certa uniformização dos textos produzidos, o que evidencia uma sequência de conhecimentos que foi inculcada no aluno.

Tal perspectiva estará presente nos aspectos metodológicos desta pesquisa, os quais evidenciam algumas padronizações nos textos do nosso *corpus*, como emprego da primeira pessoa, valorização do lugar onde vive, sentimento de pertença, discussão acerca de uma questão polêmica inerente ao município e posicionamento do aluno enquanto cidadão consciente dessas questões, por exemplo. Assim, consideramos que as Oficinas conduzem o aluno à concretização de determinadas práticas, consideradas legitimadas, de leitura e escrita do gênero Artigo de Opinião pela OLP.

2.2 A avaliação como indício do saber legitimado

Após a escrita da versão final dos textos, as produções são avaliadas em até cinco etapas, segundo a grade de avaliação apresentada no próprio Caderno do Professor. Esses critérios encontram-se explicitados no capítulo intitulado “Critérios de avaliação para o gênero Artigo de Opinião” do material do professor.

Figura 5 – Proposta de descritores

ARTIGO DE OPINIÃO Proposta de descritores		
CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO	DESCRITORES
Tema "O lugar onde vivo"	1,0	<ul style="list-style-type: none"> O texto se reporta de forma pertinente a alguma questão polêmica da realidade local?
Adequação ao gênero	3,0	Adequação discursiva <ul style="list-style-type: none"> Há uma questão polêmica apresentada no texto? O autor se posiciona claramente em relação à questão apresentada? A questão polêmica está relacionada a aspectos que afetam a realidade local? A questão polêmica tratada é relevante para o autor, para a comunidade e pode interessar múltiplos leitores? O autor argumenta como alguém que entende do assunto e se sente autorizado a opinar perante seus leitores? O autor utiliza dados e informações pertinentes e diversificados para dar sua opinião contribuindo para o debate?
	2,5	Adequação linguística <ul style="list-style-type: none"> O texto deixa transparecer claramente o ponto de partida (os dados) e a conclusão (ou tese) a que o autor pretende chegar? O ponto de partida que gerou a opinião e a tese defendida estão construídos de maneira clara e coerente para o leitor projetado? Os argumentos apresentados sustentam a opinião do autor perante o leitor a que se destina o texto? Estratégias argumentativas como a refutação e posições de diferentes protagonistas do debate estão articuladas entre si e integradas ao propósito do texto? O texto é coeso? Os elementos de articulação são adequadamente utilizados?
Marcas de autoria	2,0	<ul style="list-style-type: none"> Levando em conta o leitor do texto (alguém que pode conhecer ou não a questão, concordar ou discordar da opinião defendida) e o propósito do texto (formar opinião, mobilizar, desacomodar, fazer mudar de ideia etc.), a tese construída é defendida por argumentos convincentes? Ao tentar convencer seus leitores, o autor utiliza diversidade de tipos de argumentos? Estes argumentos estão articulados? A estratégia utilizada é eficaz? O autor supõe um leitor que quer ou deve saber sua opinião sobre a questão? Ao escrever o texto, o autor considerou diferentes leitores? O título antecipa a polêmica e motiva a leitura do texto?
Convenções da escrita	1,5	<ul style="list-style-type: none"> O texto atende às convenções da escrita (morfossintaxe, ortografia, acentuação, pontuação), levando em conta o leitor considerado no texto? O texto rompe convenções da escrita (por exemplo, marcas de oralidade ou de variedades linguísticas regionais ou sociais) a serviço de produção de sentidos no texto?

Fonte: PONTOS, 2019, p.167

Segundo o Caderno do professor, os critérios apresentados são resultados das experiências acumuladas pelas comissões julgadores e de reflexões realizadas no Seminário Nacional Olimpíada em Rede, o qual foi integrado por docentes de universidades de todo Brasil. No seminário, ocorrido em outubro de 2013, os professores Ana Luiza Marcondes Garcia (PUC-SP) e Egon de Oliveira Rangel (PUC-SP) coordenaram o grupo de trabalho “Alinhando critérios para avaliação de textos” no qual esses parâmetros foram discutidos.

Na Proposta de Descritores apresentada, os descritores foram detalhadamente apresentados em forma de perguntas para, segundo o Caderno do Professor, facilitar o processo

de análise e avaliação dos textos. Desse modo, o próprio uso do termo “descritores” para intitular os aspectos a serem avaliados nos textos, pressupõe a padronização que é almejada nos textos, enquanto produtos da realização das Oficinas e do saber legitimado pela OLP.

A grade encontra-se dividida em “Critérios”, “Pontuação” e “Descritores”. Os Critérios correspondem à adequação ao tema “O lugar onde eu vivo” (1,0 ponto), à adequação ao gênero (5,5 pontos), à presença de marcas de autoria (2,0 pontos) e à correta apresentação das convenções de escrita (1,5 pontos). Cabe, ainda, destacar que o critério que avalia a adequação ao gênero encontra-se subdividido em “Adequação discursiva” e “Adequação linguística”.

Observamos que, embora as estratégias avaliativas apresentem-se, em um primeiro momento, como democráticas, tendo em vista que os critérios são previamente divulgados para professores e alunos, elas acabam por reafirmar um saber regrado. Assim sendo, ainda que o processo de produção escrita seja permeado pela afirmação de opiniões e vozes (características do gênero Artigo de Opinião), os descritores agem de modo a direcionar, por vezes limitando, o modo como as opiniões serão explicitadas, ou seja, os descritores ditam como o dizer deve ser conduzido.

Os textos que constituem o *corpus* da nossa pesquisa passaram por cinco etapas de avaliação até que fossem considerados vencedores da etapa nacional e fossem contemplados com a medalha de ouro. É importante considerar que, embora essas etapas considerem os mesmos critérios supracitados, elas são constituídas por comissões avaliadoras distintas.

Dessa maneira, a etapa escolar constitui-se de uma comissão julgadora intraescolar criada e coordenada pela própria direção do estabelecimento de ensino. Segundo o Regulamento da Olimpíada, essa comissão deverá ser composta por três ou cinco avaliadores podendo incluir professores não inscritos no concurso, representantes dos pais de alunos e representantes da comunidade que sejam, preferencialmente, reconhecidos pelo domínio da língua portuguesa.

A etapa municipal também deverá ser composta por professores, representantes da comunidade e por pais de alunos, contudo deverá ser criada e coordenada pela Secretaria Municipal de Educação.

A comissão julgadora da etapa estadual ficará sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e contará com a participação de um especialista em língua portuguesa de alguma Universidade pública, além de representantes do UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), do CONSED (Conselho Nacional da Secretaria de Educação), da comunidade e de professores não inscritos na OLP.

As etapas regional e nacional contam com uma comissão coordenada e organizada pelo CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e é constituída por representantes do Ministério da Educação e Cultura, da Fundação Itaú Social, da UNIDIME, do CONSED, por representantes de Universidades públicas e por professores de língua portuguesa não inscritos.

O levantamento das etapas que constituem a avaliação da OLP e os critérios de avaliação dos textos que buscamos apresentar corroboram, portanto, na relação entre as Oficinas que constituem a sequência didática e os descritores da grade de avaliação seguida pelas comissões julgadoras. Compreendemos que o processo de avaliação visa não apenas selecionar as produções, mas perceber nesses textos os indícios, marcas da real efetivação das Oficinas em sala de aula. Tal perspectiva vai de encontro a um dos objetivos da Olimpíada sobre o qual já discorreremos neste capítulo: buscar promover um trabalho efetivo voltado para a leitura e produção textual sob o viés da valorização do “Lugar onde eu vivo”.

Conforme observamos, o processo avaliativo da OLP segue a tendência da avaliação da aprendizagem comum ao cotidiano da sala de aula, uma vez que é perpassado pela tendência classificatória. Esse viés acaba priorizando a aprovação e a reprovação, considerando a tendência social de marcar a dinâmica competitiva na escola. Assim, no contexto da OLP, a classificação é norteadada pela presença dos saberes considerados legitimados, os quais emergem das Oficinas que compõem o processo de produção dos textos.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para traçarmos a nossa análise, estamos pautados nas postulações da ADF como teoria do discurso que contribuirá para investigarmos o modo como a construção do *ethos* de cidadão ocorre nas produções dos alunos vencedores da OLP. Além disso, contemplamos o estudo das Formações Nominais teorizado por Dias (2013, 2017 e 2018) como critério para recorte do *corpus* e para a percepção dos elementos linguísticos-discursivos que delineiam a noção circulante de cidadão em suas estereotípicas.

Considerando as postulações de Amossy (2010), compreendemos que a representação de si no discurso é construída a partir de uma diversidade de imagens, as quais revelam uma série de facetas da identidade dos sujeitos. Nesse viés, ao tratar da construção do *ethos*, Amossy (2010) considera que essas facetas se apresentam como características identitárias capazes de projetar, inclusive, representação de grupos, de modo que o indivíduo transpareça como

representante de uma coletividade na qual os discursos emergem como “um conjunto de vozes inter-relacionadas”. (AMOSSY, 2010, p.211)

Compreendemos, assim, que a análise da construção do *ethos*, a partir da perspectiva discursiva, nos Artigos de Opinião da OLP, deve considerar os modos como o aluno-autor se posiciona no texto: ora individualmente (marcação da 1ª pessoa do singular por meio de pronomes e desinências verbais), ora coletivamente (marcação da 1ª pessoa do plural por meio de pronomes e desinências verbais) e, ainda, implicitamente (por meio, apenas, do emprego da 3ª pessoa). Assim, para a condução da nossa análise acerca dos modos de construção do *ethos*, realizamos um levantamento de dados a partir do olhar linguístico-discursivo acerca do emprego das desinências verbais e dos pronomes de 1ª e/ou 3ª pessoa de modo a traçar o *ethos* de cidadão que se delineia nos escritos.

Para o levantamento, optamos pela produção de um quadro que registre os posicionamentos apresentados nos artigos vencedores das edições da OLP. Esses, por sua vez, foram analisados considerando-se quatro aspectos: 1- posicionamento na 1ª pessoa do singular; 2- posicionamento na 1ª pessoa do plural; 3- posicionamento na 1ª pessoa do singular e do plural e 4- posicionamento apenas na 3ª pessoa. A partir desses aspectos, obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 7 – Posicionamentos e a construção do *ethos*

TITULO DO ARTIGO	ANO DE PARTICIPAÇÃO	POSICIONAMENTO NA 1ª PESSOA DO SINGULAR	POSICIONAMENTO EM 1ª PESSOA DO PLURAL	POSICIONAMENTO NA 1ª PESSOA DO SINGULAR E DO PLURAL	POSICIONAMENTO APENAS NA 3ª PESSOA
BR-364: desenvolvimento ou preservação?	2008				
Cavaleiros da cana <i>versus</i> mecanização	2008				
Em defesa da vida	2008				
Praça de trabalhadores	2008				
Sustento de alguns, ruína de outros	2008				
A violência adentrou os muros de nossas escolas	2010				
Caldas Novas que os turistas não veem	2010				
Desenvolvimento?	2010				

Lobos disfarçados de cordeiros?	2010				
O problema que ofusca o brilho	2010				
A favor da memória	2012				
Natal: noiva do Sol, Amante da Prostituição	2012				
O Haiti é aqui	2012				
Os piratas do rio Amazonas	2012				
Revolução verde?	2012				
Entre sabores e dissabores	2014				
Há lagoas?	2014				
O oxente e o ok	2014				
Passado que não passou	2014				
Que rufem os tambores, não os tratores!	2014				
Alguma coisa acontece em Sampa	2016				
A semente do ouro	2016				
Exploração ou tradição?	2016				
O palco Caldas Country além dos <i>shows</i> e águas quentes	2016				
Também, olha a roupa dela	2016				
Femicídio: quando a possessividade fala mais alto que o amor	2019				
Muito barulho por nada	2019				
O pão nosso de cada dia pode estar envenenado	2019				
Aprendimentos aterrados à beira-mar	2019				

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 8 – Levantamento de dados – A construção do *ethos*

LEVANTAMENTO DE DADOS – A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i>	
TOTAL DE TEXTOS COM POSICIONAMENTOS NA 1ª PESSOA DO SINGULAR	22
TOTAL DE TEXTOS COM POSICIONAMENTOS NA 1ª PESSOA DO PLURAL	22
TOTAL DE TEXTOS COM POSICIONAMENTOS NA 1ª PESSOA DO SINGULAR E DO PLURAL	19
TOTAL DE TEXTOS COM POSICIONAMENTOS NA 3ª PESSOA	2

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando o ponto de convergência entre os estudos da Análise do Discurso Francesa e os estudos da Semântica da Enunciação – sob a perspectiva de Pêcheux (1990) e Guimarães (2005) - compreendemos a língua simultaneamente, enquanto sistema e conjunto de já-ditos manifestados historicamente. Nessa perspectiva, a análise acurada das Formações Nominais, postulada por Dias (2013), permitiu-nos a percepção de determinadas formas linguísticas recorrentes nos Artigos de Opinião - vencedores das edições da Olimpíada de Língua Portuguesa - dentro do processo de enunciação, o que nos possibilitou analisá-las considerando não apenas as determinações internas à sua formação, mas também a sua constituição enquanto parte do enunciado.

Sendo assim, para análise, elaboramos um quadro com os critérios para a realização das análises. Primeiramente, incluímos os artigos vencedores de todas as edições da Olimpíada, chegando a um total de vinte e nove artigos. A partir daí, buscamos ocorrências das FN “cidadão”, “morador” e “habitante”, as quais apareceram em 28 artigos. Posteriormente, visando responder a nossa pergunta de pesquisa: **“Como é construída a representação do EU enquanto cidadão que participa da política do local onde ele vive nos textos?”**, buscamos pelo emprego da 1ª pessoa do singular, chegando a um total de quinze Artigos a serem analisados. Acreditamos que a escrita em primeira pessoa do singular coloca o aluno como autor no Artigo de Opinião, mostrando-o como um locutor que se coloca na posição do que opina, assumindo uma própria voz.

Quadro 9 – Recorte do *corpus*

TITULO DO ARTIGO	FN CIDADÃO	FN MORADOR	FN HABITANTE	1ª PESSOA DO SING.	ANALISAR
BR-364: desenvolvimento ou preservação? (2008) Cruzeiro do Sul - AC					
Cavaleiros da cana versus mecanização (2008) Tamboara - PR					
Em defesa da vida (2008) Alpinópolis - MG					
Praça de trabalhadores (2008) Fortaleza - CE					
Sustento de alguns, ruína de outros (2008) Major Vieira - SC					
A violência adentrou os muros de nossas escolas (2010) Cruzeiro do Sul - AC					

Caldas novas que os turistas não veem (2010) Caldas Novas - GO					
Desenvolvimento? (2010) Pedra Lavrada – PB					
Lobos disfarçados de cordeiros? (2010) Arapiraca – AL					
O problema que ofusca o brilho (2010) Limeira – SP					
A favor da memória (2012) Pombal – PB					
Natal: noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) Natal - RN					
O Haiti é aqui (2012) Rio Branco – AC					
Os piratas do rio Amazonas (2012) Macapá – AP					
Revolução verde? (2012) Santa Margarida do Sul – RS					
Entre sabores e dissabores (2014) Nazaré – BA					
Há lagoas? (2014) Maceió – AL					
O oxente e o ok (2014) São Gonçalo do Amarante – CE					
Passado que não passou (2014) Barbacena – MG					
Que rufem os tambores, não os tratores! (2014) Fortaleza - CE					
Alguma coisa acontece em Sampa (2016) São Paulo – SP					
A semente do ouro (2016) Jacuzinho – RS					
Exploração ou tradição? (2016) Poços de Caldas – MG					
O palco Caldas Country além dos shows e águas quentes (2016) Caldas Novas – GO					
Também, olha a roupa dela (2016) Brasília – DF					
Feminicídio: quando a possessividade fala mais alto Piracicaba - SP					
Muito barulho por nada (2019) Nossa Senhora da Glória - SE					
O pão nosso de cada dia pode estar envenenado (2019) Rebouças - PR					
Aprendimentos aterrados à beira-mar (2019) amor (2019) Fortaleza - CE					

Fonte: Elaborado pela autora

Traçando um olhar direcionado à produção de sentidos a partir da Semântica da Enunciação, observamos o *corpus* a partir das redes enunciativas. Esse olhar é útil porque nos projeta à compreensão das escolhas nos Artigos de Opinião, colocando os sentidos em perspectiva. Para Dias (2018), as redes enunciativas podem ser definidas como “um procedimento de demonstração das relações entre unidades articuladas, por meio de semelhanças e diferenças entre construções linguísticas” (p.36). Desse modo, as redes enunciativas não são meros exemplos, mas, sobretudo, metodologia de análise, a observação de elementos de ancoragem que possibilitam direcionamentos a partir das articulações referenciais presentes na língua.

Consideramos a essencialidade do conceito de FN para traçarmos a nossa análise de modo que seja possível identificar os modos como as construções de sentido implicam nos posicionamentos do aluno enquanto cidadão. Tais posicionamentos possibilita-nos analisar as construções do EU enquanto cidadão, autor que participa da política do local onde ele vive. Desse modo, cabe-nos destacar que as postulações acerca do sintagma nominal seriam insuficientes para alcançarmos os nossos objetivos de pesquisa, tendo em vista que há perspectivas ao núcleo de cada FN, as quais não devemos desconsiderar. A fim de tratarmos da multiplicidade de construções de sentido que emergem dos convergentes que englobam o nome-núcleo “cidadão”, recorremos a uma pesquisa aleatória no *Google* e encontramos algumas ocorrências que corroboram com o papel das FNs em nossa pesquisa. Pesquisamos ocorrências com a entrada “cidadão” e obtivemos uma rede significativa para explorarmos os sentidos. Vejamos a seguir:

Figura 6 – Cidadão = cumprimento de normas e condutas.



Fonte: Imagem obtida a partir de pesquisa no Google⁹

Ao voltarmos o nosso olhar para essa cena enunciativa, constatamos, por meio dos elementos verbais e não verbais, que “o menino que não sabia ser cidadão” é aquele que não deposita corretamente o lixo na lixeira, não carrega corretamente o seu material escolar e, ainda, não se preocupa em amarrar o cadarço – fato que remete à ausência de cuidados com a própria aparência. Assim, compreendemos que os efeitos de sentido são construídos, nessa cena, a partir da oposição, de modo que o conceito de cidadão se volta para o contrário daquilo que é praticado pelo personagem. Tal percepção evidencia que os sentidos que permeiam a FN

⁹ Disponível em: <https://www.topleituras.com/livros/menino-sabia-ser-cidadao-bb52> . Acesso em 18 de janeiro de 2021.

“cidadão” relacionam-se ao cumprimento de determinadas normas e condutas sociais, como jogar o lixo no lixo, por exemplo.

Figura 7 – Cidadão = posse de direitos



Fonte: Imagem obtida a partir de pesquisa no Google¹⁰

No enunciado acima, percebemos que os sentidos são construídos a partir do efeito polissêmico da FN “título”, de modo que possa significar, nessa charge, tanto um tipo de documento, como também uma qualificação capaz de exprimir uma função social ou dignidade. Nesse viés, ao solicitar um “título de cidadão”, o personagem pede uma função social, direitos que possam lhe garantir dignidade. Assim, por meio do enunciado verbo-visual, observamos que o efeito de sentido se estabelece por meio da crítica, o que nos permite conceituar a FN “cidadão” como aquele indivíduo que tem os seus direitos fundamentais assistidos, tais como o direito ao vestuário e à dignidade, por exemplo.

Figura 8 – Cidadão = ausência de privilégios



Fonte: Imagem obtida a partir de pesquisa no Google¹¹

¹⁰ Disponível em: <http://www.ivancabral.com/2011/10/charge-do-dia-cidadao.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2021

¹¹ Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/cidadao-nao-engenheiro-civil-formado-melhor-do-que-voce-diz-mulher-a-fiscal-que-cumpria-medidas-de-prevencao-ao-coronavirus-141320449.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

A manchete acima trata de um fato bastante repercutido pela mídia no ano de 2020, quando a esposa de um engenheiro civil, após ser solicitado, por um guarda militar, que colocasse a máscara, proferiu a seguinte frase: “cidadão não, engenheiro civil, formado, melhor do que você”. Observamos, nessa cena enunciativa, um outro sentido, de efeitos negativos ao título de cidadão, de modo que a FN “cidadão” passe a adquirir pertinência no referencial da ausência de privilégios. Assim, ser cidadão, nesse caso, significa ser apenas mais um e não poder contar com os privilégios que um engenheiro civil formado, supostamente, contaria.

Figura 9 – Cidadão = autoritarismo



Fonte: Imagem obtida a partir de pesquisa no Google¹²

Na cena enunciativa acima, percebemos que o nome núcleo “cidadão”, ao ser englobado pelo convergente “de bem” adquire pertinência ancorada no referencial do autoritarismo, ou seja, aquele que é capaz de causar medo. Desse modo, ao descrever o “cidadão de bem” como aquele que se impõe: sempre fala alto e com raiva e, ainda, como aquele que tem vontade de punir quem é diferente, o personagem constrói um efeito de sentido que aproxima o “cidadão de bem” a uma autoridade, ou seja, àquele que detém algum tipo de poder na sociedade, pois provoca medo. Contudo, essa autoridade, por ser excludente e punitiva, gera o medo proveniente do autoritarismo.

Passemos a analisar, adiante, mais um movimento de sentido em que também se insere a FN “cidadão de bem”.

¹² Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/118291320414/tirinha-original>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

Figura 10 – Cidadão = falso patriotismo



Fonte: Imagem obtida a partir de pesquisa no Google¹³

Na imagem acima, vemos um boneco anunciado como que em um *meme*, “cidadão de bem” uniformizado com camiseta da seleção brasileira, apresenta-se com acessórios como arma, uma bíblia, cigarros e cerveja, e um celular, com o dispositivo/rede social *WhatsApp*. Recentemente, com a ascensão da extrema-direita ao poder, a FN “cidadão de bem” passou a ser utilizada como referência aos cidadãos que possuem determinados valores, como o patriotismo e a religiosidade, que se apresenta de maneira incoerente, ressaltando a bíblia e, ao mesmo tempo, a arma. Na cena enunciativa acima, constituída de um *meme* compartilhado principalmente por cidadãos que fazem oposição ao atual governo, observamos que a FN “cidadão de bem” adquire pertinência nas supostas práticas desse “cidadão de bem”, tais como o uso da camisa da Seleção Brasileira de Futebol como símbolo do amor à pátria, o posicionamento favorável ao porte de armas, e a defesa dos valores religiosos, ainda que se faça uso de álcool e cigarro. O *meme* apresenta, ainda, a logomarca da rede social *WhatsApp*

¹³ Disponível em: <https://twitter.com/flaviocostaf/status/1332843088788729856/photo/1>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

ancorada no referencial da disseminação de *Fake News*, notícias definidas por Meneses como “um documento deliberadamente falso, publicado on-line, com o objetivo de manipular os consumidores” (2018, p.47). Essa estereotipia acaba por, de maneira jocosa, sustentar a ideia do “boneco a ser vendido”, como se se criticasse “um modelo” de cidadão a ser consumido.

Assim, na cena analisada, observamos que uma mesma FN pode adquirir pertinência em referenciais históricos distintos o que, mais uma vez, corrobora o papel fundamental das FNs para a compreensão dos movimentos de sentido que são evoados a partir da materialidade linguística.

As análises aqui realizadas evidenciam o papel singular das FNs ao nosso trabalho, uma vez que, recorrendo apenas ao conceito de sintagma nominal, teríamos uma mera identificação do produto de determinadas formas linguísticas, sem considerarmos o processo de articulação dessas formas na língua. Dessa forma, a percepção das FNs possibilitou-nos a compreensão das problemáticas que perpassam os municípios retratados nos Artigos de Opinião da OLP, de modo que as representações identitárias de cidadania pudessem ser ressignificadas.

Além disso, a rede apresentada enseja caminhos para a compreensão dos limites e das possibilidades da visão da cidadania. Nessa empreitada, consideramos que tais limitações e perspectivas também integram o nosso *corpus*, permitindo-nos identificar as diferentes construções das estereotipias que o constituem.

Considerações metodológicas realizadas, passemos a analisar o *corpus* da nossa pesquisa.

4 A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE CIDADÃO NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Considerando que a construção do *ethos* diz respeito às imagens que o sujeito faz de si por meio do discurso, passaremos a analisar os modos como, nas produções, os alunos constroem o *ethos* de cidadão no Artigo de Opinião para a OLP. Desse modo, para tal percepção, buscamos dividir a nossa análise em três partes.

A primeira, intitulada “Um olhar para as marcas de 1ª pessoa”, trata da construção das imagens de si no discurso a partir dos posicionamentos construídos por meio do emprego de pronomes e desinências na primeira pessoa do singular. Na segunda subseção, intitulada “Um olhar para as FNs”, analisamos, por meio de redes enunciativas, as ocorrências das FNs “cidadão”, “morador” e “habitante”, buscando identificar os referenciais em que se ancoram

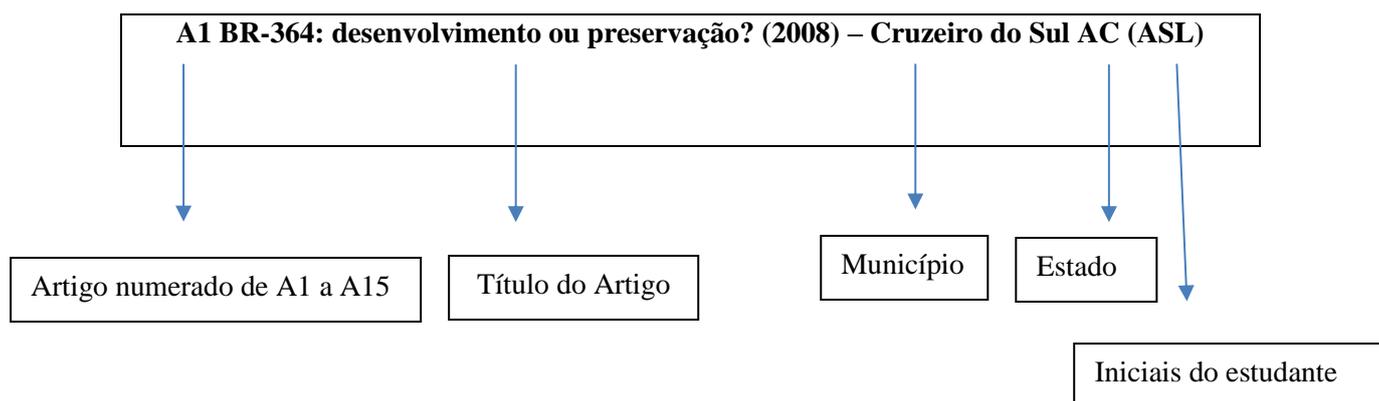
essas FNs para elencarmos os estereótipos de cidadão que circulam nos Artigos analisados. Em “O lugar das instituições – uma intersecção entre a AD e os Estudos Semânticos da Enunciação”, discorreremos sobre o papel das instituições na percepção do aluno enquanto cidadão.

4.1 Um olhar para as marcas de 1ª pessoa

Para a análise a seguir, procuramos organizar o nosso *corpus*, considerando o papel das marcas de 1ª pessoa do singular para a compreensão dos modos como esses posicionamentos refletem na construção do *ethos* de cidadão. Para isso, como parte da análise, apresentaremos os artigos¹⁴ numerados e tabelados.

Destacamos que os artigos foram numerados de A1 (Artigo 1) a A15 (Artigo 15), representando a totalidade de textos que compõem o nosso *corpus*. Respeitamos, para a numeração, a sequência de premiação na OLP, iniciando no ano de 2008. Além disso, incluímos, na sequência, o título do artigo, o ano de premiação, o município e o estado do aluno premiado e, por último, entre parênteses, as iniciais do estudante. No intuito de compreendermos melhor a catalogação realizada, observemos o quadro abaixo.¹⁵

Quadro 10 – Catalogação do *corpus*



Fonte: Elaborado pela autora

¹⁴ Os trechos apresentados na análise foram transcritos na íntegra dos Artigos de Opinião que integram o nosso *corpus* sem alterações ou correções de ortografia e/ou pontuação posteriores.

¹⁵ A mesma catalogação foi utilizada no nosso *corpus*, o qual se encontra nos anexos.

A partir dessa catalogação, elaboramos quinze quadros, um para cada artigo, nos quais incluímos um código para cada trecho. Destacamos que incluímos nos quadros apenas os trechos em que se encontram as marcas de primeira pessoa. O código foi estabelecido a partir da ordem na qual o trecho aparece no artigo, totalizando sessenta e um trechos. O número de ocorrências é relativo à quantidade de menções na primeira pessoa do singular em cada frase. Acrescentamos que consideramos como trecho, o enunciado em que ocorre o emprego da marca de primeira pessoa do singular. Cabe reafirmarmos que o nosso *corpus* é composto por quinze dos Artigos de Opinião que foram premiados com medalha de ouro pela OLP ao longo de suas seis edições.

Considerações metodológicas realizadas, passemos a analisar o primeiro artigo que compõe o nosso *corpus*

Quadro 11 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 1

A1 BR-364: desenvolvimento ou preservação? (2008) – Cruzeiro do Sul AC (ASL)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T1	Em Cruzeiro do Sul, lugar onde vivo , também não é diferente.	1
T2	Minha terra natal hoje conta com cerca de 80.000 habitantes, é a segunda cidade acreana mais populosa.	1
T3	Assim como eu , a maioria da população é favorável à pavimentação da rodovia, pois ela, quando concluída, trará como retorno a geração de empregos.	1
T4	Tenho plena convicção de que a conclusão dessa rodovia trará vários benefícios não somente para os cruzeirenses como para todo o vale do Juruá e para o Acre de maneira geral.	1
T5	Observo que nos últimos dez anos a BR-364 vem sendo aberta consecutivamente no período do verão, há uma redução significativa do preço dos produtos comercializados em nossa cidade, se comparada ao período de inverno, quando a rodovia encontra-se sem tráfego devido às chuvas.	1
T6	Sou plenamente favorável à pavimentação da BR-364, pois ela, quando concluída, será um atrativo para a instalação de indústrias e empresas para nossa região, gerando assim emprego e renda para a população.	1
T7	Espero que o sonho dos acreanos, em especial dos cruzeirenses, se realize o mais breve possível, pois só assim viveremos dias melhores.	1

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro artigo a ser analisado intitula-se “BR-364: desenvolvimento ou preservação?”. A produção, premiada em 2008, foi produzida por um aluno de Cruzeiro do Sul, no Acre. No texto, o estudante trata de uma questão polêmica vivenciada em seu município: a

integração do Acre através da pavimentação da BR364. Segundo o texto, o projeto divide opiniões entre os moradores que são a favor da preservação da floresta e aqueles que optam pelo desenvolvimento que a BR364 poderá trazer.

Para Amossy (2005), constitui-se como estereotipagem a definição do real a partir de uma representação cultural já existida. Nesse sentido percebemos, no início do texto, a apresentação de um estereótipo atribuído ao povo acreano, o de preferir a preservação das florestas ao desenvolvimento, em que quem produz assume a voz como parte desse processo, ao reforçar a opinião em primeira pessoa. Segundo o estudante, a mesma perspectiva ocorre no município em que ele vive, conforme observado em T1. Percebemos, em T2, uma marcação do sentimento de pertencer por meio do pronome possessivo de primeira pessoa “minha”, marca que contribui para a construção do *ethos* de cidadão que se posiciona enquanto morador que valoriza “o lugar onde vive”, conforme delimitado por um dos saberes regrados pela OLP.

Ao longo do texto, percebemos uma opinião favorável à integração da BR364 por parte do aluno, conforme observamos em T3, T4 e T6. Ao marcar a sua opinião justificada pelo progresso que a obra traria, o aluno constrói um *ethos* de cidadão consciente das necessidades do seu município e que vislumbra, na possível obra, uma alternativa capaz de suprir tais necessidades. Assim, o aluno aponta “a geração de empregos” “benefícios não somente para os cruzeirenses como para todo o vale do Juruá e para o Acre de maneira geral” e o “possível atrativo para a instalação de indústrias e empresas para nossa região” como perspectivas que reconstruiriam o estereótipo do lugar onde ele vive.

Outrossim, o aluno apresenta uma constatação que corrobora o *ethos* de cidadão participativo e consciente das questões sociais que integram o seu município, conforme observamos em T5. No trecho, o aluno atribui a redução dos preços à abertura da BR364 durante o verão, como forma de corroborar o seu posicionamento favorável à pavimentação.

Assim, constatamos que a representação identitária de cidadania, enquanto produto construído socialmente aponta para a obtenção de direitos em função dos possíveis benefícios que a obra traria. Desse modo, ao observarmos a construção de um *ethos* de cidadão passivo e participativo a partir do posicionamento favorável à pavimentação, percebemos a identidade de uma população que anseia por melhorias e qualidade de vida.

Quadro 12 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 2

A2 Cavaleiros da cana versus mecanização (2008) – Tamboara PR (MCO)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T8	O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4.275 habitantes.	1
T9	Penso que isso não deveria acontecer, pois é indiscutível que esse tipo de colheita irá ocasionar o desemprego de muitos trabalhadores braçais.	1
T10	Na minha opinião, os impactos negativos causados pelas queimadas são inegáveis, mas não deveriam servir de justificativa para a substituição de trabalhadores por máquinas.	1
T11	Esse, com certeza, é um impasse difícil de ser resolvido, mas acho que a solução está com os donos de usinas, que poderiam abrir mão de suas margens de lucro, acabando com a prática da queima de cana, pagando uma remuneração mais justa aos seus trabalhadores que, produziram menos do que na situação atual, e fornecendo-lhes equipamentos de trabalho adequados para sua proteção, visto que na colheita da cana os trabalhadores estariam mais sujeitos à picada de bichos peçonhentos e cortes causados pelas folhas.	

Fonte: Elaborado pela autora

O Artigo “Cavaleiros da cana *versus* mecanização”, premiado em 2008, aborda uma questão polêmica inerente ao município de Tamboara, no Paraná. Segundo o texto, a possível mecanização do corte da cana-de-açúcar tem colocado em xeque o emprego de muitos moradores do município.

Inicialmente, percebemos a presença de um saber regrado pela OLP referente à temática do concurso quando o aluno descreve a sua cidade como “o lugar onde eu vivo”. Na sequência, percebemos uma descrição de caráter simplista, de modo a aproximar-se do estereótipo de “típica cidadezinha do interior do Paraná” do seu município.

Constatamos uma opinião contrária à mecanização, muito bem marcada ao longo do texto, conforme demonstram os trechos T9 e T10, nos quais a aluna destaca o desemprego que a ação causaria. Em T9, a aluna faz referência a uma das justificativas daqueles cidadãos favoráveis à substituição: o número de queimadas provenientes da extração braçal e os consequentes danos ao meio ambiente e, ainda assim, corrobora o seu posicionamento contrário ao afirmar que tal prática não pode servir como justificativa para desempregar os cidadãos. Desse modo, percebermos a construção de um *ethos* de cidadã crítica que se inclui nas problemáticas sociais, daquela que defende o seu povo do desemprego emergente.

As postulações de Da Silva (2000) engendram o conceito de identidade enquanto produto da criação de diversos atos linguísticos. Desse modo, destacamos, ainda, a construção de um *ethos* de cidadã¹⁶ consciente e capaz de apontar alternativas que possam beneficiar a população como um todo, garantindo a identidade dos moradores enquanto cavaleiros da cana, conforme indica o título da produção. Essa construção pode ser observada em T11, no qual a aluna destaca como solução a possibilidade de os donos de usinas diminuírem as suas margens de lucro em prol do meio ambiente e da remuneração justa dos seus trabalhadores.

Destarte, percebemos que o *ethos* de cidadã, nesse texto, é construído a partir do posicionamento contrário a uma ação que prejudicaria a cidadania do município de Tamboara. Do texto emerge, portanto, o estereótipo de cidade pequena ameaçada pelo avanço tecnológico.

Quadro 13 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 3

A3 Em defesa da vida (2008) - Alpinópolis MG (CAD)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T12	Minha cidade, Alpinópolis, conhecida como “Cidade das Pedras”, situa-se no sudoeste mineiro, uma região com riqueza biológica incalculável.	1
T13	Apesar de a extração das pedras trazer benefícios, sou a favor do fechamento de todas as pedreiras, principalmente, as do Parque.	1
T14	Sou filha de um extrator de pedras e sei como é difícil viver na dúvida, com a possibilidade de a qualquer momento meu pai ficar desempregado.	3
T15	Sei que algumas pessoas podem pensar que estou sendo incoerente, já que convivo diariamente com a insegurança.	3
T16	Conheço um rapaz que começou a trabalhar nas pedreiras ainda adolescente, aos 14 anos, em companhia do pai.	1
T17	É muito triste ver isso; portanto, o meu ponto de vista não pode ser diferente, como posso pensar na segurança da minha família, enquanto jovens como eu têm seus sonhos e suas vidas interrompidas?	4
T18	Enfim, reafirmo que as pedreiras devem ser fechadas e as autoridades devem fazer uma reestruturação financeira na cidade, diversificar a economia, criar novos empregos e profissionalizar a mão-de-obra desses trabalhadores.	1
T19	Só assim acredito que se solucionará o problema do desemprego.	

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁶ Diferenciamos, em nossa análise, cidadão e cidadã tendo em vista o sexo do(a) autor(a) dos artigos.

“Em defesa da vida” é o título dado ao artigo premiado em 2008, que trata das problemáticas ambientais provenientes da extração de quartzito no município de Alpinópolis, em Minas Gerais. Nesse sentido, a aluna apresenta como estereótipo da sua cidade a definição de “cidade das pedras”. Nesse mesmo trecho, percebemos a marcação do pertencimento por meio do pronome possessivo de primeira pessoa com o pronome “minha” quando a aluna apresenta o lugar onde vive. Chama atenção o verbo modal “acreditar” em primeira pessoa do singular que articula a opinião em que se exalta uma possível solução para o problema da cidade.

A construção das imagens de si no texto ocorre por meio da marcação do posicionamento contrário à exploração que a aluna assume. Nessa perspectiva, constatamos em T13, T18 que a aluna explicita a sua opinião de modo contundente, ainda que ela possa representar o contrário do que pensa a maioria da população que depende da extração do quartzito para sobreviver. Destacamos, ainda, em T18 o emprego do verbo “reafirmo”, o qual constrói um efeito de sentido de opinião incisiva da autora.

Ao afirmar, em T14, que é filha de um extrator, a aluna constrói um *ethos* de cidadã que vivencia a questão da insegurança que o emprego do pai traz à família, uma vez que, segundo o texto, as pedreiras são constantemente fechadas e reabertas em função dos danos que são causados ao meio ambiente e das manifestações dos trabalhadores pela reabertura.

Em e T16 e T17, a aluna reafirma o *ethos* de cidadã participativa da questão social ao apresentar um exemplo que constitui uma parte da identidade dos moradores do seu município, os severos danos à saúde dos extratores de pedras. Nesse sentido, a aluna corrobora o seu posicionamento contrário, ao priorizar os sonhos dos jovens em detrimento da segurança financeira da sua família.

Por fim, em T19, a aluna retoma a solução apontada em T18, construindo, desse modo, a imagem de cidadã consciente. Nesse viés, a reestruturação financeira do município por meio da diversificação da economia e consequente aumento de empregos e qualificação da mão de obra constituem alternativas apontadas pela aluna para que o estereótipo de “cidade das pedras” deixe de constituir a identidade dos moradores de Alpinópolis.

Quadro 14 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 4

A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T20	Pessoalmente, acredito que esse seja definitivamente um problema de todos e todas as formas de atuação que pensamos poder resolvê-lo devem ser postas em prática o mais rápido possível.	1
T21	Sou também a favor da criação de uma guarda escolar que atue no sentido não de reprimir ou intimidar, mas de garantir a harmonia na escola e nos arredores dela.	1
T22	Apoio ainda a presença dos pais nos colégios, a iniciativa de oportunizar aos estudantes a sugestão de medidas que considerem capazes de apaziguar os ânimos dentro da instituição em que estudam e principalmente trazer diferentes profissionais que reconhecidamente possam assegurar aos educandos uma oportunidade de serem ouvidos nas suas angústias.	1
T23	Não concordo em absoluto com os que acham que só Deus pode resolver a situação, ou seja, que todos cruzem os braços achando que não tem mais jeito.	1

Fonte: Elaborado pela autora

No quarto Artigo analisado, intitulado “A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora?”, premiado em 2010, o aluno trata dos casos de violência física dentro do ambiente escolar que têm sido vivenciados no município de Cruzeiro do Sul, no Acre.

Conforme o aluno discorre ao longo do texto, as possíveis alternativas apontadas pelos moradores para atenuar apontam para a presença de seguranças armados nas escolas, para a educação pela paz, para o papel da família, e até para uma questão perdida que só Deus poderia resolver. A partir desses posicionamentos, o aluno passa a destacar a sua opinião e a construir o seu *ethos* de cidadão passivo.

Os verbos “concordar” e “apoiar” apresentam a opinião que se dá em primeira pessoa do singular. Apresentam o ponto de vista sobre o problema da cidade, trazendo mais força a verbos modais como “acreditar”, que também aparece nessa direção, consolidando a opinião declarada da primeira pessoa, em “sou a favor de...”

Nesse sentido, destacamos os trechos enquadrados acima como marcadores opinativos que constroem o *ethos* de cidadão e destacam a identidade dos moradores de Cruzeiro do Sul. Em T20, o aluno define a questão da violência nas escolas como uma questão coletiva que carece da atuação de todos para que possa ser resolvida, evidenciando uma marca da cidadania do município enquanto construção coletiva. Em T21 e T22, o aluno evidencia a sua concordância com uma guarda escolar que não reprima ou intimide, com a presença dos pais

na escola e a promoção de um ambiente que possa acolher as angústias dos estudantes, ouvindo e acolhendo as suas queixas.

Ao discordar do posicionamento daqueles que atribuem a Deus a solução do problema, o aluno constrói uma imagem participativa de si, uma vez que, nesse mesmo trecho, ele discorda da falta de atitudes daqueles que pensam dessa forma.

Percebemos, assim, ao longo da produção aqui analisada, a construção de um *ethos* passivo e participativo evidenciada pelas marcas identitárias que se destacam nas diferentes opiniões apresentadas pelo aluno acerca do imbróglgio vivenciado em Cruzeiro do Sul.

Quadro 15 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 5

A5 Caldas Novas que os turistas não veem (2010) – Caldas Novas GO (BSS)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T24	Todavia, acredito que mais importantes que as águas termais da cidade são as pessoas que nela vivem e fazem sua economia girar.	1
T25	Assim como eu , parte da população se mostra contrária, uma vez que a satisfação do turista é colocada em primeiro plano, esquecendo-se dos residentes locais, que em época de alta temporada são submetidos a dias sem água encanada já que ela é direcionada a hotéis e clubes, que segundo o portal Caldas web, recebem anualmente cerca de 1,5 milhão de pessoas.	1
T26	Não sou contra o turismo, mas sim como ele é desenvolvido particularmente em Caldas Novas, beneficiando as pessoas de fora em detrimento dos moradores locais; além disso é perigoso para a cidade ser tão dependente de apenas um segmento econômico, pois se, por algum motivo (assim como o surto de dengue de 2008), os turistas optarem por outro destino todos serão fortemente atingidos.	1
T27	Portanto, o capital proporcionado pelo turismo é importante, entretanto tenho plena convicção de que as necessidades básicas, os valores éticos e a dignidade da comunidade são mais importantes, como também uma administração consciente e preparada para usar os mecanismos de que necessitamos para desfrutarmos das tão apreciadas águas quentes com responsabilidade e justiça.	1

Fonte: Elaborado pela autora

No Artigo “Caldas Novas que os turistas não veem”, premiado em 2010, a aluna expõe duas vertentes bem distintas que constituem a realidade do seu município: as águas quentes e as belezas naturais que atraem turistas de todas as partes e a falta de infraestrutura para os moradores do município.

No presente texto, aparecem marcas da opinião em usos como “não ser contra”, “ter plena convicção de...” que resultam do posicionamento marcado no artigo, corroborando esse uso em primeira pessoa.

Em T24, a aluna faz referência ao posicionamento dos grandes empresários e comerciantes da cidade - os quais priorizam veementemente o turismo em função dos lucros provenientes dessa prática - ao expor a sua opinião favorável à priorização do bem-estar dos cidadãos. Nesse ponto, temos em mais um texto a marcação de um *ethos* de cidadã crítica, que vivencia a falta de estrutura que acaba não constituindo o estereótipo do município de Caldas Novas que os turistas conhecem.

Em T25e T26, temos uma marcação da identidade da população do município, dividida entre os lucros e a falta de condições básicas como água encanada, por exemplo. Assim, ainda que, segundo a aluna, ela não seja contra o turismo, a imagem de si explicitada no texto destaca as problemáticas vivenciadas pelos moradores, que são negligenciados em detrimento do bem-estar dos turistas.

Em T27, a aluna reafirma o seu *ethos* de cidadã consciente da importância do turismo, mas, sobretudo, o seu *ethos* de cidadã sensível às problemáticas locais. Assim, percebemos o estereótipo de “município das águas quentes” rompe com a realidade de Caldas Novas, que permanece dividida entre o lucro e o bem-estar dos cidadãos. Tal estereotipia é construída a partir da revelação, por parte da aluna, de uma Caldas Novas diferente daquela conhecida pelos turistas.

Quadro 16 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 6

A6 Desenvolvimento? (2010) – Pedra Lavada PB (RDC)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T28	Ao meu ver, não há necessidade de uma empresa destruir tanto nossas riquezas naturais, além da nossa história.	1
T29	Por outro lado, sei que a nossa população precisa de uma renda fixa e nosso município de desenvolvimento, mas é necessário, e urgente, a execução de projetos que visem à valorização de bens culturais, sociais e ambientais, equilibrando, assim, desenvolvimento e natureza.	1

Fonte: Elaborado pela autora

Os excertos acima foram transcritos do Artigo “Desenvolvimento?” premiado em 2010. A produção apresenta como questão polêmica a exploração do cianeto e os consequentes danos ao meio ambiente no município de Pedra Lavada, na Paraíba.

Observamos, nesse texto, um *ethos* que se constrói a partir da prática da denúncia. Vale destacar o uso de “ao meu ver”, como articulação que explicita o ponto de vista. Freeman (1991) define a contra-argumentação (iniciada com a marca dissertativa “por outro lado”) enquanto instauração de um elemento de oposição essencial para que a argumentação possa ser instituída no discurso. Nessa concepção, ainda que a aluna reconheça o papel da empresa no município, em função dos empregos de renda fixa gerados (T29), há uma marcação contra-argumentativa que aponta para a necessidade de “execução de projetos que visem à valorização de bens culturais, sociais e ambientais” que torne possível o equilíbrio entre o desenvolvimento e a natureza.

Há, ainda, a denúncia da destruição da história local, na qual a aluna se refere não somente à destruição ambiental, como também ao fato de que “as casas do centro da cidade e as que ficam nas proximidades dessa fábrica encontram-se com a estrutura comprometida, devido aos abalos provocados pelas enormes explosões para a retirada das pedras”. Nesse ponto, percebemos a marcação de um dano que atinge ainda mais diretamente os moradores do município: o dano à moradia. Assim, compreendemos que a construção do estereótipo de cidade deteriorada se dá a partir do ponto de vista da exploração, do prejuízo ao meio ambiente e da ausência de cuidado com a moradia dos habitantes.

Em certo ponto do texto, a aluna afirma que “embora a população se sinta prejudicada, ela se cala, pois, várias denúncias feitas à justiça não foram atendidas, e a empresa continua agindo da mesma forma.” Esse trecho evidencia a construção de um EU participativo que persiste não se calando, ainda que a população o faça, um EU que, embora vivencie o silêncio da empresa que explora o seu município, insiste denunciando.

Quadro 17 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 7

A7 O problema que ofusca o brilho (2010) – Limeira SP (TCR)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T30	Do meu ponto de vista, deve-se investir em projetos educacionais de formação profissional para que esses trabalhadores possam competir no mercado de trabalho e exigir seus direitos.	1

Fonte: Elaborado pela autora

O artigo “O problema que ofusca o brilho” foi premiado em 2010 e escrito por uma aluna do município de Limeira, São Paulo. No texto, há uma denúncia à poluição ambiental causada pelas fábricas de joias folheadas – muitas, inclusive, clandestinas -, as quais poluem as águas do município e, conseqüentemente, prejudicam a saúde dos moradores. Ao longo do

texto, a aluna discorre sobre os fatores que dificultam a resolução dessa problemática, destacando o fato de que essas empresas são a principal fonte de renda dos moradores e que muitos proprietários alegam que os “custos para o tratamento e regularização da empresa são altos”.

Sob essa perspectiva, percebemos que o *ethos* é construído a partir da presença do olhar crítico da aluna, de modo que ela se mostra capaz de perceber os dois lados da problemática, o lado da geração de renda e emprego e o lado do prejuízo ambiental causado pela empresa. Assim, emerge o estereótipo de uma cidade que tem na sua principal fonte de renda um agente que interfere negativamente na saúde da sua população.

Todavia, mesmo que a aluna perceba e explicita as duas vertentes que constituem a questão polêmica do seu município, em certo ponto do texto, percebemos a marcação do seu posicionamento individual enquanto cidadã, conforme destacamos em T30. Deste modo, retrata-se o ponto de vista do aluno com a expressão de caráter opinativo “do meu ponto de vista” indicando como solução o investimento em projetos educacionais e na formação profissional para que os trabalhadores possam competir e exigir direitos trabalhistas, bem como a regularização dessas empresas. Por essa razão, constatamos um *ethos* que se constrói sob o olhar crítico e consciente de quem busca a garantia de direitos sociais e individuais dos cidadãos do lugar onde vive.

Quadro 18 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 8

A8 A favor da memória (2012) - Pombal PB (PVQ)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T31	Recentemente uma questão polêmica surgiu em minha cidade, Pombal, Paraíba: a chaminé da fábrica da Brasil Oiticica deve ou não ser derrubada?	1
T32	Tenho a convicção de que a chaminé deve permanecer erguida não para lembrar apenas a história da empresa Brasil Oiticica, mas para manter viva a memória de uma época tão importante para o povo de Pombal.	1

Fonte: Elaborado pela autora

O Artigo intitulado “A favor da memória” foi premiado em 2012 e trata de uma problemática do município de Pombal, na Paraíba: “a chaminé da fábrica Brasil Oiticica deve ou não ser derrubada?”. No texto, a aluna relata que a chaminé é um símbolo histórico e cultural

da cidade, uma vez que o monumento é parte da uma fábrica que exportou óleo de oiticica para ser usado na produção de armamento na II Guerra Mundial.

No excerto que destacamos para esta análise (T31), temos um pronome possessivo de primeira pessoa (minha) que marca o sentimento de pertença evidenciado no texto. Nesse sentido, observamos que tal sentimento também se evidencia na valorização que a aluna demonstra pela história do seu município, por meio do seu posicionamento favorável à valorização da chaminé enquanto parte do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Fernandes (2013) afirma que o trabalho com a forma escrita não constitui uma mera transformação da oralidade em texto escrito, mas, sobretudo, o entendimento das marcas que o sujeito delinea na linguagem. Sob esse prisma, percebemos uma marcação opinativa em T32 constituída pela expressão “tenho a convicção”, na qual a aluna posiciona-se convictamente contrária à demolição do monumento. A partir dessa marca, evidencia-se o *ethos* de cidadã crítica que valoriza o lugar onde vive, priorizando a manutenção do patrimônio histórico e cultural do seu município.

A partir do Artigo analisado, percebemos que a identidade do município é construída através do destaque recebido pela cidade no passado, em função da fábrica que exportou produtos para armamentos na II Guerra Mundial. Nesse sentido, destruir a chaminé, para muitos moradores, representaria apagar essa identidade, de modo a desvalorizar a história do município. Ao posicionar-se contra a demolição da chaminé, a aluna constrói uma imagem de cidadã participativa que respeita e compreende o valor da identidade do lugar onde vive.

Quadro 19 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 9

A9 Natal: Noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) – Natal RN (TCN)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T33	Uma realidade vergonhosa não somente para os habitantes daqui, como eu , mas para todos os brasileiros.	1
T34	Em minha opinião, essa não é a solução mais viável, pois não basta dar condições de trabalho a quem usa a prostituição como meio de sobrevivência.	1
T35	Penso que esse desinteresse se dá devido à relação direta que a cidade de Natal tem com a indústria do turismo sexual.	1

Fonte: Elaborado pela autora

O nono artigo a compor o nosso *corpus* trata da problemática da prostituição vivenciada no município de Natal, no Rio Grande do Norte. O artigo foi premiado no ano de 2012 e apresenta uma discussão voltada para o fato de que a cidade é atraída por turistas do Brasil e do

mundo, não apenas em função das belas praias e paisagens naturais, mas também pela prostituição no município.

A opinião da aluna é corroborada em primeira pessoa, com usos de “minha opinião”, “penso”, além da consolidação de termos que descrevem o problema, nomeado como “prostiturismo”. Segundo a aluna, o “prostiturismo” costuma ser estimulado por donos de hotéis, de agências de viagem e de empresas de táxi, tendo em vista a porcentagem de lucro trazida pelos turistas. Assim, percebemos um estereótipo de construção de cidade que se dá por dois vieses: o de Natal noiva do sol, que é construído sob a perspectiva das praias, do calor e das belas paisagens e o de Amante da prostituição, menos conhecido pela população brasileira, que se constrói a partir da denúncia a outro fator que também atrai turistas.

Percebemos a construção de um *ethos* participativo que discorda da situação de exploração indiscriminada e que, assim como o *ethos* coletivo – “os habitantes daqui” (T33), envergonha-se da situação vivenciada em seu município. Além disso, ao afirmar que “essa não é a solução mais viável” (T34), o aluno se refere ao fato de algumas pessoas defenderem a regularização da prostituição enquanto profissão, apresentando mais um ponto do qual discorda.

Temos, ainda, a perspectiva de um *ethos* que atribui o desinteresse das autoridades e da própria população em resolver a problemática da “relação direta que a cidade de Natal tem com a indústria do turismo sexual”. Assim, ao marcar o posicionamento desinteressado de um *ethos* coletivo, o aluno reforça a construção do *ethos* participativo de cidadão que discorda da maioria e que persiste denunciando os imbróglios que se inserem no lugar onde ele vive.

Quadro 20 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 10

A10 Entre sabores e dissabores (2014) – Nazaré BA (CGC)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T36	Sou moradora da zona rural de Nazaré, município do Recôncavo Baiano, reconhecido por produzir uma inigualável farinha de mandioca, símbolo da tradição de nossa terra e responsável por conferir à cidade a alcunha de “Nazaré das Farinhas”.	1
T37	No ano de 2011, a Universidade Federal do Estado (UFBA), a fim de contribuir para a Indicação Geográfica (IG) desse produto agrícola, iniciou na região, juntamente com alguns parceiros, um projeto do qual eu fiz parte como bolsista de Iniciação Tecnológica (IT), tendo a função de colaborar para o mapeamento de informações acerca do processo de produção da farinha.	1
T38	Compreendo as dificuldades dos produtores; todavia, como atribuir o selo IG a um produto que está em desacordo com as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)?	1

T39	Diante de tantos fatores negativos, preferi não arriscar e aboli a farinha do meu cardápio.	2
T40	Que fique claro que eu não estou fazendo nenhuma campanha contra a nossa farinha, apenas defendo o direito do consumidor à informação acerca do produto que irá comprar.	3
T41	Espero um dia voltar a me deliciar com a saborosa iguaria da minha terra; antes, porém, preciso sentir- me segura de que as condições mínimas de higiene estão sendo respeitadas.	5
T42	Como cidadã nazarena e apaixonada por esta terra, cultivo o desejo de que haja maiores iniciativas governamentais voltadas para as casas de farinha, valorizando os produtores e incentivando-os a buscar melhorias através de cursos, palestras, financiamentos ou empréstimos para reformas e compras de novos equipamentos; enfim, meios que possibilitem à nossa tradicional farinha, a joia do recôncavo, tornar-se ainda mais notável por sua qualidade e excelência.	1

Fonte: Elaborado pela autora

Os excertos acima, transcritos do Artigo “Entre sabores e dissabores”, premiado em 2014, tratam de um imbróglgio vivenciado no município de Nazaré, na Bahia: a falta de higienização das casas de farinha.

Ao longo do texto, percebemos um *ethos* de cidadã crítica endossado pelo fato de ter participado como bolsista em uma pesquisa. O uso da primeira pessoa destaca o *ethos* que descreve a forma de reprovação do processo de fabricação da farinha, uma vez que a crítica presente na produção é dirigida ao produto que movimenta a economia do seu município, conforme percebemos em T38 e em T39. Ao marcar a sua posição por meio do emprego dos verbos “preferir” e “abolir” a aluna apresenta-se como cidadã que preferiu abolir a farinha do seu cardápio, marcando um certo distanciamento do sentimento de pertencer, tendo em vista que o consumo de farinha está intrinsecamente ligado ao estereótipo que constrói o município de Nazaré, o qual, segundo o texto, carrega o título de “Nazaré das Farinhas”.

Segundo a aluna, a percepção da problemática ocorreu a partir da sua participação em um projeto da UFBA, que mapearia as informações acerca do processo de produção da farinha. Assim, em T37, temos um *ethos* de cidadã participativa e que busca propriedade para a sua crítica na pesquisa científica. A aluna se justifica, mais uma vez, em T40, que não se trata de uma “campanha contra a farinha”, mas sim da garantia de um direito do consumidor, garantindo o *ethos* de cidadã consciente e preocupada com a população local. Esse viés consciente é articulado com a materialidade linguística dos usos “preferir”, “precisar”, “compreender” em primeira pessoa. O *ethos* de cidadã também pode ser observado em T38 e T41, quando a aluna afirma compreender as dificuldades do produtor, mas, ainda assim, prioriza as questões de higiene ao citar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Já em T41, esse posicionamento é

construído por meio de uma expectativa, segundo a qual a autora afirma poder voltar a deliciar-se com a iguaria da sua terra.

Percebemos o destaque ao sentimento de pertencer e a valorização do “lugar onde eu vivo” em T42, quando a aluna se posiciona enquanto “cidadã nazarena apaixonada por essa terra”. Nesse trecho, a aluna constrói um *ethos* de cidadã esperançosa, que anseia por ações governamentais que possibilitem uma produção de farinha que siga todos os protocolos de higiene e que, conseqüentemente, garanta a notabilidade da farinha enquanto produto de qualidade.

Quadro 21 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 11

A11 Há lagoas? (2014) – Maceió AL (PHSBA)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T43	Cresci num desses bairros, o bairro histórico de Bebedouro.	1
T44	Desde pequeno sempre ouvi minha família falar na decadência da produção de peixes e principalmente de sururu, molusco extremamente vinculado à identidade do alagoano e que antigamente era retirado em abundância de suas águas.	1
T45	Promover o reflorestamento e a conscientização da população e do governo quanto à poluição, é de suma importância para manutenção da vida desse complexo estuário que é um dos mais importantes do país, porém com o resultado das eleições apontando o filho de um representante da elite como o próximo governador do Estado, minha esperança de um dia ver a lagoa Mundaú que meus avós me falavam se esvai como as suas águas corriam para o mar.	3

Fonte: Elaborado pela autora

O Artigo “Há Lagoas”, premiado em 2014, trata de uma problemática vivenciada pelos habitantes de Maceió, no estado de Alagoas: a degradação da Lagoa Mundaú. A lagoa com produção de peixes é retratada com o uso de primeira pessoa pela aluna como atividade geradora de renda para o município, descrevendo o passado, com o destaque ao hectare mais rico em proteína animal do planeta, que, atualmente, mal consegue sustentar as famílias de pescadores que dependem dela. Tal imbróglio ocorre em função da aceleração de um processo natural por parte do homem, tendo em vista que a degradação da mata ciliar tem destruído a barreira natural de sedimentos que protege a fauna que habita a lagoa.

Percebemos que a construção do EU enquanto cidadão ocorre por meio de uma marcação cronológica que perpassa a vida do estudante. A articulação em primeira pessoa ocorre por meio da materialidade linguística dos usos “cresci” e “ouvi”. Nesse sentido, quando

observadas as ocorrências “cresci num desses bairros” e “desde pequeno sempre ouvi” (T43 e T44), destacamos um *ethos* atuante e participativo, que cresceu acompanhando a deterioração da Lagoa Mundaú e que, por essa razão, fala com propriedade sobre a questão, afinal, trata-se de um problema social que ele conheceu quando pequeno. Assim, temos um *ethos* que vivencia e conhece com propriedade a questão polêmica inerente ao seu município.

Em T45, temos a marcação de um cidadão consciente que, ao posicionar-se três vezes em primeira pessoa, por meio dos pronomes “minha”, “meus” e “me”, aponta caminhos que possam solucionar o conflito social do seu município e critica, de modo contundente, o governo que virá a administrar a sua cidade. O aluno apresenta, ainda, uma marcação pesarosa, de quem perde a esperança de uma possível regeneração da lagoa. Essa marcação destaca o sentimento de pertencer, uma vez que reflete o apego do aluno e de sua família (a lagoa Mundaú que meus avós me falavam) pela lagoa que pertence ao seu município.

Assim, destaca-se, no texto, um estereótipo de cidade que tem a sua riqueza natural degradada pela falta de cuidado do homem e pelo desgoverno de seus administradores.

Quadro 22 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 12

A12 O oxente e o ok (2014) - São Gonçalo do Amarante CE (JMAC)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T46	Por isso, eu penso que a polêmica sobre o certo e o errado acerca de como se deve falar aqui é uma discussão sem fundamento.	1
T47	Na minha opinião, a norma-padrão deve ser ensinada, é uma competência importante para a cidadania, mas não deve dividir as pessoas em dois grupos: os que sabem e os que não sabem falar direito.	1
T48	“Não troco o meu oxente pelo ‘ok’ de ninguém”, disse o saudoso Ariano Suassuna, defendendo a sua fala regional.	1
T49	Eu não vou deixar de ser eu mesma se alguém me chamar de menina ou guria.	3

Fonte: Elaborado pela autora

O décimo-segundo Artigo a compor o nosso *corpus* foi premiado em 2014 e intitula-se “O oxente e o ok”. No texto, a aluna trata de uma questão social de grande destaque em seu município: o preconceito linguístico. A exclusão tem ocorrido desde que o complexo industrial e portuário do Pecém chegaram ao município de São Gonçalo do Amarante, no Ceará. A questão é que o complexo recebe pessoas do Brasil e do mundo, cada uma com sua especificidade cultural e, inclusive, com o seu modo distinto de se comunicar.

Nesse texto, percebemos que o estereótipo de cidade não é construído em função de algum dano por parte do poder público ou dos cidadãos ao município, mas sim devido a uma

ação que ocorre de morador para morador. Nessa perspectiva, ao afirmar que os recém-chegados à cidade acreditam que os moradores mais antigos falam errado e vice-versa, a aluna apresenta a identidade do seu município. Tal realidade é composta por uma multiplicidade cultural que é ampliada dia a dia.

A partir dos seus posicionamentos em primeira pessoa, por intermédio dos pronomes pessoais “eu” e “me” a aluna destaca a sua opinião em relação à problemática e, desse modo, constrói a sua imagem no discurso. Nesse sentido, percebemos que ao afirmar, respectivamente, em T46 e T49 que a discussão acerca do certo ou errado no emprego da língua “é sem fundamento” e que “eu não vou deixar de ser eu mesma se alguém me chamar de menina ou guria.”, percebemos a representação de uma cidadã consciente das variantes linguísticas e que, por essa razão, se posiciona contrariamente às discussões que possam subestimar alguma dessas variantes.

Além disso, a articulação em primeira pessoa ocorre a partir da materialidade linguística do emprego do verbo “troco” acompanhado de um advérbio negativo. Destacamos, ainda, em T48, uma marca intertextual presente no Artigo, uma afirmativa do autor Ariano Suassuna “Não troco o meu oxente pelo ‘ok’ de ninguém”. Na fala, o autor defende a sua fala regional, buscando valorizar uma variante linguística que se destaca no Nordeste, o “oxente”. Observemos, abaixo, a contra-argumentação estabelecida pela aluna logo após este trecho.

“Mas ninguém precisa trocar nada. Ninguém precisa, nem deve abrir mão da sua variante linguística. Fazê-lo é hipocrisia, a fala é a história da nossa vida, do nosso tempo e do lugar onde vivemos.”

Nesse ponto, temos um *ethos* consciente que se constrói sob a perspectiva da valorização da sua identidade enquanto modo de se comunicar, associando as variantes linguísticas à sua história de vida e ao lugar onde vive.

Em T47, a aluna destaca o papel da norma culta a favor da cidadania e opina contrariamente à norma culta quando tomada como fator de exclusão social. Desse excerto, emerge um *ethos* de cidadã crítica, construído a partir da percepção das consequências do preconceito linguístico enquanto problemática social que permeia o seu município.

Quadro 23 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 13

A13 Passado que não passou (2014) – Barbacena MG (GSC)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T50	Não subo , porém, no palanque da oposição contra as duas famílias; o que exponho é que não somos capazes de sair do <i>script</i> já tão bem conhecido de alternância de poder, em que até as divergências começam a convergir.	2
T51	Não sou mineiro, mas sou filho adotivo de Barbacena – que de madrasta não tem nada.	2
T52	E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvida: sou filho adotivo de Barbacena, cidade de subidas intermináveis e pessoas memoráveis.	6
T53	Sou filho da cidade das rosas, do céu mais bonito que já vi .	2
T54	Louco eu seria se não visse beleza no “trem” de Minas, como no “ meu ” do meu berço paulista.	4

Fonte: Elaborado pela autora

Os excertos acima foram transcritos do Artigo intitulado “Passado que não passou”, texto premiado pela OLP em 2014. Na produção, o aluno destaca duas questões polêmicas que perpassam o município de Barbacena: a alternância de poder entre as famílias Bias Fortes e Bonifácio Andrada e o estigma da loucura que é inerente à história do município. Desse modo, nas ocorrências em primeira pessoa que destacamos no quadro acima, observamos a construção de um *ethos* de cidadão que aqui se dá a partir dos modos como o aluno percebe e reflete acerca das problemáticas do lugar onde ele vive.

Nesse sentido, ao posicionar-se em primeira pessoa, assumindo uma opinião individual, o aluno passa a construir um *ethos* de cidadão consciente da questão política da sua cidade, de não participar (“subir”) nos palanques da cidade, conforme afirma em T50. Além disso, embora busque distanciar-se da oposição entre as duas famílias, o aluno destaca o seu lugar na questão polêmica: o lugar de quem, assim como os demais barbacenenses, permanece preso ao cenário pré-determinado de alternância de poder. Deste modo, percebemos a construção um cidadão que se coloca de forma crítica diante da alternância desses grupos, mas que se mantém por vezes resignado diante da realidade que descreve.

Percebemos, ainda, a marcação de um olhar contemporâneo sobre o problema, na qual o aluno busca ressignificar o estigma da loucura inerente à imagem da cidade em T53 e T54. Discursivamente, tal estratégia indica uma ruptura com os estigmas atrelados ao município, buscando destacar os aspectos positivos da cidade a partir do olhar de sujeito-aluno. Para isso, o autor do texto apresenta uma posituação da imagem da cidade por meio do sentimento

ufanista de quem se posiciona como “filho” e “filho adotivo”. Nesse ponto, consideramos que se posicionar como “filho adotivo”, com o uso do verbo “ser” em primeira pessoa em “eu sou” é também posicionar-se como cidadão. Portanto, emerge deste trecho um *ethos* passivo que se constitui do sentimento de pertença, daquele que, embora consciente da problemática que perpassa o município em que vive, considera-se privilegiado por ter sido adotado pela cidade.

Assim, a construção do cidadão, no trecho em análise, dirige-se às condições de pertencimento, ao mesmo tempo em que contesta o pertencimento as duas famílias tradicionais de Barbacena, com posturas que, por sua vez, são inerentes à história de mandatários no município.

Quadro 24 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 14

A14 Alguma coisa acontece em Sampa (2016) – São Paulo SP (PFA)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T55	Sempre que ando pelas ruas da minha cidade sou despertada de um sonho por sentimentos contraditórios: o deslumbre e a decepção.	3
T56	Nos versos: “... É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi / Da dura poesia concreta de tuas esquinas...”, se revela o desencanto de um baiano recém-chegado, o próprio Caetano, diante da realidade urbana.	4
T57	Entendo , portanto, que a readequação do Elevado em um parque é a melhor escolha, pois demolir representaria mais gastos aos cofres públicos e manter a situação como está não seria benéfico aos moradores da região.	1
T58	Conforme os versos de Caetano: “... Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas / Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços...”, nós merecemos uma cidade mais limpa e com paisagem mais aprazível.	1

Fonte: Elaborado pela autora

O artigo intitulado “Alguma coisa acontece em Sampa”, escrito por uma aluna de São Paulo e premiado no ano de 2016, retrata dois cenários que descrevem a cidade, conforme a aluna: de um lado o de grandes edifícios, *shoppings* e pontos turísticos e de outro o desrespeito ao meio ambiente e o mau uso do dinheiro público em obras mal planejadas e executadas. A esses dois cenários, a autora atribui dois sentimentos distintos, conforme observamos em T55, deslumbre e decepção. Nesse trecho, a articulação em primeira pessoa se dá por intermédio da materialidade linguística do emprego do verbo “ando” e do pronome indicativo de posse “minha”.

Ao longo da produção, a aluna lança mão de alguns trechos da canção Sampa, de Caetano Veloso, com os quais ela dialoga a respeito das problemáticas do município. Desse modo, as marcas de primeira pessoa “eu”, “cheguei” e “senti”, destacadas em T56 pertencem a essa canção, a qual apresenta a construção de um *ethos* crítico, que demonstra o seu desencanto com a realidade urbana que encontra ao chegar no município. Ao explicitar a sua compreensão acerca da necessidade de readequação do Elevado, de modo que ele seja transformado em um parque, constrói-se um *ethos* de cidadão consciente das necessidades do município e que concorda com mudanças que possam beneficiar os demais moradores.

Em T58, a aluna, ao citar mais um trecho da canção de Caetano Veloso, constrói um *ethos* de cidadã consciente de ser merecedora de uma cidade “mais limpa e aprazível”. Nesse ponto, destacamos as afirmações de Botelho e Schwarcz (2012) referentes às concepções de cidadania enquanto formas de identificação entre sujeitos, os quais se mobilizam por meio de confrontos e negociações rotineiras. Assim, percebemos que as estereotípias de cidadão consciente que circulam no texto levam-nos a compreender a cidadania enquanto direito a uma nova paisagem para a cidade de São Paulo.

Percebemos, diante da análise, que a representação do EU enquanto cidadã crítica e consciente, nesse Artigo, constrói-se a partir do encantamento com o lugar onde a aluna vive (deslumbre) e pela decepção com as questões sociais mal resolvidas em seu município. Além disso, ao compreender mudanças urgentes e necessárias à cidade, temos uma representação identitária de cidadania pautada no referencial histórico de uma realidade social, marcada por um cenário de lutas e conquistas.

Quadro 25 – Ocorrências de 1ª pessoa do singular no Artigo de Opinião 15

A15 O palco Caldas Country além dos shows e águas quentes (2016) – Caldas Novas GO (CFMC)		
Código	Trecho	Nº de ocorrências
T59	Pessoas de todas as partes do Brasil lotam a minha cidade durante o ano inteiro.	1
T60	O lugar onde moro é um dos maiores centros turísticos do Centro-Oeste, devido às águas quentes e à infraestrutura de hotelaria.	1
T61	Ressalto que, no lugar onde vivo ocorrem problemas que não têm perspectiva de serem resolvidos a curto prazo, pois a maioria dos habitantes enfrenta essa realidade com resignação, onde os políticos não apresentam interesse em bastar essa problemática costumando defender as regalias minoritárias de hoteleiros e empresários.	2

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro acima, apresentamos os trechos em que se inserem as marcas de primeira pessoa presentes no Artigo “O palco Caldas Country além dos shows e das águas quentes”. O texto é de uma aluna do município de Caldas Novas (GO) e foi premiado em 2016. Da produção escrita emerge um referencial histórico em que se destaca a problemática do grande número de turistas que a cidade recebe todos os anos em função de um evento do segmento de sertanejo universitário: o Caldas Country, conhecido como o maior festival de música sertaneja do mundo.

Em T59, ao posicionar-se em primeira pessoa por meio do pronome indicativo de posse “minha”, a aluna dá início à construção de um *ethos* de cidadã participativa que toma o lugar onde vive como dela, de modo que seja sua função apontar e revoltar-se com os imbróglis locais. Tal construção é complementada em T61, quando a aluna, com o verbo “ressaltar”, em primeira pessoa, articula que os problemas do seu município não têm previsão para serem resolvidos, uma vez que as necessidades da maioria da população têm sido negligenciadas em função das “regalias minoritárias de hoteleiros e empresários”.

Assim, observamos que as representações identitárias de cidadania que perpassam a construção do *ethos* presentes no texto voltam-se para um distanciamento entre turistas e moradores que residem no município. Dessa forma, se para os visitantes a cidade é conhecida como “um dos maiores centros turísticos do Centro-Oeste, devido às águas quentes e à infraestrutura de hotelaria” (T60), ao mesmo tempo, para os moradores locais, esse título é sinônimo de ausência de direitos enquanto cidadãos.

Constatamos, em função do exposto, que o estereótipo do “lugar onde eu vivo”, nesse texto, é construído a partir das perspectivas de duas cidades em uma: a que atrai e acolhe os turistas e a que negligencia os seus habitantes.

A fim de apresentarmos um resultado quali-quantitativo das construções de *ethos* que foram identificadas em nosso *corpus*, elaboramos o quadro seguinte.

Quadro 26 - Ocorrências de construção de *ethos* no *corpus*.

ARTIGO	<i>Ethos</i> crítico		
	<i>Ethos</i> passivo	<i>Ethos</i> propositivo	<i>Ethos</i> participativo
			
	Cidadão que critica e se posiciona passivamente incluindo-se nas problemáticas	Cidadão que percebe o problema e aponta alternativas para solucioná-lo	Cidadão que age de modo atuante, aquele que não se cala e, por vezes, discorda do senso comum
BR-364: desenvolvimento ou preservação? (2008) Cruzeiro do Sul – AC			
Cavaleiros da cana versus mecanização (2008) Tamboara – PR			
Em defesa da vida (2008) Alpinópolis – MG			
A violência adentrou os muros de nossas escolas (2010) Cruzeiro do Sul - AC			
Caldas novas que os turistas não veem (2010) Caldas Novas – GO			
Desenvolvimento? (2010) Pedra Lavrada – PB			
O problema que ofusca o brilho (2010) Limeira – SP			
A favor da memória (2012) Pombal - PB			

Natal: noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) Natal – RN			
Entre sabores e dissabores (2014) Nazaré – BA			
Há lagoas? (2014) Maceió – AL			
O oxente e o ok (2014) São Gonçalo do Amarante – CE			
Passado que não passou (2014) Barbacena – MG			
Alguma coisa acontece em Sampa (2016) São Paulo – SP			
O palco Caldas Country além dos shows e águas quentes (2016) Caldas Novas – GO			
Total de ocorrências	11	8	8

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima evidencia que todos os textos analisados do *corpus* carregam marcas de opinião, as quais são refletidas nos efeitos de sentido que emergem da construção de um *ethos* passivo, conforme se espera de um artigo de opinião. Esse mesmo *ethos* subdivide-se em três tipos de *ethos*, elencados em nossa análise como passivo, propositor e participativo. Compreendemos que essas denominações refletem uma tendência das produções que compõem o nosso *corpus*, uma vez que elas engendram um padrão esperado para o que o texto seja selecionado pela comissão julgadora.

Dentro dessa conjuntura, ao considerarmos que “a construção do auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem” (Amossy, 2005, p.126), passamos a compreender determinadas regularidades encontradas em nosso *corpus*. Analogamente, tomando as Oficinas descritas em nossa pesquisa enquanto interdiscurso, o qual para Dalmaschio (2008) é (re)construído no processo enunciativo e, portanto, passível de retomada

de quaisquer enunciados, percebemos que a construção do auditório, nessas produções, está diretamente ligada aos saberes regrados pelo processo de preparação para a produção do texto.

4.2 Um olhar para as FNs por meio das redes enunciativas: o caso do cidadão

Partindo das concepções acerca do papel das FNs e das Redes Enunciativa, buscamos destacar os modos como se delineiam as construções de *ethos* de cidadão nos Artigos de Opinião que compõem o nosso *corpus*. Para isso, consideramos o papel singular dos Estudos Semânticos da Enunciação ao examinar as articulações que formam as redes enunciativas enquanto elementos de constituição de análise.

Dessa forma, produzimos, inicialmente, três redes enunciativas a partir do nosso *corpus*. A primeira rede, intitulada “Rede 1 – Formação nominal ‘cidadão’”, constitui-se de seis formações nominais encontradas nos quinze artigos que compõem o nosso *corpus*. Consideramos, para essa rede, a FN “cidadão”, bem como as suas variações de gênero e número.

Para fins de organização metodológica, dividimos a nossa rede em quatro colunas. A coluna “Código” contém a numeração da FN, a qual foi catalogada a partir da contagem em ordem crescente de aparecimento nos artigos. Em outras palavras, após identificarmos todas as aparições das FNs “cidadão”, “morador” e “habitante” em nosso *corpus* - que se organiza em ordem crescente de divulgação no site da Olimpíada do ano de 2008 até 2018 – chegamos a um total de vinte e duas FNs, as quais foram numeradas em ordem crescente, ou seja, iniciando na ocorrência no texto mais antigo (2008) até o texto mais recente (2016)¹⁷.

A coluna “Artigo de Opinião” contém o Artigo com a mesma catalogação utilizada na seção “Um olhar para as marcas de 1ª pessoa”: numeração a partir da ordem crescente de participação na OLP, título do Artigo, ano de participação na OLP, Município e Estado do estudante e iniciais do nome completo do aluno premiado.

Logo após, apresentamos, respectivamente, a FN “cidadão” – considerando também a variação no feminino e no plural – e o trecho em que a FN aparece. A mesma organização foi utilizada para as redes 2 e 3, intituladas “Rede enunciativa 2 – Formação nominal ‘morador’” e “Rede enunciativa 3 – Formação nominal ‘habitante’”.

Apresentamos, a seguir, a primeira rede enunciativa a ser analisada.

¹⁷ Os artigos vencedores da última edição da OLP não foram incluídos em nosso *corpus* por não se enquadrarem em nossos princípios metodológicos: apresentar uma ou mais das FNs “morador”, “cidadão” e “habitante”, bem como uma marcação na primeira pessoa do singular a partir de pronome ou desinência verbal.

Quadro 27 – Rede enunciativa 2

Rede enunciativa 2 – Formação nominal “cidadão”			
Código	Artigo de Opinião	Formação nominal	Trecho
FN 4	A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)	Cidadãos aptos	Essa nova realidade que temos vivenciado é preocupante, mas se torna ainda mais assustadora quando percebemos que a escola, espaço antes reservado à formação de cidadãos aptos para atuar de forma ativa e pacífica, no meio social, também está sendo invadida por ocorrências policiais.
FN 8	A7 O problema que ofusca o brilho (2010) – Limeira SP (TCR)	Saúde e bem-estar dos cidadãos	Como consequência disso, as águas fluviais da cidade apresentam grande quantidade de metais pesados, como cromo, níquel, cobre e chumbo – um risco para a saúde e o bem-estar dos cidadãos , que, em contato com esses metais, podem ser acometidos de problemas gastrintestinais, anemia, danos no sistema nervoso central, disfunção renal, entre outros.
FN 9	A7 O problema que ofusca o brilho (2010) – Limeira SP (TCR)	Cidadãos	Consequentemente, com a regularização e a profissionalização dos trabalhadores desse setor, a economia, a saúde dos cidadãos e a infraestrutura de Limeira melhorarão.
FN 10	A8 A favor da memória (2012) - Pombal PB (PVQ)	Cidadãos	Após quase três décadas de aparente esquecimento e indiferença por parte da sociedade, a compra do terreno da extinta Brasil Oiticica e a destruição das instalações da indústria, que não atingiu a chaminé por intervenção de alguns cidadãos , acenderam um debate entre os pombalenses em torno do que realmente é importante para o desenvolvimento e para a história da nossa comunidade.
FN 12	A9 Natal: Noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) – Natal RN (TCN)	Cidadãos	A prostituição é um problema de ordem social e coletiva e, nesse contexto, é preciso a formação de uma aliança entre os cidadãos potiguares e as instituições públicas responsáveis no intuito de que sejam elaboradas medidas que evitem a entrada de novas mulheres e jovens nesse mercado ilícito, tais como a fundação de mais escolas técnicas, no ímpeto de profissionalizá-las.

FN 14	A10 Entre sabores e dissabores (2014) – Nazaré BA (CGC)	Cidadã	Como cidadã nazarena e apaixonada por esta terra, cultivo o desejo de que haja maiores iniciativas governamentais voltadas para as casas de farinha, valorizando os produtores e incentivando-os a buscar melhorias através de cursos, palestras, financiamentos ou empréstimos para reformas e compras de novos equipamentos; enfim, meios que possibilitem à nossa tradicional farinha, a joia do recôncavo, tornar-se ainda mais notável por sua qualidade e excelência.
-------	---	--------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Tomemos a FN 4 “cidadãos aptos”.

*“Essa nova realidade que temos vivenciado é preocupante, mas se torna ainda mais assustadora quando percebemos que a escola, espaço antes reservado à formação de **cidadãos aptos** para atuar de forma ativa e pacífica, no meio social, também está sendo invadida por ocorrências policiais.”*

Nessa cena enunciativa, temos o nome núcleo “cidadãos” sendo acompanhado pelo convergente “aptos”, o que evidencia uma construção de sentido pautada no referencial da aptidão, ou seja, a definição de “cidadão” é perpassada pelo potencial do cidadão de atuar de forma capaz, ativa e pacificamente. Contudo, acrescentamos, que na cena analisada, a FN “cidadãos aptos” é construída por meio de uma concessão, ou seja, uma quebra de expectativa, uma vez que o aluno apresenta uma ruptura com aquilo que o espaço escolar deveria representar. Deste modo, se o ambiente escolar passa a ser invadido por ocorrência policiais, temos uma ação que acaba por impossibilitar a formação de “cidadãos aptos”, o que nos leva a constatar a problemática do lugar onde o aluno vive que atravessa a FN aqui analisada: a violência escolar.

Conforme já abordado na presente pesquisa, o tema proposto pela OLP é “O lugar onde eu vivo”, de modo que seja esperado – por parte das comissões julgadoras – que o aluno evidencie o sentimento de pertencer ao local em suas produções, uma vez que a Olimpíada visa, justamente, a “valorização do lugar onde eu vivo.” Sob esse prisma, destacamos, a seguir dois movimentos de sentido em que a FN “cidadão (ã/s)” ancora-se no referencial do pertencimento.

FN 12 – “A prostituição é um problema de ordem social e coletiva e, nesse contexto, é preciso a formação de uma aliança entre os **cidadãos potiguares** e as instituições públicas responsáveis no intuito de que sejam elaboradas medidas que evitem a entrada de novas mulheres e jovens nesse mercado ilícito, tais como a fundação de mais escolas técnicas, no ímpeto de profissionalizá-las.”

FN 14 - “Como **cidadã nazarena** e apaixonada por esta terra, cultivo o desejo de que haja maiores iniciativas governamentais voltadas para as casas de farinha, valorizando os produtores e incentivando-os a buscar melhorias através de cursos, palestras, financiamentos ou empréstimos para reformas e compras de novos equipamentos; enfim, meios que possibilitem à nossa tradicional farinha, a joia do recôncavo, tornar-se ainda mais notável por sua qualidade e excelência.”

Ao demarcar o nome núcleo “cidadão” com os convergentes “potiguares” e “nazarena”, os quais remetem ao nome do município em que os alunos vivem, os alunos destacam o seu local de origem, de modo que um dos saberes legitimados pela OLP seja evidenciado no texto: a valorização do “lugar onde eu vivo”.

Dias (2018) define referencial histórico enquanto “domínios em que os enunciados se ancoram para emergir de acordo com o funcionamento histórico-social”. (p.101). Nessa perspectiva, percebemos que a FN 12 se ancora no referencial do cidadão enquanto parte de uma aliança necessária para a solução da problemática vivenciada no município de Natal: a prostituição. Assim, do emprego dessa FN, emerge a identidade de um aluno que pauta a sua cidadania na reflexão acerca de possíveis caminhos que possam amenizar o imbróglio enfrentado pelo lugar onde ele vive.

Nesse mesmo sentido, a FN 14 é sustentada pelo referencial do cidadão que cultiva o desejo de que existam iniciativas governamentais que possam profissionalizar e valorizar os produtores de farinha do município de Nazaré. Desta forma, percebemos a identidade de um aluno que, além de perceber as problemáticas locais, é capaz de apontar caminhos que possam atenuá-las.

Dessarte, passemos a analisar a FN 10.

“Após quase três décadas de aparente esquecimento e indiferença por parte da sociedade, a compra do terreno da extinta Brasil Oiticica e a destruição das instalações da

indústria, que não atingiu a chaminé por intervenção de alguns cidadãos, acenderam um debate entre os pombalenses em torno do que realmente é importante para o desenvolvimento e para a história da nossa comunidade.”

Nessa cena enunciativa, observamos que a problemática que perpassa a FN “cidadãos” volta-se para a questão da valorização de um ponto turístico da cidade. Dessa forma, a FN aqui analisada também ancorada no referencial do debate, uma vez que a polêmica retratada pelo aluno remete à “intervenção de alguns cidadãos” e ao conseqüente debate entre os pombalenses acerca do que de fato seria importante para o desenvolvimento e para a história da comunidade. Destacamos, desta forma, a representação de um cidadão ativo, que intervém e reflete acerca das problemáticas que permeiam a sua cidade.

Após elaborarmos a rede enunciativa que compõe essa parte da pesquisa, percebemos dois tipos de posturas que atravessavam a FN “cidadão”. Primeiramente destacamos a postura ativa, em que o cidadão participa das questões sociais, seja debatendo, atuando ou apontando possíveis soluções. Além disso, também percebemos uma postura passiva, na qual o cidadão é o alvo das problemáticas sociais, conforme podemos observar nas seguintes FNs.

FN8 - *“Como consequência disso, as águas fluviais da cidade apresentam grande quantidade de metais pesados, como cromo, níquel, cobre e chumbo – um risco para a saúde e o bem-estar dos cidadãos, que, em contato com esses metais, podem ser acometidos de problemas gastrintestinais, anemia, danos no sistema nervoso central, disfunção renal, entre outros.”*

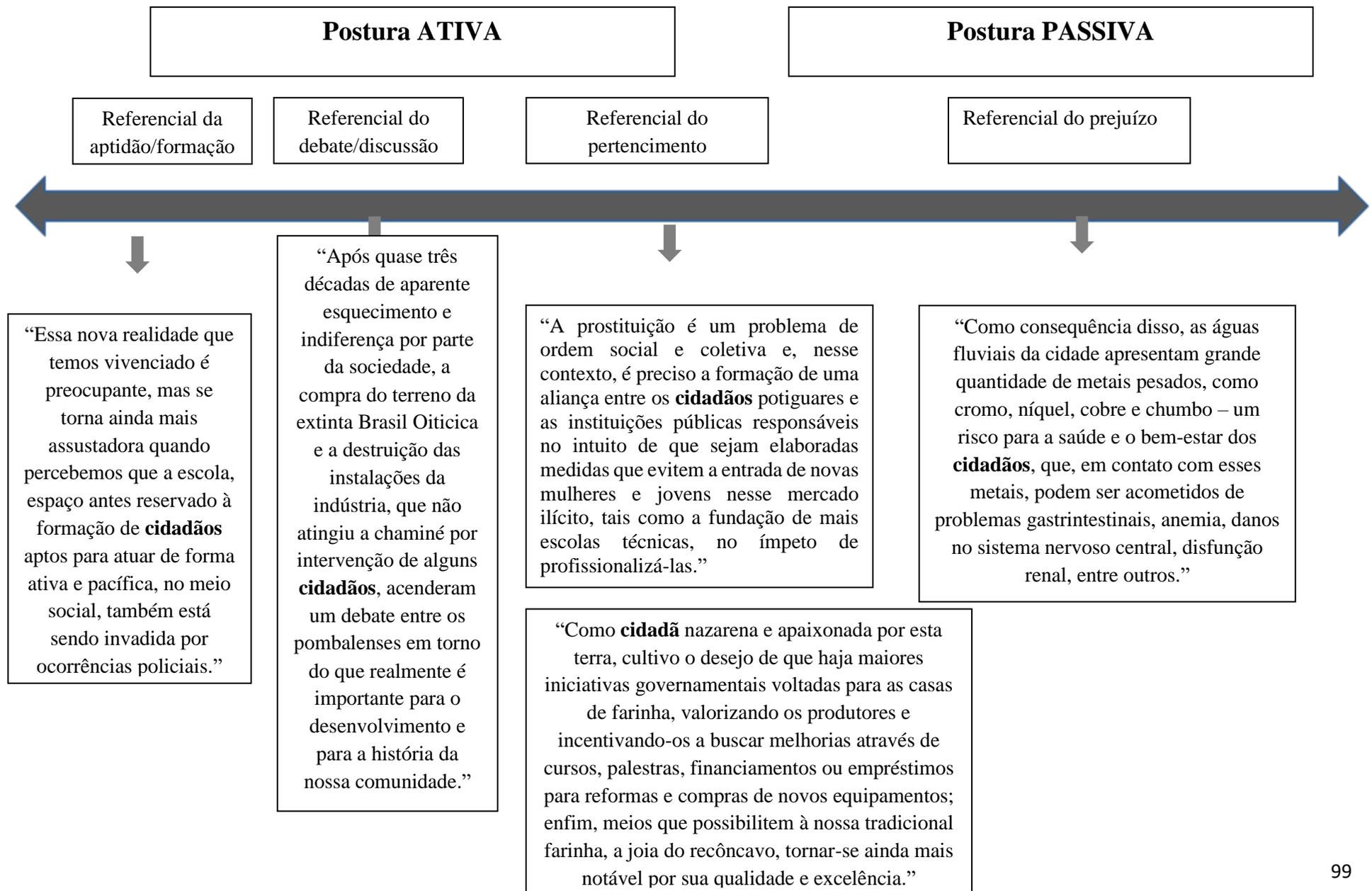
FN9 - *“Conseqüentemente, com a regularização e a profissionalização dos trabalhadores desse setor, a economia, a saúde dos cidadãos e a infraestrutura de Limeira melhorarão.”*

Na FN8, observamos que a FN “cidadãos” é perpassada pelo referencial do dano, do prejuízo, uma vez que, conforme explicitado pelo aluno, as águas fluviais, por apresentarem grande concentração de metais pesados, representam um risco à saúde e ao bem-estar dos cidadãos.

Na FN 9, percebemos o referencial de uma perspectiva positiva para os cidadãos, tendo em vista que a saúde melhorará a partir da regularização e a profissionalização dos cidadãos.

Assim, nas duas FNs aqui analisadas, o cidadão é apresentado como alvo, ou seja, demonstrando uma postura passiva tanto como vítima de uma questão social, ou como alvo de uma expectativa positiva.

A fim de sintetizarmos os movimentos de sentido aqui analisados, bem como os referenciais em que se ancoram a FN “cidadão”, apresentamos, a seguir, um contínuo elaborado a partir da nossa análise.



Destarte, considerando as análises dos movimentos de sentido em que se inserem as FN “cidadão (ã/s)” percebemos que a construção da cidadania, nos textos em que essas são empregadas, ocorre por meio da explicitação das problemáticas locais. Assim, a FN “cidadão (ã/s)” pode sustentar-se no referencial de atuação, de forma ativa, ou, ainda, como alvo dos prejuízos provenientes das problemáticas locais.

A postura ativa apresentou-se em quatro das cinco FNs analisadas. Acreditamos que essa recorrência possa ser justificada pelos saberes que constituem as Oficinas da OLP enquanto condições de produção que atravessam os saberes sobre cidadania.

Para Dias (2017), conceito de referencial histórico sustenta-se no caráter institucional dos dizeres. Sendo assim, aquilo que se enuncia é fruto do “funcionamento histórico da sociedade, especificamente o complexo de regulações, admissões, proibições, incentivos”. (DIAS, 2017a, p.144). É dentro desse contexto que os aspectos sociais mais amplos como os percursos da OLP, a compreensão do gênero Artigo de Opinião e o que se recomenda nesse tipo de avaliação atingem o referencial histórico, que também atravessa as produções.

Passemos a analisar a segunda rede enunciativa.

Quadro 28 – Rede enunciativa 3

Rede enunciativa 3 – Formação nominal “morador”			
Código	Artigo de Opinião	Formação nominal	Trecho
FN 3	A3 Em defesa da vida (2008) - Alpinópolis MG (CAD)	Moradores	Mas a extração de quartzito, no Parque Nacional da Serra Canastra, vem causando graves problemas ambientais, gerando polêmica entre os moradores .
FN 5	A5 Caldas Novas que os turistas não veem (2010) – Caldas Novas GO (BSS)	Moradores locais	Não sou contra o turismo, mas sim como ele é desenvolvido particularmente em Caldas Novas, beneficiando as pessoas de fora em detrimento dos moradores locais ; além disso é perigoso para a cidade ser tão dependente de apenas um segmento econômico, pois se, por algum motivo (assim como o surto de dengue de 2008), os turistas optarem por outro destino todos serão fortemente atingidos.
FN 7	A6 Desenvolvimento? (2010) – Pedra Lavada PB (RDC)	Moradores	Para essa empresa não continuar causando tantos impactos ambientais, os moradores esperam que ela invista em projetos ambientais, sociais e culturais, além

			de disponibilizar meios reparadores para as famílias prejudicadas e oferecer melhores condições de saúde e de segurança aos seus trabalhadores.
FN 13	A10 Entre sabores e dissabores (2014) – Nazaré BA (CGC)	Moradora	Sou moradora da zona rural de Nazaré, município do Recôncavo Baiano, reconhecido por produzir uma inigualável farinha de mandioca, símbolo da tradição de nossa terra e responsável por conferir à cidade a alcunha de “Nazaré das Farinhas”.
FN 15	A11 Há lagoas? (2014) – Maceió AL (PHSBA)	Moradores	Mesmo com o perigo constante de a tragédia se repetir, os moradores dos municípios ribeirinhos se recusam a sair alegando que não têm para onde ir sendo que o governo do Estado disponibilizou milhares de casas que fizeram parte da reconstrução das cidades destruídas pela cheia.
FN 16	A12 O oxente e o ok (2014) - São Gonçalo do Amarante CE (JMAC)	Moradores	O problema é que os que chegam aqui acreditam que falamos errado e os moradores acham que o erro está no modo como os recém-chegados falam.
FN 19	A13 Passado que não passou (2014) – Barbacena MG (GSC)	Morador	Num trecho do livro O grande mentecapto, de Fernando Sabino, o herói Viramundo é questionado por um morador de Barbacena se é biista ou bonifacista.
FN 21	A15 O palco Caldas Country além dos shows e águas quentes (2016) – Caldas Novas GO (CFMC))	Moradores	É possível equilibrar as duas coisas, receber grandes eventos sem causar danos aos moradores ?

Fonte: Elaborado pela autora

A priori, percebemos que as FNs constituídas a partir do nome-núcleo “morador(a/es)” dialogam com outras construções que também perpassam essas FNs, de modo que seja possível destacar os modos como o sujeito-aluno destaca as problemáticas do lugar onde ele vive, ao utilizar da FN “morador”.

Nesse sentido, destacamos a FN 16.

*“O problema é que os que chegam aqui acreditam que falamos errado e os **moradores** acham que o erro está no modo como os recém-chegados falam.”*

O enunciado acima foi extraído de um texto que trata a questão do preconceito linguístico vivenciada no município de São Gonçalo do Amarante. Segundo Guimarães (2017), uma vez que o homem permanece assumindo a palavra, ainda que esta lhe seja negada, o político sustenta e centraliza as relações sociais. Nessa concepção, compreendemos a problemática apontada nesse artigo como um movimento político a partir do qual o domínio da norma culta é colocado como um instrumento de dominação e imposição em detrimento das variantes regionais empregadas pela maioria.

Ao afirmar que “os **moradores** acham que o erro está no modo como os recém-chegados falam”, o aluno evidencia traços das problemáticas do lugar onde ele vive, um local em que os moradores vivenciam o estigma do preconceito linguístico. Por conseguinte, constatamos com a presença da forma verbal “acham” um movimento de sentido que remete ao referencial da opinião, tendo em vista que essa seria a opinião dos moradores. Temos, assim, nesse exemplo a construção identitária de um morador que atribui o fato de que “muitos acreditam que falamos errado” ao modo como os “recém-chegados falam”.

Tomemos o trecho em que se insere a FN 3.

*“Mas a extração de quartzito, no Parque Nacional da Serra Canastra, vem causando graves problemas ambientais, gerando polêmica entre os **moradores**.”*

Nesse ponto, observamos que a problemática que perpassa a FN “moradores” volta-se para a questão da extração de quartzito e os problemas ambientais consequentes dessa exploração. Dessa forma, a FN aqui analisada também está ancorada no referencial do debate, uma vez que a polêmica retratada pelo aluno remete a uma divergência de opiniões. Destacamos, desta forma, a representação de um morador ativo, que discute e opina acerca das problemáticas que permeiam a sua cidade.

A seguir, destacamos a FN 7.

*“Para essa empresa não continuar causando tantos impactos ambientais, os **moradores** esperam que ela invista em projetos ambientais, sociais e culturais, além de disponibilizar meios reparadores para as famílias prejudicadas e oferecer melhores condições de saúde e de segurança aos seus trabalhadores.”*

Nesse trecho, a FN “moradores” constrói-se a partir do referencial da expectativa, ou seja, pela FN aqui presente, perpassam as questões sociais voltadas para ações que se esperam da empresa que, até então, vem causando impactos ambientais ao município. Assim, os moradores esperam que esses danos sejam amenizados a partir de ações a serem realizadas pela empresa, como o investimento em projetos, a reparação a famílias prejudicadas e a disponibilização de melhores condições de saúde e segurança aos trabalhadores.

Consideremos, a seguir, três FNs ancoradas no referencial do pertencimento.

FN13 - “Sou **moradora da zona rural de Nazaré**, município do Recôncavo Baiano, reconhecido por produzir uma inigualável farinha de mandioca, símbolo da tradição de nossa terra e responsável por conferir à cidade a alcunha de “Nazaré das Farinhas”.

FN15 - “Mesmo com o perigo constante de a tragédia se repetir, os **moradores dos municípios ribeirinhos** se recusam a sair alegando que não têm para onde ir sendo que o governo do Estado disponibilizou milhares de casas que fizeram parte da reconstrução das cidades destruídas pela cheia.”

FN19 - “Num trecho do livro *O grande mentecapto*, de Fernando Sabino, o herói Viramundo é questionado por um **morador de Barbacena** se é biista ou bonifacista.”

Nas FNs destacadas acima, o referencial do pertencimento é construído a partir da presença das preposições “da”, “de” e “dos”, as quais constroem a ideia de posse como efeito de sentido. Assim, ao ligar-se ao nome-núcleo “morador”, os convergentes “da zona rural de Nazaré”, “dos municípios ribeirinhos” e “de Barbacena” constituem FNs que dão destaque ao “lugar onde eu vivo”, evidenciando o sentimento de pertencimento que constitui um dos saberes regrados pela OLP.

Guimarães (2018) postula que “a reescrituração é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito”, tendo em vista que “o elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado”. (p.85). Nesse sentido, nas construções “moradora da zona rural de Nazaré”, “moradores dos municípios ribeirinhos” e “morador de Barbacena” podemos perceber que as preposições “da”, “dos” e “de” contribuem para que as FNs adquiram pertinência enunciativa no sentimento de pertencer. Assim, o

emprego da FN “morador”, nesses casos, poderia ser reescriturado por “pertencente a”, de modo que “morador de Barbacena”, por exemplo, remeta ao morador que pertence ao município de Barbacena.

Até aqui percebemos que, pelas FNs “morador (a/es)”, perpassa uma postura ativa por parte dos moradores, seja debatendo, opinando, esperando ou pertencendo. Desse modo, observamos uma construção do *ethos* de cidadão que se delinea a partir das ações praticadas pelos moradores de cada município. Tomemos, adiante, dois exemplos em que da FN “moradores” emerge uma postura passiva, as FNs 5 e 21.

FN5 - *“Não sou contra o turismo, mas sim como ele é desenvolvido particularmente em Caldas Novas, beneficiando as pessoas de fora em detrimento dos **moradores** locais; além disso é perigoso para a cidade ser tão dependente de apenas um segmento econômico, pois se, por algum motivo (assim como o surto de dengue de 2008), os turistas optarem por outro destino todos serão fortemente atingidos.”*

FN 21 – *“É possível equilibrar as duas coisas, receber grandes eventos sem causar danos aos **moradores**?”*

Na FN5, observamos que a FN “moradores” é perpassada pelo referencial do dano, do prejuízo, uma vez que, conforme explicitado pelo aluno, o modo como o turismo é desenvolvido no município de Caldas Novas acaba prejudicando os moradores locais em detrimento das pessoas de fora. Destacamos, ainda, que o convergente “locais” reescritura o nome do município por meio da substituição, evidenciando, também nesse caso, o destaque ao “lugar onde eu vivo”.

Assim, buscando sintetizar as análises realizadas a partir da FN morador(a/es), elaboramos um contínuo, o qual pode ser observado a seguir.

Postura ATIVA

Postura PASSIVA

Referencial da
opinião

Referencial da
expectativa

Referencial do
pertencimento

Referencial do prejuízo



“Mas a extração de quartzito, no Parque Nacional da Serra Canastra, vem causando graves problemas ambientais, gerando polêmica entre os **moradores.**”

“O problema é que os que chegam aqui acreditam que falamos errado e os **moradores** acham que o erro está no modo como os recém-chegados falam.”

“Para essa empresa não continuar causando tantos impactos ambientais, os **moradores** esperam que ela invista em projetos ambientais, sociais e culturais, além de disponibilizar meios reparadores para as famílias prejudicadas e oferecer melhores condições de saúde e de segurança aos seus

“Sou **moradora** da zona rural de Nazaré, município do Recôncavo Baiano, reconhecido por produzir uma inigualável farinha de mandioca, símbolo da tradição de nossa terra e responsável por conferir à cidade a alcunha de “Nazaré das Farinhas”.

“Mesmo com o perigo constante de a tragédia se repetir, os **moradores** dos municípios ribeirinhos se recusam a sair alegando que não têm para onde ir sendo que o governo do Estado disponibilizou milhares de casas que fizeram parte da reconstrução das cidades destruídas pela cheia.”

“Num trecho do livro O grande mentecapto, de Fernando Sabino, o herói Viramundo é questionado por um **morador** de Barbacena se é biista ou bonifacista.”

“Não sou contra o turismo, mas sim como ele é desenvolvido particularmente em Caldas Novas, beneficiando as pessoas de fora em detrimento dos **moradores** locais; além disso é perigoso para a cidade ser tão dependente de apenas um segmento econômico, pois se, por algum motivo (assim como o surto de dengue de 2008), os turistas optarem por outro destino todos serão fortemente **afinoidos**”

“É possível equilibrar as duas coisas, receber grandes eventos sem causar danos aos **moradores**?”

Assim, a partir das análises pautadas na FN “morador”, percebemos as formas pelas quais a cidadania é construída nos textos em que essa FN é empregada, de modo que as questões sociais que são vivenciadas em cada município constituem um cenário de lutas e conquistas construídas socialmente e que, por essa razão, delineiam a cidadania local.

Nesse ponto, destacamos novamente a ocorrência em maior número de uma estereotípia de morador que adota uma postura ativa na construção da sua cidadania. Dessa forma, a FN “morador” pode significar, não apenas “aquele que mora, ou vive”, mas, sobretudo, aquele que opina, que espera, que pertence a e que sofre com os prejuízos das instituições desorganizadas.

Adiante, analisaremos a nossa terceira rede enunciativa.

Quadro 29 – Rede enunciativa 4

Rede enunciativa 4 – Formação nominal “habitante”			
Código	Artigo de Opinião	Formação nominal	Trecho
FN 1	A1 BR-364: desenvolvimento ou preservação? (2008) – Cruzeiro do Sul AC (ASL)	Habitantes	Minha terra natal hoje conta com cerca de 80.000 habitantes , é a segunda cidade acreana mais populosa.
FN 2	A2 Cavaleiros da cana versus mecanização (2008) – Tamboara PR (MCO)	Habitantes	O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4.275 habitantes .
FN 6	A6 Desenvolvimento? (2010) – Pedra Lavada PB (RDC)	Habitantes	No momento, a maior preocupação dos habitantes é com relação à empresa mineradora “Elizabeth”, que há quase uma década, vem explorando as riquezas minerais do município, principalmente o cianeto, matéria-prima utilizada na fabricação da cerâmica e da porcelana.
FN 11	A9 Natal: Noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) – Natal RN (TCN)	Habitantes daqui	Uma realidade vergonhosa não somente para os habitantes daqui , como eu, mas para todos os brasileiros.
FN 17	A12 O oxente e o ok (2014) - São Gonçalo do Amarante CE (JMAC)	Habitantes da nossa cidade	Estima-se que o número de habitantes da nossa cidade será triplicado em uma década.
FN18	A12 O oxente e o ok (2014) - São Gonçalo do Amarante CE (JMAC)	Primeiros habitantes de	Quem chegar a um restaurante da cidade e pedir aipim vai comer uma deliciosa macaxeira, herança dos

		São Gonçalo do Amarante.	Anacés – primeiros habitantes de São Gonçalo do Amarante.
FN 20	A14 Alguma coisa acontece em Sampa (2016) – São Paulo SP (PFA)	Habitantes	Isso porque há inúmeras reclamações acerca da poluição sonora e da do ar, visto que, em alguns trechos, as janelas estão a cinco metros de distância da construção, fato que gera danos à saúde e à qualidade de vida dos habitantes dos arredores.
FN 22	A15 O palco Caldas Country além dos shows e águas quentes (2016) – Caldas Novas GO (CFMC)	Habitantes	Ressalto que, no lugar onde vivo ocorrem problemas que não têm perspectiva de serem resolvidos a curto prazo, pois a maioria dos habitantes enfrenta essa realidade com resignação, onde os políticos não apresentam interesse em bastar essa problemática costumando defender as regalias minoritárias de hoteleiros e empresários.

Fonte: Elaborado pela autora

Em nosso estudo de caso destacando as FN, encontramos oito ocorrências de “habitante(s)” nos quinze Artigos que compõem o nosso *corpus*. Em todas essas ocorrências, percebemos uma postura ativa por parte dos habitantes, conforme será possível observar nas análises seguintes.

Inicialmente, apresentamos duas FNs ancoradas no referencial da quantificação.

FN1 - “*Minha terra natal hoje conta com cerca de 80.000 **habitantes**, é a segunda cidade acreana mais populosa.*”

FN2 – “*O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4.275 **habitantes**.*”

Observamos, nessas ocorrências, que a FN “habitantes” é acompanhada de um numeral como convergente. Desse modo, consideramos que o papel ativo presente nessas duas FNs se volta para a função do morador de integrar a população, ou seja, nesses casos, ser habitante é ser parte que integra o número de moradores da sua cidade. Por essa razão, consideramos que o referencial em que a FN está ancorada, nesses dois exemplos, é o referencial da quantificação.

Destacamos, ainda, que a apresentação do “lugar onde eu vivo” é um dos saberes regrados pela OLP, de modo que incluir o número de habitantes do município seja uma informação essencial para que se construa o estereótipo da cidade em questão, seja como uma cidade grandiosa, com cerca de 80.000 habitantes ou uma “típica cidadezinha do interior”, com apenas 4.275 habitantes. Acreditamos, assim, que, ao pontuar o número de habitantes do seu município, o aluno constrói uma cena enunciativa que possibilita a compreensão das problemáticas locais que são vivenciadas.

A seguir, destacamos uma FN ancorada no referencial do receio.

FN6 - *“No momento, a maior preocupação dos **habitantes** é com relação à empresa mineradora “Elizabeth”, que há quase uma década, vem explorando as riquezas minerais do município, principalmente o cianeto, matéria-prima utilizada na fabricação da cerâmica e da porcelana.”*

Ao evidenciar o papel ativo dos habitantes de se preocuparem com a exploração pela mineradora, o aluno constrói um efeito de sentido para a FN “habitantes” que se sustenta no referencial do medo, do receio. Dessa forma, nessa cena enunciativa, ser habitante passa a representar, ser alguém que se preocupa com os imbróglios do seu município.

Em nossa análise, encontramos quatro ocorrências em que a FN “habitantes” se sustenta no referencial do pertencimento.

FN11 – *“Uma realidade vergonhosa não somente para os **habitantes daqui**, como eu, mas para todos os brasileiros.”*

FN17 – *“Estima-se que o número de **habitantes da nossa cidade** será triplicado em uma década.”*

FN18 - *“Quem chegar a um restaurante da cidade e pedir aipim vai comer uma deliciosa macaxeira, herança dos Anacés – primeiros **habitantes de São Gonçalo do Amarante**.”*

FN20 – *“Isso porque há inúmeras reclamações acerca da poluição sonora e da do ar, visto que, em alguns trechos, as janelas estão a cinco metros de distância da*

*construção, fato que gera danos à saúde e à qualidade de vida dos **habitantes dos arredores.**”*

As FNs aqui analisadas trazem o lugar onde vive o aluno como convergente. Nesse viés, na FN 18, o aluno inclui o nome do seu município “São Gonçalo do Amarante”, enquanto nas FNs 11, 17 e 20, o nome-núcleo “habitantes” constitui FNs acompanhadas por convergentes que reescreveram o nome do lugar onde vive o aluno, o que, ao nosso ver, também constitui uma forma de garantir um papel de destaque ao município.

Percebemos que, novamente, o referencial do pertencimento é construído a partir da presença das preposições “da”, “de” e “dos”, as quais constroem a ideia de posse como efeito de sentido. Deste modo, ao empregar as FNs “habitantes daqui”, “habitantes da nossa cidade”, “habitantes de São Gonçalo do Amarante” e “habitantes dos arredores”, o aluno reescreve a expressão “pertencente a”. Assim, para as cenas enunciativas aqui analisadas, ser habitante significa pertencer a algum lugar, perspectiva que dialoga com um dos objetivos da OLP: estimular o sentimento de pertencer nos alunos.

Tomemos a FN22.

*“Ressalto que, no lugar onde vivo ocorrem problemas que não têm perspectiva de serem resolvidos a curto prazo, pois a maioria dos **habitantes** enfrenta essa realidade com resignação, onde os políticos não apresentam interesse em bastar essa problemática costumando defender as regalias minoritárias de hoteleiros e empresários.”*

No trecho acima, percebermos que a FN “habitantes” é sustentada pelo referencial do dano. Ao afirmar que os habitantes enfrentam a realidade do município com resignação, o aluno constrói um efeito de sentido que se volta para o referencial do prejuízo. Desta forma, a falta de interesse em interromper o problema enfrentado pelos habitantes gera medo e prejudica a população local. Consideramos que, nessa cena enunciativa, ser habitante é enfrentar os danos e prejuízos advindos da ausência de interesse por parte dos políticos.

A seguir apresentamos um contínuo que sintetiza as FNs “habitantes” encontradas em nosso *corpus* bem como os referenciais em que elas se ancoram.

Postura ATIVA

Referencial da
quantificação

Referencial do
receio/medo

Referencial do
pertencimento

Referencial do prejuízo

“Minha terra natal hoje conta com cerca de 80.000 **habitantes**, é a segunda cidade acreana mais populosa.”

“O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4.275 **habitantes**.”

“No momento, a maior preocupação dos **habitantes** é com relação à empresa mineradora “Elizabeth”, que há quase uma década, vem explorando as riquezas minerais do município, principalmente o cianeto, matéria-prima utilizada na fabricação da cerâmica e da

“Uma realidade vergonhosa não somente para os **habitantes** daqui, como eu, mas para todos os brasileiros.”

“Estima-se que o número de **habitantes** da nossa cidade será triplicado em uma década.”

“Quem chegar a um restaurante da cidade e pedir aipim vai comer uma deliciosa macaxeira, herança dos Anacés – primeiros **habitantes** de São Gonçalo do Amarante.”

“Isso porque há inúmeras reclamações acerca da poluição sonora e da do ar, visto que, em alguns trechos, as janelas estão a cinco metros de distância da construção, fato que gera danos à saúde e à qualidade de vida dos **habitantes** dos arredores.”

“Ressalto que, no lugar onde vivo ocorrem problemas que não têm perspectiva de serem resolvidos a curto prazo, pois a maioria dos **habitantes** enfrenta essa realidade com resignação, onde os políticos não apresentam interesse em bastar essa problemática costumando defender as regalias minoritárias de hoteleiros e empresários.”

Assim, destacamos a postura ativa que perpassa todos os referenciais aos quais se ancoram as FNs aqui analisadas. Considerando as análises dos movimentos de sentido em que se inserem as FN “habitante(s)”, percebemos que a construção da cidadania, nos textos em que essas são empregadas, se dá a partir da descrição das questões sociais que permeiam o município. Sob esse prisma, a FN “habitante(s)” pode sustentar-se no referencial da atuação de forma ativa, do medo, da pertença e integração do município.

4.3 O lugar das instituições na marcação da autoria – uma intersecção entre a AD e os Estudos Semânticos da Enunciação

As análises até aqui apresentadas nos possibilitam a percepção de um *ethos* de cidadão que se constrói a partir do seu olhar perante a cidade. Nessa conjuntura, o apontamento de problemáticas locais, bem como a valorização do seu lugar de origem ocorre por meio da exaltação da paisagem ou da fonte de economia do seu município, por exemplo. Esses apontamentos constituíram uma certa regularidade nos textos que compõem o *corpus* da presente pesquisa.

Para Dalmaschio e Ursine (2020, p.1248), “escrever, assim como ler, pressupõe marcar-se subjetivamente por meio da linguagem.” Sendo assim, para as autoras,

É preciso, pois, que ocorra, no momento de produção de texto um processo de Subjetivação. [...] Logo, cabe a esse sujeito, entrar no aparelho formal da enunciação, individualizar-se e, ao mesmo tempo, assumir sua subjetividade, instalando o outro como seu interlocutor. (DALMASCHIO, URSINE, 2020, p.1249)

Nessa perspectiva, entendemos que o aluno constrói a sua Subjetivação considerando os saberes que foram partilhados durante as Oficinas. Assim, a sua autoria está atrelada às regularidades que a banca avaliadora estabelece para o gênero e dos critérios avaliativos estabelecidos pela OLP como interlocutores do seu texto enquanto discurso.

Assim, constatamos que o saber regrado pelas Oficinas, já descritas em nosso trabalho, aparece nas produções e, de certa forma, padroniza a construção da imagem que o aluno faz de si, apresentando-se ora como um cidadão ativo, ora como um cidadão passivo. É fundamental destacar que consideramos como posicionamento ativo, as construções que se voltam para o apontamento de problemáticas e soluções, ao passo que o posicionamento passivo é representado pelo referencial do dano ou prejuízo, que ocorre

quando o aluno se coloca, ou coloca a sua comunidade, como vítima das consequências das problemáticas que permeiam o local onde ele vive.

Consideramos que ao citar a sua comunidade por meio das construções “os cidadãos”, “os moradores”, “os habitantes”, o aluno marca a sua autoria a partir da construção do estereótipo de cidadania do seu município, uma vez que a concepção de cidadania abordada em nosso trabalho volta-se para as formas de identificação criadas de modo coletivo, as quais também são permeadas pelo sentimento de pertença, conforme postulam Botelho e Schwarcz (2012). Sendo assim, ao falar da sua comunidade, o aluno fala de si e, portanto, constrói a sua imagem de cidadão, seja como protagonista, seja como vítima.

Outra forma de construção da cidadania ocorre por meio da representação das instituições que são mencionadas nas produções. Destacamos, para o momento, algumas representações da escola, as quais organizamos por intermédio da rede enunciativa abaixo. É válido acrescentarmos que as FNs a serem analisadas, a seguir, foram catalogadas a partir do número 23, dando sequência ao número de FNs analisadas até o momento.

Quadro 30 – Rede enunciativa 5

Rede enunciativa 5 A Formação Nominal “escola”			
Código	Artigo	Trecho	Referencial
FN23	A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)	Essa nova realidade que temos vivenciado é preocupante, mas se torna ainda mais assustadora quando percebemos que a escola, espaço antes reservado à formação de cidadãos aptos para atuar de forma ativa e pacífica, no meio social, também está sendo invadida por ocorrências policiais.	Insegurança
FN24	A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)	André Kamai, assessor do governador Binho Marques, entende que o maior poder de interferência nessa realidade está nas mãos da <u>escola</u> .	Personificação
FN25	A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)	Diz que ela deve intervir na vida dos jovens de forma direta e em sua plenitude, para que dessa forma o jovem se sinta parte da <u>escola</u> porque nela constrói seu projeto de vida.	Organização

FN26	A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)	Sou também a favor da criação de uma guarda escolar que atue no sentido não de reprimir ou intimidar, mas de garantir a harmonia na <u>escola</u> e nos arredores dela.	Espaço físico
FN27	A8 A favor da memória (2012) - Pombal PB (PVQ)	Instalada na década de 1930 em Pombal, a filial da Brasil Oiticica exportou óleo de oiticica para ser utilizado na produção de armamento na II Guerra Mundial. Inovadora na sua época, a empresa fundou, além de uma <u>escola</u> para os filhos dos operários, um time de futebol e proporcionava nos fins de semanas saraus e bailes para a comunidade.	Benfeitoria
FN28	A9 Natal: Noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) – Natal RN (TCN)	A prostituição é um problema de ordem social e coletiva e, nesse contexto, é preciso a formação de uma aliança entre os cidadãos potiguares e as instituições públicas responsáveis no intuito de que sejam elaboradas medidas que evitem a entrada de novas mulheres e jovens nesse mercado ilícito, tais como a fundação de mais <u>escolas técnicas</u> , no ímpeto de profissionalizá-las.	Profissionalização

Fonte: Elaborado pela autora

Na rede acima, percebemos que a FN “escola” está ancorada em referenciais distintos. Tais referenciais projetam efeitos de sentido que chamam atenção para a construção da cidadania a partir dos modos como o aluno enuncia a sua relação com essa instituição. Destacamos, ainda que, nos dizeres de Dias (2020, p.635) “um olhar compartilhado socialmente é um ponto de vista que constrói a história do nosso tempo.” Nesse sentido, a relação da sociedade em que o aluno se insere com a instituição escolar também constitui um ponto de análise para a nossa pesquisa.

Destacamos, primeiramente, o referencial da “insegurança”.

FN23 - *“Essa nova realidade que temos vivenciado é preocupante, mas se torna ainda mais assustadora quando percebemos que a escola, espaço antes reservado à formação de cidadãos aptos para atuar de forma ativa e pacífica, no meio social, também está sendo invadida por ocorrências policiais.”*

Nesse enunciado, a significação da palavra “escola” é construída a partir das relações estabelecidas com o paralelo que o aluno traça na comparação entre passado e futuro. Nessa concepção, a escola deixa de partilhar do referencial da “formação de cidadãos aptos para atuar de forma ativa e pacífica” para ancorar-se no referencial de uma localidade “invadida por ocorrências policiais”.

FN 24 - *“André Kamai, assessor do governador Binho Marques, entende que o maior poder de interferência nessa realidade está nas mãos da escola.”*

Acima, percebemos que o modo como o aluno enuncia a escola volta-se para a personificação dessa instituição. Sendo assim, ao trazer a fala do governador, segundo a qual “o maior poder de interferência dessa realidade está nas mãos da escola”, o aluno configura um ponto de vista da escola enquanto agente social detentora de poder. A escola, nesse ponto, é configurada como um ser personificado dotado de habilidades humanas, conforme podemos perceber pelo emprego da metonímia “nas mãos da escola”.

Foucault (2008), aponta a relação de fiscalização regulada e definida presente no cerne do ensino, associando tal regulamentação a um mecanismo inerente à escola e que, portanto, amplia a sua eficiência. Nessa direção, destacamos a materialidade linguística “poder de interferência”, enquanto configuração de um ponto de vista que concebe a escola como instituição capaz de regulamentar, de fiscalizar e de interferir.

Passemos a observar o referencial da organização.

FN25 - *“Diz que ela deve intervir na vida dos jovens de forma direta e em sua plenitude, para que dessa forma o jovem se sinta parte da escola porque nela constrói seu projeto de vida.”*

Nesse enunciado, percebemos que a FN “escola” está sustentada no referencial da organização, de modo que, ao sentir-se como parte dessa instituição organizada, o aluno pode construir, dentro dela, o seu projeto de vida. Assim, nessa articulação, percebemos que a escola adquire pertinência em um referencial positivo, do lugar capaz de propiciar perspectivas para um bom projeto de vida.

Na concepção de Orlandi (1993), o aluno é capaz de construir a sua identidade enquanto autor por intermédio do seu relacionamento com a exterioridade e com a sua própria subjetividade. Sendo assim, ao relacionar-se com a sua comunidade – apontando a instituição escola, por exemplo - o aluno cria uma imagem de si e assume o papel de autor.

FN26 - *“Sou também a favor da criação de uma guarda escolar que atue no sentido não de reprimir ou intimidar, mas de garantir a harmonia na escola e nos arredores dela.”*

No enunciado acima, a FN “escola” adquire pertinência do referencial do espaço físico, conforme observamos na expressão “e nos arredores dela” enquanto unidade de sustentação articulatória. Nesse ponto, a significação dessa FN está atrelada a um lugar físico que terá a sua harmonia garantida a partir da criação de uma guarda escolar.

Consideremos o próximo enunciado:

FN27 - *“Instalada na década de 1930 em Pombal, a filial da Brasil Oiticica exportou óleo de oiticica para ser utilizado na produção de armamento na II Guerra Mundial. Inovadora na sua época, a empresa fundou, além de uma escola para os filhos dos operários, um time de futebol e proporcionava nos fins de semanas saraus e bailes para a comunidade.”*

Acima, percebemos que a FN “escola” é resultado da configuração do ponto de vista da benfeitoria. Dito de outra forma, acompanhada do time de futebol fundado pela empresa “Brasil Oiticica”, a escola é apontada como um benefício trazido aos moradores. Cabe acrescentar que, ao apresentar a escola junto ao time de futebol, os efeitos de sentido que podem ser atribuídos ao time, tais como, diversão e descontração, acabam sendo, de certa forma, também atrelados à FN “escola”.

FN28 – *“A prostituição é um problema de ordem social e coletiva e, nesse contexto, é preciso a formação de uma aliança entre os cidadãos potiguares e as instituições públicas responsáveis no intuito de que sejam elaboradas medidas que evitem a entrada de novas mulheres e jovens nesse mercado ilícito, tais como a fundação de mais escolas técnicas, no ímpeto de profissionalizá-las.”*

A relação que a palavra “escolas” estabelece com o adjetivo “técnicas” constitui uma FN que se ancora no referencial da profissionalização. Assim, a FN “escolas técnicas” se distingue das FNs “escola” que analisamos até aqui. Dessarte, consideramos que o termo “técnicas” funciona como articulador de transformação que atribui à escola a significação de um espaço profissionalizante. Assim, o aluno constrói a sua subjetividade a partir do seu olhar para a escola enquanto instituição capaz de propiciar melhores oportunidades profissionais e, conseqüentemente, findar com a problemática que se destaca em seu município: a prostituição.

Para Dalmaschio e Ursine (2020, p.1250), “o ensino de produção de textos pressupõe uma rede de ações que, embora tenham que ser planejadas individualmente, precisam ser entrelaçadas para que o processo de escrita ganhe em complexidade e significação”. Nessa concepção, considerando que a proposta da OLP tenha mantido o tema “O lugar onde eu vivo” nas seis edições realizadas, destacamos a reprodução do esperado pela Olimpíada nos textos do nosso *corpus*. Em outras palavras, encontramos, de certo modo, uma limitação da autoria que se justifica na previsibilidade regrada pelos saberes apresentados nas Oficinas e pelos critérios de avaliação do concurso.

Segundo Dias (2020, p.623) “a constituição de redes enunciativas é, assim, uma forma de interlocução de pontos de vista sociais incorporados nos enunciados.” Nesse viés, constatamos que o modo como o aluno se relaciona com a escola constitui um diálogo entre as diferentes representações dessa instituição. Tais representações foram apontadas em nossa análise como ancoradas nos seguintes referenciais: insegurança; personificação; organização; espaço físico; benfeitoria e profissionalização. Assim, constatamos que os modos como a escola aparece representada nas produções que compõem o nosso *corpus* refletem a imagem da cidadania enquanto construção social pautada na percepção das diferentes facetas das instituições.

Outro ponto de cara importância ao nosso trabalho é a identificação dos estereótipos de construção de cidade nos textos. Para que possamos constatar a construção da cidadania a partir da relação do aluno com a sua cidade, elaboramos a subseção “A representação do ‘lugar onde eu vivo’ e a construção da cidadania.”

4.3.1 A representação do “lugar onde eu vivo” e a construção da cidadania

Conforme já apontamos em nosso trabalho, um dos saberes regradados pelas Oficinas, que constituem parte do processo da OLP, é a valorização do “lugar onde eu vivo”. Sob esse prisma, ao refletirmos sobre o lugar das cidades enquanto formas de sociedade organizada, percebemos os modos de cidadania que emergem das representações que o aluno faz do seu município.

Destacamos, a seguir, uma nova rede enunciativa que visa à a percepção dos modos como algumas das FNs “cidade” encontradas em nosso *corpus* evidenciam estereótipos atravessados a partir do processo enunciativo e de possibilidades históricas.

Quadro 31 – Rede enunciativa 6

Rede enunciativa 6 - A Formação Nominal “cidade”			
Código	Artigo	Trecho	Referencial
FN29	A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)	A violência pode ser designada como uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade, e esse conceito se aplica com eficácia ao que tem se visto ultimamente em nossa Cruzeiro do Sul, <u>cidade</u> que, apesar de pequena, já vivencia tramas outrora associadas mais a grandes metrópoles, como assaltos, assassinatos, estupros, entre outros.	Violência
FN30	A7 O problema que ofusca o brilho (2010) – Limeira SP (TCR)	Com o passar dos anos, os setores que sustentam a economia de Limeira mudaram, e hoje a <u>cidade</u> tornou-se a capital da joia folheada.	Fonte de renda
FN31	A9 Natal: Noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) – Natal RN (TCN)	O inimaginável, no entanto, é o que se esconde à noite nessas mesmas praias: o turismo sexual, que dá à <u>cidade</u> a alcunha de Amante da Prostituição.	Estigma
FN32	A13 Passado que não passou (2014) – Barbacena MG (GSC)	A <u>cidade</u> também é das rosas, do povo mineiro que acolhe todos os anos mais de 150 jovens, meninos ainda, de todo o Brasil, que vêm para cá em busca do sonho de se tornarem oficiais aviadores e encontram aqui os seus novos lares.	Fonte de renda

FN33	<p style="text-align: center;">A13 Passado que não passou (2014) – Barbacena MG (GSC)</p>	<p>E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na <u>Cidade</u> dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvida: sou filho adotivo de Barbacena (...)</p>	Estigma
------	--	--	---------

Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisarmos essa rede enunciativa, consideramos que “a valorização do lugar onde eu vivo” se dá tanto no modo ufanista de se referir à cidade, quanto na apresentação das problemáticas do município e no posterior apontamento de soluções para essas questões. Essas referências à cidade nos possibilitam a identificação das representações identitárias de cidadania, bem como a percepção dos modos de organização e de ressignificação do ponto de vista do estudante.

Nesse sentido, passemos a considerar o referencial da violência.

FN29 - *“A violência pode ser designada como uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade, e esse conceito se aplica com eficácia ao que tem se visto ultimamente em nossa Cruzeiro do Sul, cidade que, apesar de pequena, já vivencia tramas outrora associadas mais a grandes metrópoles, como assaltos, assassinatos, estupros, entre outros.”*

O estereótipo da cidade de Cruzeiro do Sul é construído pelo aluno a partir de uma concessão, marcada no fato da cidade ser pequena e, ainda assim, vivenciar episódios de violência comuns aos grandes centros. Para corroborar com a representação da cidade, o aluno lança mão de uma definição do termo violência, associando-o a “uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade”. Consideramos que essa definição constitui um produto da participação histórica do enunciado, o que para Dalmaschio (2008) se dá na memória discursiva enquanto localização das construções sociais de sentido. Desta forma, ao enunciar uma percepção social da violência, o aluno constrói o estereótipo da sua cidade a partir da participação histórico-social.

No decorrer de nossas análises, encontramos representações do “lugar onde eu vivo” associadas à fonte de renda desses locais. Nessa conjuntura, construções do tipo “capital da joia folheada”, ou “cidade das rosas” constituíram formas de representação da cidade. Considerando essa regularidade, destacamos os seguintes enunciados:

FN30 - *“Com o passar dos anos, os setores que sustentam a economia de Limeira mudaram, e hoje a cidade tornou-se a capital da joia folheada.”*

FN 32 - *“A cidade também é das rosas, do povo mineiro que acolhe todos os anos mais de 150 jovens, meninos ainda, de todo o Brasil, que vêm para cá em busca do sonho de se tornarem oficiais aviadores e encontram aqui os seus novos lares.”*

A partir das concepções de Dias (2018) acerca do referencial histórico enquanto “domínio de ancoragem” que capta a significação da língua na dinâmica das relações sociais, percebemos que as representações de cidade destacadas acima são produtos da concepção histórica desses locais. Em outras palavras, os pontos de vista pelos quais os autores enunciam o lugar onde vivem constroem estereótipos de cidade que se ancoram em significações que são percebidas socialmente. Assim, ao representar a cidade de Limeira como a capital da “joia folheada” e o município de Barbacena como a “cidade das rosas”, o aluno lança mão de um olhar construído socialmente a partir do referencial da fonte de renda desses lugares para corroborar a “valorização lugar onde eu vivo”.

Todavia, tendo em vista que o memorável de outros dizeres, para Dias (2018) é construído no plano daquilo que foi enunciado anteriormente, é possível que as representações de cidade sejam perpassadas, também, por dizeres que, de certa forma, desabonam o estereótipo da cidade. Tais dizeres são sustentados por uma visão negativa do “lugar onde eu vivo”. Consideremos, desse modo, os seguintes enunciados:

FN31 - *“O inimaginável, no entanto, é o que se esconde à noite nessas mesmas praias: o turismo sexual, que dá à cidade a alcunha de Amante da Prostituição.”*

FN33 - *“E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvida: sou filho adotivo de Barbacena (...)”*

Consideramos que as FNs sublinhadas acima encontram-se ancoradas no referencial do estigma, tendo em vista que as cidades são representadas a partir de um memorável que constrói um estereótipo negativo dos municípios. De maneira análoga, as relações que essas FNs estabelecem com os convergentes “Amante da Prostituição” e “dos loucos” projetam uma marcação estigmatizada dessas cidades, de modo que aquilo que é enunciado no que diz respeito ao “lugar onde eu vivo” seja marcado por uma

representação negativa que é construída e enunciada socialmente em algumas produções. Assim, ao trazer para o texto uma memória discursiva dos estigmas atrelados aos estereótipos dos seus municípios, os alunos constroem imagens de si pautadas na cidadania local.

Destacamos que “a representação que o orador faz do seu auditório, as ideias e as reações que ele apresenta, e não sua pessoa concreta, (...) modelam a empresa da persuasão.” (AMOSSY, 2005, P.124). Portanto, é possível considerarmos a “valorização do lugar onde eu vivo”, enquanto memória discursiva que constitui o saber regrado pela OLP e a banca avaliadora como auditório que interfere diretamente na construção que o aluno faz do seu *ethos* de cidadão. Tendo essas considerações em vista, percebemos que, ainda que o aluno se posicione ora criticando, ora ufanando o lugar onde vive, há uma certa padronização nas produções analisadas em nossa pesquisa.

Nesse sentido, propomos uma reflexão acerca da medida em que esses saberes regrados interferem no processo criativo e se o aluno é, de fato, colocado como autor ou como mero reproduzidor. Consideremos as postulações de Dalmaschio e Ursine acerca das propostas de produção de texto.

Para muitos, o que deveria ser uma orientação que facilitasse o trabalho, transforma-se em um roteiro que deve ser rigidamente seguido. Pensar assim, condiciona o aluno a ausentar-se do texto. Sobretudo se o que foi proposto carrega em si um tom de imposição argumentativa, ou ainda se traz em sua constituição um desestímulo aos interesses cognitivos e linguísticos dos estudantes. (DALMASCHIO; URSINE 2020, p.1251)

É importante destacarmos que a proposta temática da OLP permanece inalterada ao longo de suas seis edições: “O lugar onde eu vivo”, assim como ocorre a disponibilização dos Cadernos do Professor para a condução do processo de escrita, como o roteiro a ser seguido. Dessa forma, é previsível que, em certa medida, os textos acabem trazendo as regularidades que encontramos em nossa pesquisa.

Nessa perspectiva, destacamos as postulações de Orlandi (2003) acerca do discurso polêmico enquanto alternativa ao discurso autoritário do professor. Nesse discurso, os alunos encontram espaço para expressarem sua criticidade, discordando, apontando caminhos e considerando as suas vivências. Assim, “ser crítico, tanto pelo lado do locutor quanto do ouvinte, é questionar as condições de produção desses discursos.” (ORLANDI, 2003, p.86).

Todavia, não pretendemos colocar em xeque o papel da OLP no que diz respeito à sua contribuição para o incentivo à produção textual em sala de aula, bem como à sua incontestável credibilidade no cenário da educação brasileira que tanto carece de incentivos, especialmente na leitura e produção textual. O que pretendemos é refletir acerca da importância do destaque à autoria no processo de ensino e aprendizagem da produção escrita, de modo a protagonizar o papel do aluno enquanto autor. E o que foi percebido, ao longo do processo, é que em pouco as condições de produção favorecem uma autoria própria dos alunos. A Olimpíada seria, portanto, um lugar de manifestação sobre o lugar onde se vive, mas que, como proposta de escrita, desfavorece as formas de impacto à produção autoral do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Orlandi (1993), a autoria pressupõe uma relação simultânea do sujeito com a exterioridade e com a sua identidade como autor, de modo a perceber as implicações advindas do papel de autor. Nessa perspectiva, a presente pesquisa buscou identificar as construções identitárias de cidadania que se destacam nos Artigos de Opinião escritos por alunos de várias regiões do Brasil.

Tomamos, dessa forma, as discursividades, bem como as produções de sentidos acerca da cidadania na OLP, de modo a salientar o *ethos* e a identidade dos alunos a partir da materialidade linguística, os quais refletem e retratam os seus modos de perceber o lugar onde vivem. Para isso, tomamos como base as postulações dos Estudos Discursivos e os Estudos Enunciativos da Linguagem, os quais possibilitaram a identificação das construções de si no discurso e as formas como essas construções engendram relações identitárias e de cidadania.

Nesse sentido, constatamos que os modos como o aluno constrói a sua representação enquanto cidadão são perpassados por aspectos discursivos, em um processo enunciativo que retrata essa cidadania e o sentimento de pertencer no gênero Artigo de Opinião. Assim sendo, ao utilizar de pronomes e verbos na primeira pessoa do singular, o aluno toma a autoria do seu texto, construindo a sua identidade de cidadão que em muito é sugerida a partir das condições de produção, por meio das Oficinas. Essa identidade é constituída a partir da relação que o aluno estabelece com a sua cidade, considerando a sua forma de atuação diante das problemáticas locais, bem como o apontamento de soluções. Desta forma, identificamos que dessas identidades emergem

três tipos de *ethos* crítico: o passivo, o propositor e o participativo. Compreendemos que essas denominações e o modo recorrente e previsível como aparecem no texto constituem uma tendência das produções que compõem o nosso *corpus*, uma vez que elas refletem as condições de produção do concurso.

Ao lançarmos o nosso olhar para a materialidade, percebemos as ocorrências de 1ª pessoa do singular, principalmente nas desinências verbais, que se dão como pontos de construção do sentido para vislumbrar o “EU/ nós/” que “atua/ constrói ou observa o lugar onde vive”; que não houve artigo do *corpus* em que o aluno se posicionasse apenas na 1ª pessoa. Ou seja, ainda que o emprego da 1ª pessoa do singular (eu) seja preponderante, há um também um número considerável de posicionamentos na 1ª pessoa do plural (nós). Assim, constatamos que as condições de produção que perpassam a OLP acabam, de certa forma, neutralizando a identidade do aluno enquanto autor, tendo em vista que o Caderno do Professor, na Oficina “Vozes presentes no Artigo de Opinião” aponta para a necessidade de se apresentar outras opiniões e pessoas do discurso para a construção argumentativa.

As concepções de Dias (2018) em relação às redes enunciativas enquanto procedimento de percepção do funcionamento da língua na produção de sentido desempenharam um papel de cara importância à observação do nosso objeto, pois nos trouxeram a chance de atentar para “um olhar para as FNs”. Nessa etapa de análise, lançamos um olhar em lupa para a identificação dos modos como as formações nominais “cidadão”, “morador” e “habitante” contribuem na construção dos sentidos e suas implicações, buscando destacar a posição do aluno enquanto participante, atuante ou mero expectador representado nos textos.

Ao trabalharmos com a FN “cidadão”, além do *corpus*, fomos observando a amplitude de preenchimentos de sentidos inerentes nessa articulação quando a mídia trata, por exemplo, da FN “cidadão de bem”. Ainda que esse tipo de ocorrência não tenha comparecido no *corpus*, observamos as discussões que o termo sugere atualmente. Nessa concepção, identificamos que a FN “cidadão” constitui uma relação estreita com as FNs “morador” e “habitante” tendo em vista a rede de sentidos que essas FNs estabelecem na construção da cidadania. Assim, consideramos que esse processo se dá a partir da determinação de outras FNs, que são passíveis para a integração de redes de sentidos para a construção da cidadania, tais como “população” e “povo”. Contudo, recortamos para a nossa pesquisa categorias que estabelecem uma relação mais estreita com a FN “cidadão”.

A partir desse recorte, verificamos que as questões sociais que são vivenciadas em cada município constituem um cenário de lutas e conquistas que retratam a cidadania local, tendo em vista o seu caráter coletivo de construção.

Nesse ponto da análise do *corpus*, constatamos que as FNs “cidadão” e “morador” podem sustentar-se no referencial daquele indivíduo que atua de forma ativa ou, daquele que é alvo dos prejuízos provenientes das problemáticas locais. Esses posicionamentos foram denominados, em nossa análise, como postura ativa e postura passiva. Dentro desse viés, a FN “habitante” apresentou-se ancorada apenas no referencial daquele indivíduo que adota uma postura ativa, ao passo que para as FNs “cidadão” e “morador” identificamos tanto posicionamentos ativos, quanto passivos. Tais identificações evidenciaram os modos como são construídas as representações do EU enquanto cidadão que integra a política do local onde ele vive. Nessa conjuntura coube-nos, também, a percepção de que a FN “cidadão” apareceu em nossa análises como nome-núcleo, enquanto as FNs “morador” e “habitante” destacaram-se como convergentes.

Para elencarmos as construções do *ethos* de cidadão que se destacam textos, buscando perceber a opinião, observando os efeitos de sentido que chamam atenção para as instituições mencionadas pelos alunos e de que maneira elas dialogam, elaboramos uma rede enunciativa, destacando algumas ocorrências da FN “escola” no *corpus*. A partir dessa rede, identificamos a representação da instituição escolar ancorada nos referenciais da insegurança, da personificação – ocorrido quando a menção à escola é efetuada a partir da atribuição de características humanas - da organização, do espaço físico e da benfeitoria.

Destacamos que, na etapa supracitada, essas regularidades evidenciam à medida que as Oficinas refletem na previsibilidade dos textos, resultando, muitas vezes, na reprodução do esperado. Nesse sentido, destacamos que os referenciais “personificação”, “organização”, “espaço físico” e “benfeitoria” refletem aspectos positivos e recorrentes retratados como características das entidades escolares para referir-se a essa instituição. Assim, esta pesquisa destaca-se por sua visão mais apurada e efetiva da enunciação, visão esta que ultrapassa as limitações do dicionário, por exemplo.

Considerando os pontos de convergência entre as duas teorias que integram a nossa pesquisa, buscamos efetuar uma intersecção entre os estudos semânticos e os estudos discursivos para identificarmos a construção da cidadania configurada na FN “cidade”. A partir dessa análise, percebemos alguns modos como essa FN destacam estereótipos atravessados a partir do processo enunciativo. Nessa perspectiva, destacamos

os estereótipos de cidade pautados na valorização do “lugar onde eu vivo”, por meio dos referenciais da violência e da fonte de renda. Percebemos, por um lado, que ao descrever a sua cidade a partir da atividade que move a economia local, o aluno dialoga com um aspecto positivo do seu município e lança mão de um saber regrado pelas condições de produção.

Por outro lado, também identificamos a construção da cidadania pautada em estigmas carregados pelo município, destacando aspectos negativos da cidade. Nesses casos, a construção do *ethos* pautou-se, também, no apontamento de soluções para os conflitos que permeiam o “lugar onde eu vivo”. Dessarte, as estratégias metodológicas aqui utilizadas - a partir dos pontos de convergência e divergência das duas teorias aplicadas permitiu-nos uma análise capaz de perceber os movimentos linguístico-discursivos que instauram as construções de *ethos* nos artigos analisados.

Por conseguinte, ficou claro em nossas análises o quanto os saberes regrados pelas condições de produção enquanto produto do interdiscurso interferem no processo criativo, o que nos leva ponderar a nossa visão do aluno vencedor na OLP enquanto autor ou como mero reproduzidor.

Cabe destacarmos que não objetivamos, em nossa pesquisa, descredibilizar o papel da OLP no que se refere ao incentivo à produção textual em sala de aula na realidade brasileira, em que a educação clama por projetos de incentivo a essas práticas textuais. Contudo, não podemos desprezar o fato de que tal constatação suscita pesquisas futuras.

Assim, vislumbramos uma pesquisa pautada na construção de metodologias para a escrita de textos para a OLP, a partir do olhar dos Estudos Enunciativos. Nessa conjuntura, o trabalho com as redes enunciativas em sala de aula possibilitaria ao aluno a percepção das relações de significação entre as formas linguísticas. A construção dos textos consideraria o protagonismo do aluno enquanto ser social que constrói a sua autoria a partir dos movimentos de sentido evidenciados na própria língua. Consideramos, desta forma, que a elaboração de uma metodologia para o ensino e a aprendizagem da produção textual permitiria a instauração do discurso polêmico em sala de aula, postulado por Orlandi (2003), justamente pelo questionamento das condições de produção que perpassam os discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 1985.

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Editora Contexto, 2005.

AMOSSY, R. (Org.). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF, 2010.

AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, Sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 119-144.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães [et al]. Campinas/SP: Pontes, 1989.

BLAVATI, N. D. F. *Entre o fato e a regra: unidade e fragmentação na constituição da identidade e representação de valores e práticas do professor-mosaico*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BLAVATI, N. D. F; ALMEIDA, C. C. de.; JERÔNIMO, D. S. A representação da mulher para casar em letras de canções brasileiras: um estudo sob o viés semântico enunciativo. In: DIAS, L. F; DALMASCHIO, L. (Org.). *Movimentos do Linguístico: Forma e sentido em enunciação*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da FALE/UFMG, 2020, v. único, p. 350-365, 2020.

BOTELHO, André, Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003

DA CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lexikon Editora, 2019.

DALMASCHIO, L. *Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto*. 2008.

DALMASCHIO, L. *Predicação dirigida x predicação centrada: a (não) ocupação do lugar sintático de objeto na perspectiva da Semântica da Enunciação*. 2013.

DALMASCHIO, L.; URSINE, L. M. *Produção de texto: em busca da construção da autoria*. Fólio - Revista de Letras, v. 12, p. 1247-1269, 2020.

DA SILVA, T. T. *A produção social da identidade e da diferença*. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p.73-102-2000.

DA SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Editora Vozes, 2003.

DIAS, L. F. *Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 9 - n. 2 - p. 389-398 - jul./dez. 2013a.

DIAS, L. F. *Enunciação e forma linguística*. Revista de Estudos da linguagem. Belo Horizonte, v. 21, n.1, p. 223-238, jan/jun, 2013b.

DIAS, L. F. *Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa*. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013c.

DIAS, L. F. *Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na Semântica*. Revista Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, V. 13, n. 1, p. 1-290, junho de 2015a.

DIAS, L. F. *Acontecimento Enunciativo e Formação Sintática*. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos. Nº 35. Campinas: Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, p. 99-138– jan-jun. 2015e.

DIAS, L. F. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T. M et alii. (orgs). *Atlas dos nomes que dizem das histórias das cidades brasileiras – Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas: Pontes, 2016

DIAS, L. F. Enunciar o ininteligível. In: MARIANI, B. S.; MOREIRA, C. B. (orgs.) *O indizível, o ininteligível e o imperceptível*. Niterói: UFF, 2017b.

DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

DIAS, L. F. *Redes enunciativas no ensino da Língua Portuguesa*. Fólio - Revista de Letras, v. 12, p. 621-636, 2020.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. *O dizer e o dito*, v. 2, p. 161-218, 1987.

ESCREVENDO O FUTURO. *Artigos das Olimpíadas*

Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/biblioteca/#/nossas-publicacoes/textos-dos-finalistas>>. Acesso em 29 de abril de 2019.

ESTEBAN, Maria Teresa. (org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FERNANDES, I. C. S. *Marcadores discursivos e efeitos de sentido: além das fronteiras dos estudos sobre coesão*. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), v. 42, n. 3, p. 1073-1087, 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes. 1969.

FOUCAULT, M. *et al. Microfísica del poder*. La Piqueta, 1992.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento das prisões* (1975). Trad. Ramalhete, R. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREEMAN, J. B. *Dialectics and the macrostructure of arguments*. Berlin: Foris, 1991

GARCIA, A. L. M; DE OLIVEIRA RANGEL, E. *No limiar da persuasão: o movimento argumentativo na escrita de Artigos de Opinião por estudantes brasileiros*. Cadernos Cenpec| Nova série, v. 2, n. 1, 2012.

GUIMARÃES, E. Língua e enunciação. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, p.99- 103, Campinas, jan./jun. 1996a.

GUIMARÃES, E. *Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano*. Letras, n. 26, p. 53-62, 2003.

GUIMARÃES, E. *A língua portuguesa no Brasil*. Ciência e Cultura, v. 57, n. 2, p. 24-28, 2005.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 4. Ed., 2017.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora UFMG, 2006.

JAMAL, A. M. A. L.; DALMASCHIO, L. . A Semântica da Enunciação e seus princípios fundantes. In: Elke Beatriz Felix Pena. (Org.). *Enunciação e língua: uma introdução*. 1ed. Florianópolis: Beconn, 2014, v. 1, p. 17-27.

JERÔNIMO, D. S; BIAVATI, N. D. F. *Avaliação justa e democrática ou saber legitimado como punição? A avaliação pelo olhar da ADF*, Fólio – Revista de Letras, [S.I.], v. 12, n.1, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6566>. Acesso em: 09 de março de 2021

MENESES, J. P. (2018). *Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake News*. p. 37-53, 2018 Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/1376/pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1993.

ORLANDI, E. P. *Exterioridade e ideologia*. Cadernos de Estudos Linguísticos, 30. (1996).

ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto*. 2.ed. Campinas, Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. *A contrapelo: incursão teórica na tecnologia-discurso eletrônico, escola, cidade*. Rua. 2015.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M; ORLANDI, E. P. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 61 - 161.

PÊCHEUX, M. *Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes*. 2015.

PEREIRA, M. E. A. *A construção da argumentatividade em Artigos de Opinião produzidos por alunos do ensino médio*. 2008.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996.

SILVA, C. D. da. *Glossário de Semântica da Enunciação*. UFMG. Relatório de Estágio pós-doutoral, 2019. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/nucleos/enunciar/> Acesso em: 09 de março de 2021

SILVA, J. J. da. *Os memes e os efeitos de sentido: um olhar histórico-social para a enunciação* 2019. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

SILVEIRA, E. C. *A nomeação de programas sociais: um olhar semântico enunciativo*. 2019. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

SOARES, P. C. *O discurso argumentativo em Artigos de Opinião produzidos por alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa: uma análise à luz da Teoria dos Blocos Semânticos*. 2015.

TOULMIN, S. *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

ANEXOS

A1 BR-364: desenvolvimento ou preservação? (2008) – Cruzeiro do Sul AC (ASL)¹⁸

O acreano é conhecido por trocar o desenvolvimento pela preservação da floresta. Em Cruzeiro do Sul, lugar onde vivo, também não é diferente. Minha terra natal hoje conta com cerca de 80.000 habitantes, é a segunda cidade acreana mais populosa. O povo da nossa região tem a mania de dizer que somos da ponta do Brasil, onde o vento faz a curva e que o açaí é a uva das bandas de lá. O município está localizado no vale do Juruá, distante 645 quilômetros da capital Rio Branco.

Há vinte anos surgiu o desafio de integrar todo o Acre através da BR-364. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal prevê investimentos em torno de 672 milhões de reais para a pavimentação da rodovia, o que vem causando divergências de opiniões não só na cidade, mas em todo o Estado. Pequena parte da população se posiciona contra, argumentando que a construção da rodovia causará sérios danos à natureza. A ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora acreana Marina Silva, há alguns anos, solicitou o embargo da obra para saber se ela causaria, ou não, impactos ao meio ambiente. Segundo ela, a construção da obra foi iniciada sem os devidos estudos ambientais. As pessoas contrárias argumentam que a criminalidade aumentará, pois a rodovia interligará Cruzeiro do Sul não só à capital, mas sim a todo o Brasil.

Assim como eu, a maioria da população é favorável à pavimentação da rodovia, pois ela, quando concluída, trará como retorno a geração de empregos. Consequentemente, proporcionará a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento, desde que seja de maneira sustentável, ou seja, devemos usar o que a natureza nos proporciona de maneira racional para que as futuras gerações tenham acesso aos mesmos recursos.

Tenho plena convicção de que a conclusão dessa rodovia trará vários benefícios não somente para os cruzeirenses como para todo o vale do Juruá e para o Acre de maneira geral. Observo que nos últimos dez anos a BR-364 vem sendo aberta consecutivamente no período do verão, há uma redução significativa do preço dos produtos comercializados em nossa cidade, se comparada ao período de inverno, quando a rodovia encontra-se sem tráfego devido às chuvas.

A nossa região, por estar localizada em plena Floresta Amazônica, tem belos pontos turísticos, como o Igarapé Preto, o Parque Nacional da Serra do Divisor, sem falar no novenário em honra à padroeira Nossa Senhora da Glória, que é considerada a segunda maior manifestação de fé da região Norte, sendo superada somente pelo Círio de Nazaré, em Belém. A conclusão dessa rodovia atrairia vários turistas para a região e, consequentemente, a geração de renda na cidade, ou seja, haveria uma diversificação da economia local.

Sou plenamente favorável à pavimentação da BR-364, pois ela, quando concluída, será um atrativo para a instalação de indústrias e empresas para nossa região, gerando assim emprego e renda para a população. Também proporcionará a integração de todo o Acre. O governo garantiu que a rodovia será pavimentada até 2010. Espero que o sonho

¹⁸ Os Artigos de Opinião que integram o nosso *corpus* foram transcritos na íntegra do site oficial da OLP www.escrevendoofuturo.com.br sem alterações ou correções de ortografia e/ou pontuação posteriores.

dos acreanos, em especial dos cruzeirenses, se realize o mais breve possível, pois só assim viveremos dias melhores.

A2 Cavaleiros da cana versus mecanização (2008) – Tamboara PR (MCO)

O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4.275 habitantes. O formato do município de Tamboara é no mínimo curioso, quase um quadrado perfeito emoldurando uma cidade em miniatura com virtude e problemas característicos de uma cidade pequena.

Em nosso município e região a cana-de-açúcar é a principal fonte de trabalho; é cortando cana que muitos trabalhadores sustentam suas famílias. Devido ao serviço árduo e estafante, podemos chamá-los de cavaleiros da cana, pois levantam de madrugada, vestem suas armaduras e saem para a luta com a determinação de guerreiros.

Mas ultimamente algo vem lhes tirando o sono: a provável mecanização da colheita de cana. Penso que isso não deveria acontecer, pois é indiscutível que esse tipo de colheita irá ocasionar o desemprego de muitos trabalhadores braçais.

Com a implantação da mecanização, as usinas teriam mais lucros, pois, segundo dados da Alcopar, enquanto um trabalhador colhe em média seis toneladas de cana por dia, uma máquina pode colher seiscentas.

Segundo dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), o Paraná ocupa o segundo lugar na produção de cana-de-açúcar. Isso é algo que podemos perceber claramente observando o aumento do plantio de cana em nossa área rural, que, se por um lado, gera muitos empregos, por outro, causa problemas ambientais.

Nesse sentido, os que são contrários ao processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar argumentam que ele tiraria o emprego de muita gente, que em sua maioria possui baixa escolaridade e não conseguiria outro emprego, principalmente com carteira assinada, como o proporcionado pelo corte de cana.

Os que argumentam a favor citam as questões ambientais, pois com o trabalho das máquinas não haveria a necessidade das queimadas dos canaviais que poluem o ar, matam animais e prejudicam a saúde humana, principalmente a dos próprios cortadores de cana que entram em contato direto com a fuligem.

Na minha opinião, os impactos negativos causados pelas queimadas são inegáveis, mas não deveriam servir de justificativa para a substituição de trabalhadores por máquinas. Vale lembrar que o corte da cana sem a prática da queimada não é impossível, pois isso já ocorre quando há o corte de cana para a produção de mudas.

Segundo pesquisa feita pelo engenheiro ambiental Eleutério Languloski, não há motivos que justifiquem técnica, ecológica ou socialmente as queimadas nos canaviais, a não ser para maior rendimento da colheita.

Esse, com certeza, é um impasse difícil de ser resolvido, mas acho que a solução está com os donos de usinas, que poderiam abrir mão de suas margens de lucro, acabando com a prática da queima de cana, pagando uma remuneração mais justa aos seus trabalhadores que, produziram menos do que na situação atual, e fornecendo-lhes equipamentos de trabalho adequados para sua proteção, visto que na colheita da cana os trabalhadores estariam mais sujeitos à picada de bichos peçonhentos e cortes causados pelas folhas.

Assim, o verde de nossos canaviais continuaria sendo a cor da esperança de nossos cavaleiros, que veem no plantio da cana e na força de seu trabalho a garantia de sustento de suas famílias e o progresso de nossa cidade.

A3 Em defesa da vida (2008) - Alpinópolis MG (CAD)

Minha cidade, Alpinópolis, conhecida com “Cidade das Pedras”, situa-se no sudoeste mineiro, uma região com riqueza biológica incalculável. A economia é movimentada pelo setor agropecuário e extrativista. Mas a extração de quartzito, no Parque Nacional da Serra Canastra, vem causando graves problemas ambientais, gerando polêmica entre os moradores. Há aqueles que são a favor da extração de quartzito, enquanto outros lutam pela preservação do lugar.

Os nossos empresários começaram a extração de quartzito na Serra da Canastra em 1960, antes mesmo da criação do Parque. A extração era desordenada e sem fiscalização, o que gerou uma grande destruição. Atualmente, nove mineradoras do município são legalizadas para mineração dentro do Parque, com várias restrições para minimizar os impactos ambientais. Porém, há várias outras empresas clandestinas trabalhando de forma ilegal. Em 2006, todas as pedreiras foram fechadas e muitos empresários e extratores da cidade, como protesto, fecharam a rodovia MG-50. O caso foi parar na Justiça e muitas pedreiras foram reabertas, enquanto outras continuam fechadas.

Segundo os empresários alpinopolenses, somos grandes exportadores mineiros de quartzito, exportamos de forma direta para outros países por meio de vários licenciamentos. Além disso, todo o beneficiamento da pedra ocorre dentro do município, gerando cerca de três mil empregos direta ou indiretamente; por isso, seria um erro fechar as pedreiras. Porém, sabemos que o “grosso” mesmo do lucro maior fica nas mãos deles, os donos das pedreiras.

Apesar de a extração das pedras trazer benefícios, sou a favor do fechamento de todas as pedreiras, principalmente, as do Parque. Sou filha de um extrator de pedras e sei como é difícil viver na dúvida, com a possibilidade de a qualquer momento meu pai ficar desempregado. Sei que algumas pessoas podem pensar que estou sendo incoerente, já que convivo diariamente com a insegurança. Mas o problema do desemprego torna-se pequeno comparado à importância da preservação do meio ambiente e da saúde dos extratores.

Infelizmente, nossos trabalhadores estão expostos a vários tipos de acidentes. Este ano, em junho, morreu um extrator da nossa cidade devido a uma explosão em uma pedreira da região. Além do mais, a inalação de pó de sílica pode provocar a silicose, doença que provoca lesões nos pulmões e é incurável. O mesmo resíduo que assoreia os rios entope os pulmões dos trabalhadores. O dr. Vicente de Paula, médico do INSS da região, já detectou vários casos de silicose na nossa cidade, inclusive em jovens. Conheço um rapaz que começou a trabalhar nas pedreiras ainda adolescente, aos 14 anos, em companhia do pai. Hoje, aos 22, já está aposentado, e, aposentados estão seus sonhos. O caso dele é gravíssimo, está respirando com a ajuda de uma máscara de oxigênio. É muito triste ver isso; portanto, o meu ponto de vista não pode ser diferente, como posso pensar na segurança da minha família, enquanto jovens como eu têm seus sonhos e suas vidas interrompidas?

Enfim, reafirmo que as pedreiras devem ser fechadas e as autoridades devem fazer uma reestruturação financeira na cidade, diversificar a economia, criar novos empregos e profissionalizar a mão-de-obra desses trabalhadores. Só assim acredito que se solucionará o problema do desemprego.

Devemos lembrar que o quartzito é um recurso não-renovável, uma vez extraído, não pode ser reconstruído pelo homem. Portanto, devemos nos unir a favor da preservação de um bem essencial para toda a humanidade. Preservar a biodiversidade da Serra da Canastra e de toda e qualquer serra é garantir vida em equilíbrio para nós e para as próximas gerações.

A4 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? (2010) – Cruzeiro do Sul AC (MAS)

A violência pode ser designada como uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade, e esse conceito se aplica com eficácia ao que tem se visto ultimamente em nossa Cruzeiro do Sul, cidade que, apesar de pequena, já vivencia tramas outrora associadas mais a grandes metrópoles, como assaltos, assassinatos, estupro, entre outros.

Essa nova realidade que temos vivenciado é preocupante, mas se torna ainda mais assustadora quando percebemos que a escola, espaço antes reservado à formação de cidadãos aptos para atuar de forma ativa e pacífica, no meio social, também está sendo invadida por ocorrências policiais. Além das já conhecidas depredações, vandalismos e agressões verbais, agora é a vez da agressão física, como bem pode exemplificar o caso da aluna de 14 anos agredida e esfaqueada pela colega de turma da escola Thaumaturgo de Azevedo.

Esse fato em específico, bem como os casos de elementos armados em busca de vítimas no interior da Escola Craveiro Costa, tem preocupado a população cruzeirense de forma geral. A pergunta que eu faço é: “Podemos fazer algo para mudar essa realidade?”.

A voz de quase todos apela para a presença de seguranças armados nas escolas. Outros acham que é a educação para a paz que pode resolver o problema. Ainda há aqueles que veem a família como a chave da resposta, desde que volte a assumir seu papel de educador. Os mais descrentes na ação humana dizem que só Deus para reverter a situação.

Para a diretora da Escola Craveiro Costa, Maria Sonia Matos Bandeira, a violência é um problema da escola e de todos, mas não aceita que a repressão resolva. Segundo ela, a parceria com os pais de alunos e com o conselho tutelar e a presença de psicólogos e assistentes sociais no ambiente escolar seriam as principais ferramentas a serem usadas no combate que empreendemos atualmente.

André Kamai, assessor do governador Binho Marques, entende que o maior poder de interferência nessa realidade está nas mãos da escola. Diz que ela deve intervir na vida dos jovens de forma direta e em sua plenitude, para que dessa forma o jovem se sinta parte da escola porque nela constrói seu projeto de vida.

Pessoalmente, acredito que esse seja definitivamente um problema de todos e todas as formas de atuação que pensamos poder resolvê-lo devem ser postas em prática o mais rápido possível. Por isso, considero positivas ações como a passeata realizada há poucos dias pelas escolas Maria Lima e Craveiro Costa nos bairros onde estão instaladas, Remanso e Cohab, considerados os mais violentos do município e que interferem no dia a dia dessas escolas, através de vândalos e agressores que invadem as suas dependências.

Sou também a favor da criação de uma guarda escolar que atue no sentido não de reprimir ou intimidar, mas de garantir a harmonia na escola e nos arredores dela. Apoio ainda a presença dos pais nos colégios, a iniciativa de oportunizar aos estudantes a sugestão de medidas que considerem capazes de apaziguar os ânimos dentro da instituição em que estudam e principalmente trazer diferentes profissionais que reconhecidamente possam assegurar aos educandos uma oportunidade de serem ouvidos nas suas angústias.

Não concordo em absoluto com os que acham que só Deus pode resolver a situação, ou seja, que todos cruzem os braços achando que não tem mais jeito. Temos que

acreditar no amanhã e na força do nosso trabalho consciente; se não acreditarmos nisso, então para que esse grandioso projeto, repleto de paixão, sonhos e esperança, que é a educação. Estamos falando do futuro – isso não é brincadeira!

O problema, como já foi dito, é de todos; então toda a sociedade cruzeirense (para ficar mais restrito) deve cumprir seu papel no sentido de formar nos jovens a cultura da não violência, restituindo à escola, a paz que antes reinava dentro de seus muros, e, assim por consequência, estaremos alcançando também seu além-muro.

A5 Caldas Novas que os turistas não veem (2010) – Caldas Novas GO (BSS)

“Bem-vindos à maior estância hidrotermal do mundo.” Com essa frase o turista é saudado quando chega a Caldas Novas, no sul do Estado de Goiás. As belezas naturais e principalmente as águas quentes que brotam de dois aquíferos Paranoá e Araxá, a uma temperatura que varia de 37° a 57° transformaram essa pequena cidade em um dos maiores polos turísticos do Brasil. Assim, o turismo se tornou a base do desenvolvimento e da economia local.

Foi nele que milhares de caldenses viram a oportunidade de melhorar a qualidade de vida, trabalharam para isso – e trabalharam muito! Porém, vivem hoje uma injusta realidade. Os olhos que se deslumbram com os belos parques aquáticos em centenas de outdoors pela cidade não veem bairros da periferia sem ruas asfaltadas, nem mesmo água tratada e rede de esgoto, pois a maior parte do capital gerado pelo turismo não se transforma em infraestrutura para a população, mas em novas atrações para os turistas. Por causa desse caráter contraditório, já que desenvolve a economia do município, mas não beneficia a todos, há um conflito de opiniões entre os que aprovam e os que desaprovam a atividade. Desse modo, faz-se a seguinte pergunta: “O que é mais importante, a alta na economia que se dá pelo empreendimento turístico ou a organização social?”.

As opiniões favoráveis ao turismo são em geral dos grandes empresários, donos de hotéis e resorts, além dos comerciantes, ou seja, os que recebem diretamente o lucro deixado pelos visitantes do mundo inteiro. Alegam que o turismo faz a cidade crescer e ainda gera empregos. Isso é mesmo inegável, porém a mão de obra por ser abundante é desvalorizada e a carga horária muitas vezes extrapola a normalidade. “As águas quentes são para Caldas Novas o que as praias são para o litoral: essencial!”, diz Ricardo Pureza, gerente de marketing e vendas dos Jardins da Lagoa, ligado a um dos clubes mais tradicionais da cidade. Todavia, acredito que mais importantes que as águas termais da cidade são as pessoas que nela vivem e fazem sua economia girar.

Assim como eu, parte da população se mostra contrária, uma vez que a satisfação do turista é colocada em primeiro plano, esquecendo-se dos residentes locais, que em época de alta temporada são submetidos a dias sem água encanada já que ela é direcionada a hotéis e clubes, que segundo o portal Caldas web, recebem anualmente cerca de 1,5 milhão de pessoas.

É bem verdade que o turismo movimentava economicamente a cidade, o problema está nas inúmeras consequências maléficas que o mesmo gera, como por exemplo, o espantoso crescimento demográfico. Em 1991 havia 24.000 habitantes, hoje esse número aumentou para aproximadamente 70.000, o que resultou num agravante de proporção nacional o crescimento desordenado. Notam-se loteamentos irregulares, casas e hotéis em áreas de preservação ambiental e próximos ao aterro sanitário.

É perceptível que os empresários e as autoridades locais se preocupam apenas com os investimentos lucrativos que o turismo pode propiciar e menosprezam necessidades

básicas da população, como o saneamento básico (apenas 25% do esgoto é coletado), a saúde e a educação.

E se política é a arte de governar, nossos “artistas” estão um tanto quanto omissos a respeito de suas obras, porque está claro que assim como cresce o número de visitantes que a cidade recebe, também os problemas administrativos têm aumentado assustadoramente por conta da atividade turística, com uma analogia simplória explica-se a necessidade dos caldaenses: “Não dá para receber visitas com a casa desarrumada e o dono insatisfeito”.

Não sou contra o turismo, mas sim como ele é desenvolvido particularmente em Caldas Novas, beneficiando as pessoas de fora em detrimento dos moradores locais; além disso é perigoso para a cidade ser tão dependente de apenas um segmento econômico, pois se, por algum motivo (assim como o surto de dengue de 2008), os turistas optarem por outro destino todos serão fortemente atingidos. Assim a diversificação econômica é necessária.

Portanto, o capital proporcionado pelo turismo é importante, entretanto tenho plena convicção de que as necessidades básicas, os valores éticos e a dignidade da comunidade são mais importantes, como também uma administração consciente e preparada para usar os mecanismos de que necessitamos para desfrutarmos das tão apreciadas águas quentes com responsabilidade e justiça. “Logo, o dono da casa estará feliz em receber visitas e as esperará mais vezes”.

A6 Desenvolvimento? (2010) – Pedra Lavada PB (RDC)

No Brasil, a cada dia tornou-se comum a ocorrência de problemas ambientais de várias ordens. Na Cidade de Pedra Lavada, no interior da Paraíba, ultimamente não tem sido diferente. No momento, a maior preocupação dos habitantes é com relação à empresa mineradora “Elizabeth”, que há quase uma década, vem explorando as riquezas minerais do município, principalmente o cianeto, matéria-prima utilizada na fabricação da cerâmica e da porcelana.

No período de implantação dessa mineradora aqui na cidade, governantes e empreendedores afirmavam que a empresa só traria desenvolvimento para o município, benefícios para a população, oportunidade de empregos para muitos jovens, aumentando assim, a renda das famílias e conseqüentemente, trazendo lucros para os cofres públicos.

Entretanto, podemos afirmar que não tivemos apenas benefícios, as conseqüências desastrosas logo começaram a surgir com mais rapidez e intensidade do que se esperava. A instalação da fábrica para a extração das pedras brutas resultou numa série de problemas ao meio ambiente, como desmatamento de uma enorme área de vegetação nativa, fuga de animais e aves silvestres, poluição de açudes, do solo e do ar.

Com o passar do tempo, essa trágica situação se agravou cada vez mais. Hoje, as casas do centro da cidade e as que ficam nas proximidades dessa fábrica encontram-se com a estrutura comprometida, devido aos abalos provocados pelas enormes explosões para a retirada das pedras. Isso sem falar na poeira que é lançada sobre a cidade, além dos produtos químicos provenientes do material explosivo.

Um outro problema resultante desse empreendimento são as péssimas condições das estradas que servem de acesso para o transporte do material. Devido ao peso transportado pelas carretas, as estradas que já não tinham manutenção, só pioraram. Embora a população se sinta prejudicada, ela se cala, pois as várias denúncias feitas à justiça não foram atendidas, e a empresa continua agindo da mesma forma.

É certo que outras empresas mineradoras já se instalaram antes no nosso município, mas nenhuma delas com o porte da Elizabeth. Por isso não danificavam tanto o meio ambiente como a atual vem fazendo. À medida que ela vai se expandindo para outros pontos do município, vão também aumentando os problemas locais.

Para essa empresa não continuar causando tantos impactos ambientais, os moradores esperam que ela invista em projetos ambientais, sociais e culturais, além de disponibilizar meios reparadores para as famílias prejudicadas e oferecer melhores condições de saúde e de segurança aos seus trabalhadores. Não é certo que a população se prejudique tanto para que uma grande empresa se beneficie, enriquecendo cada vez mais.

Ao meu ver, não há necessidade de uma empresa destruir tanto nossas riquezas naturais, além da nossa história. Se não agirmos enquanto é tempo, a Serra dos Albinos e o Picoto, nossos patrimônios naturais mais belos, serão destruídos.

Por outro lado, sei que a nossa população precisa de uma renda fixa e nosso município de desenvolvimento, mas é necessário, e urgente, a execução de projetos que visem à valorização de bens culturais, sociais e ambientais, equilibrando, assim, desenvolvimento e natureza.

Resta-nos, portanto, esperar que as autoridades ajam, encontrando de fato soluções que preservem nossa história, e nossos bens naturais, uma vez que, a população deseja, sim, o desenvolvimento do município, mas também melhor qualidade de vida.

A7 O problema que ofusca o brilho (2010) – Limeira SP (TCR)

Localizada no interior do Estado de São Paulo, Limeira já foi muito conhecida por ser a capital da laranja e por abrigar a primeira fazenda que recebeu imigrantes como trabalhadores no final do século XIX. Com o passar dos anos, os setores que sustentam a economia de Limeira mudaram, e hoje a cidade tornou-se a capital da joia folheada.

Grande parte da população da cidade trabalha e sustenta suas famílias com a fabricação de bijuterias, que inclui solda, montagem e banho (tratamento químico que dá brilho às peças), com a comodidade de serem montadas em fabriquetas de fundo de quintal e banhadas em grandes ou pequenas empresas, clandestinas ou legalizadas.

No entanto, uma questão muito discutida aqui é o impacto ambiental causado principalmente por empresas não regularizadas, geralmente situadas em bairros da periferia da cidade. Por não terem condições básicas de funcionamento e pela ganância dos proprietários que só visam ao lucro e não tratam seus resíduos químicos, despejam tais substâncias, provenientes do processo produtivo dos folheados, diretamente no esgoto de Limeira. Como consequência disso, as águas fluviais da cidade apresentam grande quantidade de metais pesados, como cromo, níquel, cobre e chumbo – um risco para a saúde e o bem-estar dos cidadãos, que, em contato com esses metais, podem ser acometidos de problemas gastrintestinais, anemia, danos no sistema nervoso central, disfunção renal, entre outros.

Entretanto, são essas empresas poluidoras que mais empregam a população humilde da cidade, que por ter poucos recursos de renda e educação aceita trabalhar nessas fábricas, mesmo correndo riscos de contaminação, muitas vezes sem registro em carteira de trabalho e sem direitos básicos como décimo terceiro salário e licença-maternidade.

Já os proprietários alegam que os custos para o tratamento e regularização da empresa são altos, assim como as exigências para a legalização são absurdas, inviabilizando a produção.

De acordo com a Associação Limeirense de Joias (Aljoias), o custo para o tratamento de resíduos químicos é viável, até mesmo para as pequenas empresas, e o rigor é necessário para a legalização, já que esse setor expõe as pessoas a alto risco, direta ou indiretamente.

Do meu ponto de vista, deve-se investir em projetos educacionais de formação profissional para que esses trabalhadores possam competir no mercado de trabalho e exigir seus direitos. Também é necessário fiscalizar com eficácia, punir e até mesmo promover o fechamento dessas empresas que não tratam seus resíduos e, portanto, desobedecem às leis ambientais. Consequentemente, com a regularização e a profissionalização dos trabalhadores desse setor, a economia, a saúde dos cidadãos e a infraestrutura de Limeira melhorarão.

Todos querem brilhar: ao comprar uma joia folheada, os consumidores querem brilhar; as empresas, ao crescerem, gerarem empregos, aumentarem seus lucros, querem brilhar; o município quer aumentar os índices de desenvolvimento, e, portanto, também quer brilhar. Mas não podemos permitir que as nossas águas percam o brilho, afetando a saúde da população.

É claro que as medidas citadas não irão solucionar todos os problemas dos limeirenses com relação a essas empresas, mas, pelo menos, a tentativa para resolvê-los vale; afinal de contas, como dizia Karl Marx, sociólogo alemão, de nada valem as ideias sem homens que possam pô-las em prática.

A8 A favor da memória (2012) - Pombal PB (PVQ)

Recentemente uma questão polêmica surgiu em minha cidade, Pombal, Paraíba: a chaminé da fábrica da Brasil Oiticica deve ou não ser derrubada? A questão divide opiniões. Após quase três décadas de aparente esquecimento e indiferença por parte da sociedade, a compra do terreno da extinta Brasil Oiticica e a destruição das instalações da indústria, que não atingiu a chaminé por intervenção de alguns cidadãos, acenderam um debate entre os pombalenses em torno do que realmente é importante para o desenvolvimento e para a história da nossa comunidade.

Instalada na década de 1930 em Pombal, a filial da Brasil Oiticica exportou óleo de oiticica para ser utilizado na produção de armamento na II Guerra Mundial. Inovadora na sua época, a empresa fundou, além de uma escola para os filhos dos operários, um time de futebol e proporcionava nos fins de semanas saraus e bailes para a comunidade. Um grande marco na memória coletiva é a sua sirene, que, em determinados horários, sinalizava a entrada e a saída dos trabalhadores e que funcionava como referência de horário para toda a população, sendo comparada ao relógio londrino. Contribuiu, de forma decisiva, para o desenvolvimento da economia na época, garantindo emprego e renda para muitas famílias sertanejas. Em 1987, sua falência foi declarada.

Diante de tão significativa contribuição econômica, histórica e, por que não dizer, cultural, seria justo demolir a chaminé? O argumento mais comum entre aqueles que se opõem à sua preservação é que o terreno ocupado por ela, uma área pequena, poderia ser usado para a construção de empreendimentos econômicos, inclusive valorizando o bairro onde está localizada, que é periférico e marginalizado. No entanto, a preservação da chaminé poderá trazer benefícios econômicos e valorização do bairro, caso seja transformada em um ponto turístico. O que pode ser comparado à chance das gerações futuras de verem de perto um monumento que represente a história do nosso povo ou ao orgulho de ter uma das cinco chaminés desse modelo existentes no mundo?

Há ainda aqueles que argumentam que não se deve preservar algo que, de certa forma, contribuiu, mesmo que indiretamente, para a II Guerra Mundial. Ora, dessa forma,

grandes monumentos históricos que tiveram relação direta com barbáries deveriam ser demolidos. Só para citar dois exemplos: o Coliseu, palco de espetáculos degradantes – na sua inauguração, os “jogos” lá realizados causaram a morte de 9 mil animais e 2 mil gladiadores; e o Muro de Berlim, que dividiu as Alemanhas Ocidental e Oriental – a parte do muro preservada é hoje o ponto turístico mais visitado da Alemanha.

A chaminé, de uma forma ou de outra, interferiu em nossa vida. Todo pombalense tem um parente ou um conhecido que, ao relembrar aquele tempo, cita algo relacionado à Brasil com nostalgia. Segundo Sônia Regina Rampim Florêncio, coordenadora de educação patrimonial do Iphan, “a partir da memória e da cultura local, as pessoas começam a se sentir pertencendo ao local, portanto recomeçam a resgatar uma memória coletiva, e isso gera um processo de autoestima na comunidade, que é fundamental para escolher os caminhos do desenvolvimento daquele lugar”. Ela ainda afirma que “não se valoriza somente o que se conhece, mas também o que a gente se sente pertencendo”. Partindo dessa afirmação, pode-se concluir que a chaminé deve ser preservada, pois nossa história está ligada a ela. Ela nos pertence.

Tenho a convicção de que a chaminé deve permanecer erguida não para relembrar apenas a história da empresa Brasil Oiticica, mas para manter viva a memória de uma época tão importante para o povo de Pombal.

Não se prega tanto o desenvolvimento sustentável preservando a fauna e a flora, por que também não preservar a nossa história? É certo que para se transformar em patrimônio histórico e cultural, ainda segundo Sônia Regina Rampim Florêncio, “é necessário que haja ações educativas para haver um reconhecimento do patrimônio como nosso, pois o patrimônio histórico-cultural pertence à comunidade e cabe a ela julgar relevante ou não sua permanência”. Portanto, é importante que a comunidade se mobilize para garantir à chaminé a condição de patrimônio histórico material imóvel de nossa comunidade, para que se mantenha viva, na memória coletiva, a lembrança de um caminho percorrido e para firmarmos nossas raízes.

A9 Natal: Noiva do Sol, Amante da Prostituição (2012) – Natal RN (TCN)

É evidente o motivo pelo qual a cidade de Natal é conhecida como Noiva do Sol. Tudo se deve às belas praias aqui existentes, ao céu quase sempre ensolarado, ao clima quente e convidativo. O inimaginável, no entanto, é o que se esconde à noite nessas mesmas praias: o turismo sexual, que dá à cidade a alcunha de Amante da Prostituição.

Nas praias, às sombras dos coqueiros, há mulheres e até garotas – pasmem! – à espera de que os turistas, principalmente os estrangeiros, venham procurá-las. Uma realidade vergonhosa não somente para os habitantes daqui, como eu, mas para todos os brasileiros. Sendo assim, é coerente questionar: “Por que a indústria do turismo sexual tem um crescimento exponencial que desafia toda sorte de organizações, bem como o poder público?”.

O “prostiturismo” é, muitas vezes, estimulado pela nata natalense: donos de hotéis, de agências de turismo, de empresas de táxi, todos lucram com a prática, chegando até a anunciá-la mundo afora. Por mais inacreditável que pareça, os cartões-postais da cidade, agora, vão além do Morro do Careca e, à proporção que a publicidade aumenta, crescem também as sórdidas estatísticas. Segundo uma pesquisa do Unicef, a exploração sexual está presente em 930 centros urbanos brasileiros, dos quais 436 são cidades nordestinas, sendo Natal a líder, paraíso do sexo fácil.

É muito comum ouvirmos comentários de que a culpa da prostituição é das próprias mulheres submetidas a essa vida. No entanto, dificilmente é citada a maior causa, provavelmente, de muitas se iniciarem nessa profissão: a sobrevivência. Uma pesquisa realizada pelo setor de ciências humanas da UFRN constatou que as mais movimentadas zonas de prazer, entre as 29 já conhecidas pela polícia civil no município, são a Rua do Salsa e a Avenida Roberto Freire, ambas situadas em um dos bairros mais nobres da cidade, onde boa parte dos turistas/clientes se hospeda.

André Petry, renomado jornalista, em artigo para a revista Veja, defende a regulamentação da prestação de serviços sexuais como profissão efetiva, dizendo ser essa a única maneira de retirar as prostitutas da míngua. Em minha opinião, essa não é a solução mais viável, pois não basta dar condições de trabalho a quem usa a prostituição como meio de sobrevivência. O que deveria ser defendido era a abolição desse tipo de serviço, posto que é visto pela maioria como algo degradante e que fere a dignidade de quem o pratica. Vale ressaltar também que tal prática se associa concomitantemente à violência e ao uso de drogas, o que é confirmado pelos dados da pesquisa da Associação dos e das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte (Aspromn). Segundo ela, mais da metade das prostitutas utilizam algum tipo de psicoativo, entre os quais estão o álcool, o crack e a cocaína. Além disso, essa mesma parcela já sofreu ou infligiu algum tipo de violência. Um dado arbitrário à ética.

Infelizmente, diante dessas circunstâncias está o descaso de parte da sociedade natalense e do poder público para com a problemática. Penso que esse desinteresse se dá devido à relação direta que a cidade de Natal tem com a indústria do turismo sexual. E, em razão de o turismo ser a principal atividade econômica da capital, o raciocínio é simples: garotas de programa atraem visitantes, que, por sua vez, injetam dinheiro na economia.

A prostituição é um problema de ordem social e coletiva e, nesse contexto, é preciso a formação de uma aliança entre os cidadãos potiguares e as instituições públicas responsáveis no intuito de que sejam elaboradas medidas que evitem a entrada de novas mulheres e jovens nesse mercado ilícito, tais como a fundação de mais escolas técnicas, no ímpeto de profissionalizá-las.

Outra medida a ser tomada seria a fiscalização do prostiturismo pela polícia, além da intensificação do cumprimento das leis que combatem a questão. Sendo assim, unidos – Estado e sociedade –, possivelmente poderemos evitar a consolidação do título de Amante da Prostituição e invalidar o dito do grande mestre Câmara Cascudo de que o potiguar só está de acordo se for para ouvir ou narrar anedotas.

A10 Entre sabores e dissabores (2014) – Nazaré BA (CGC)

Sou moradora da zona rural de Nazaré, município do Recôncavo Baiano, reconhecido por produzir uma inigualável farinha de mandioca, símbolo da tradição de nossa terra e responsável por conferir à cidade a alcunha de “Nazaré das Farinhas”. Entretanto, na contramão do indiscutível sabor encontra-se um problema que pode ameaçar o nosso produto de firmar-se como referência nacional: a falta de higienização das casas de farinha.

No ano de 2011, a Universidade Federal do Estado (UFBA), a fim de contribuir para a Indicação Geográfica (IG) desse produto agrícola, iniciou na região, juntamente com alguns parceiros, um projeto do qual eu fiz parte como bolsista de Iniciação

Tecnológica (IT), tendo a função de colaborar para o mapeamento de informações acerca do processo de produção da farinha.

À medida que as pesquisas avançavam, foi possível constatar a negligência com a higiene durante a fabricação do produto, em decorrência de fatores como: a estrutura das casas de farinha não impede a circulação de animais durante a raspagem, moenda e torrefação da mandioca; no geral, as raízes não são lavadas; os trabalhadores não usam camisas, luvas, toucas ou máscaras, facilitando o contágio do produto com bactérias e vírus; sem contar que, na maioria dos casos, os locais para o armazenamento após a torragem da farinha são inadequados.

Quando questionados a respeito dos problemas supracitados, os donos de casas de farinha alegaram não ter condições de melhorar esses aspectos diante da falta de recursos financeiros para as reformas necessárias e do excessivo calor, que dificulta sobremaneira o uso de vestimentas e acessórios apropriados.

Compreendo as dificuldades dos produtores; todavia, como atribuir o selo IG a um produto que está em desacordo com as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)? E ainda: onde fica o zelo pela saúde do consumidor?

Segundo o nutricionista Ícaro Cazumbá (também membro da equipe de pesquisa), embora haja ressalvas no que se refere aos métodos de produção da farinha, essa não é a questão mais preocupante – em virtude de a alta temperatura do forno eliminar toda impureza –, mas a sua conservação até chegar à mesa do consumidor. Diante de tantos fatores negativos, preferi não arriscar e aboli a farinha do meu cardápio.

Que fique claro que eu não estou fazendo nenhuma campanha contra a nossa farinha, apenas defendo o direito do consumidor à informação acerca do produto que irá comprar. Espero um dia voltar a me deliciar com a saborosa iguaria da minha terra; antes, porém, preciso sentir-me segura de que as condições mínimas de higiene estão sendo respeitadas.

Como cidadã nazarena e apaixonada por esta terra, cultivo o desejo de que haja maiores iniciativas governamentais voltadas para as casas de farinha, valorizando os produtores e incentivando-os a buscar melhorias através de cursos, palestras, financiamentos ou empréstimos para reformas e compras de novos equipamentos; enfim, meios que possibilitem à nossa tradicional farinha, a joia do recôncavo, tornar-se ainda mais notável por sua qualidade e excelência.

A11 Há lagoas? (2014) – Maceió AL (PHSBA)

Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara formam uma trinca difícil de bater. Por consequência disso o maior patrimônio de nossa cidade a lagoa Mundaú (o nome certo é laguna já que a mesma tem ligação com o mar) é a cada dia mais vilipendiada pela população e governo maceioense que subestima seu potencial turístico e econômico. Como fomos deixar o lugar que, segundo estudo do Instituto do Meio Ambiente (IMA), já foi o hectare mais rico em proteína animal do planeta, mal conseguir sustentar famílias de pescadores que ainda dependem dela?

Após um estudo realizado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pesquisadores chegaram à conclusão que no decorrer dos próximos cem anos, a Mundaú deixará de ser habitada por peixes moluscos e crustáceos e passará a abrigar pequenos répteis e espécies de aves, pois com o contínuo depósito de sedimentos em seu leito o corpo d'água se tornará um pântano. O principal causador da aceleração desse processo que é natural, é o homem. O desmatamento das matas ciliares da bacia hidrográfica do principal afluente (e que dá nome à laguna) – o rio Mundaú – é de total responsabilidade

das cidades e fazendas ribeirinhas que põem abaixo essa barreira natural de sedimentos, e que ajuda também a conter enchentes como as do ano de 2010 que arrasaram toda essa região deixando milhares de desalojados e cerca de vinte e quatro mortos. Mesmo com o perigo constante de a tragédia se repetir, os moradores dos municípios ribeirinhos se recusam a sair alegando que não têm para onde ir sendo que o governo do Estado disponibilizou milhares de casas que fizeram parte da reconstrução das cidades destruídas pela cheia.

Com cerca de vinte e sete quilômetros quadrados de extensão a laguna Mundaú banha vários municípios, inclusive o de Maceió onde nove bairros a margeiam. Cresci num desses bairros, o bairro histórico de Bebedouro. Desde pequeno sempre ouvi minha família falar na decadência da produção de peixes e principalmente de sururu, molusco extremamente vinculado à identidade do alagoano e que antigamente era retirado em abundância de suas águas. Tal molusco precisa de certo nível de salinidade da água para poder se desenvolver, porém a água da laguna, que é naturalmente salobra, está ficando cada vez mais doce devido a obstrução de seus canais por causa do assoreamento, que impede assim a ligação dela com o mar. Além disso, existe outro fator para a diminuição da qualidade da água e conseqüentemente a queda na produção de peixes crustáceos e moluscos, a poluição, tendo em vista que as cidades que margeiam tanto a lagoa quanto rio Mundaú não estão 100% cobertas pela rede de coleta e tratamento de esgoto e uma quantidade considerável desses dejetos é despejada diretamente no próprio rio e conseqüentemente vão parar na laguna, agravando ainda mais a sua situação, que além disso, ainda recebe esgoto de Maceió e cidades vizinhas.

O Governo Estadual adota medidas de cunho emergencial. Entretanto, a dragagem feita nos canais não passa de uma medida de efeito temporário. Uma alternativa viável para sanar por completo esse problema, seria a constante dragagem de toda a lagoa em conjunto com a retirada dos ribeirinhos das áreas de várzea, para proporcionar o reflorestamento das matas ciliares do rio Mundaú. Infelizmente a falta de vontade política é o maior entrave para que isso aconteça tendo em vista que o nosso Estado é dominado política e economicamente por usineiros e fazendeiros, que seriam os principais maleficiados se o reflorestamento viesse a acontecer já que perderiam milhares de hectares de plantio da cana e pasto, para as novas matas.

Promover o reflorestamento e a conscientização da população e do governo quanto à poluição, é de suma importância para manutenção da vida desse complexo estuário que é um dos mais importantes do país, porém com o resultado das eleições apontando o filho de um representante da elite como o próximo governador do Estado, minha esperança de um dia ver a lagoa Mundaú que meus avós me falavam se esvai como as suas águas corriam para o mar.

A12 O oxente e o ok (2014) - São Gonçalo do Amarante CE (JMAC)

Com a chegada do complexo industrial e portuário do Pecém, a nossa cidade, São Gonçalo do Amarante, recebe pessoas de todo o Brasil e até do exterior. Cada um traz consigo a cultura, o jeito de ser e de falar. A mistura de sotaques e o uso de termos “estranhos” já são bem visíveis. O problema é que os que chegam aqui acreditam que falamos errado e os moradores acham que o erro está no modo como os recém-chegados falam. Uma briga em que não há ganhadores, muito menos perdedores.

A língua falada não é estática, imóvel; ela é viva e bem dinâmica. A prova disso é que antes mesmo da colonização já havia variantes da fala no Brasil. Com a chegada dos portugueses, africanos e, posteriormente, outros povos, a variedade da nossa fala

passou a ter dimensões nacionais. Por isso, eu penso que a polêmica sobre o certo e o errado acerca de como se deve falar aqui é uma discussão sem fundamento. O preconceito linguístico é um equívoco, e tão nocivo quanto os outros. Segundo Marcos Bagno, especialista no assunto, dizer que o brasileiro não sabe português é um dos mitos que compõem o preconceito mais presente na cultura brasileira: o linguístico. Ele diz ainda que a confusão se faz entre a língua e a gramática normativa, que não é língua, mas apenas uma descrição parcial dela. E que, se o domínio da norma-padrão fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social. Na minha opinião, a norma-padrão deve ser ensinada, é uma competência importante para a cidadania, mas não deve dividir as pessoas em dois grupos: os que sabem e os que não sabem falar direito. Julgar uma pessoa pela forma como ela fala é uma atitude insensata.

Estima-se que o número de habitantes da nossa cidade será triplicado em uma década. Isso já é motivo suficiente para que todos compreendam que haverá outras maneiras de dizer, sem que ninguém seja melhor ou pior. Quem chegar a um restaurante da cidade e pedir aipim vai comer uma deliciosa macaxeira, herança dos Anacés – primeiros habitantes de São Gonçalo do Amarante. As nossas cuias de guabiraba terão de conviver bem com as cuias de chimarrão. “Não troco o meu oxente pelo ‘ok’ de ninguém”, disse o saudoso Ariano Suassuna, defendendo a sua fala regional. Mas ninguém precisa trocar nada. Ninguém precisa, nem deve abrir mão da sua variante linguística. Fazê-lo é hipocrisia, a fala é a história da nossa vida, do nosso tempo e do lugar onde vivemos.

O nosso município é um dos que mais crescem no Brasil, mas não queremos crescer apenas economicamente, não queremos ser um povo vazio de tolerância e de conhecimento no que diz respeito a esse misto de falantes, a essa riqueza imaterial. O nosso oxente é tão correto e maravilhoso quanto o ok de quem vier. Eu não vou deixar de ser eu mesma se alguém me chamar de menina ou guria. Além disso, quando se estigmatiza uma pessoa, prestigia-se outra, originando uma exclusão social.

Diante desse intenso movimento migratório que estamos vivendo, a decisão mais sábia é acatar todo “uai”, “oxente”, “tchê” e por que não o “ok”. Agora, somos todos são-gonçalenses, igualmente brasileiros.

A13 Passado que não passou (2014) – Barbacena MG (GSC)

Virou museu, livro, festival. Só não virou passado. Barbacena, entre uma ladeira e outra de Minas, dificilmente é separada do seu passado como casa da loucura brasileira. Foi abrigo de vários hospitais psiquiátricos, como o famoso Colônia, palco de mais de 60.000 mortes numa época em que ser triste era ser louco. As fortes cenas de internos dormindo no chão, já que entre cama e concreto não havia diferença, indigentes num lugar que deveria ser o caminho para a recuperação e que foi, no melhor dos casos, o caminho mais curto para o fim de tantas vidas, são, agora, história, literatura, reflexão e debate na sociedade local. Porém, a cada quatro anos, temos uma dose de insanidade para nos lembrar de nossa dolorosa alcunha.

O jornalista Hiram Firmino comenta, no livro *Nos porões da loucura*, sobre os alicerces dos centros psiquiátricos – plataformas de deputados, prefeitos, secretários e diretores. As diretrizes dos tratamentos em Barbacena eram formadas a partir de interesses econômicos e eleitorais, dificilmente tendo em vista o real avanço da saúde pública e da humanização dos pacientes. Milhares de corpos eram vendidos para os cursos

de medicina, já que cadáveres não faltavam nos hospícios, mas sim médico, apoio, investimento. Faltava boa vontade dos governantes. Homens, mulheres e crianças eram internados porque bebiam demais, namoravam demais, choravam demais, e as instituições aceitavam, porque políticos e diretores lucravam demais. E os barbacenenses, de berço ou de coração, não estamos muito longe dos protagonistas desse drama.

Num trecho do livro *O grande mentecapto*, de Fernando Sabino, o herói Viramundo é questionado por um morador de Barbacena se é biista ou bonifacista. Seria alheio ao enredo da loucura não fosse o fato de Viramundo ter sido internado como louco, não fosse o fato de que biista é quem vota na família Bias Fortes e bonifacista é quem vota na família Bonifácio Andrada. O ponto aqui é que as famílias Bias Fortes e Bonifácio Andrada ainda são as duas grandes vertentes da política local. Não subo, porém, no palanque da oposição contra as duas famílias; o que exponho é que não somos capazes de sair do script já tão bem conhecido de alternância de poder, em que até as divergências começam a convergir.

Que a psiquiatria viveu maus momentos aqui não há dúvida, mas Barbacena não é só o porão da loucura brasileira. A cidade também é das rosas, do povo mineiro que acolhe todos os anos mais de 150 jovens, meninos ainda, de todo o Brasil, que vêm para cá em busca do sonho de se tornarem oficiais aviadores e encontram aqui os seus novos lares. Não sou mineiro, mas sou filho adotivo de Barbacena – que de madrasta não tem nada. Não só o Hospital Colônia, não só o holocausto brasileiro: Barbacena é seu povo e a história de cada um que aqui vive ou viveu, loucos ou sãos, esta é BQ, a Barbacena Querida. É por isso que o nosso dever é sermos lúcidos. O passado já mostrou que não existe riqueza neste mundo que pague o preço do descaso. É esse descaso que precisamos analisar, já que o que aconteceu não foi só fruto de uma medicina precária, mas de uma política de má fé que temo perdurar até hoje por aqui.

Seja Andrada, Bias, ou Viramundo, o que Barbacena precisa é de um povo que, cansado da loucura a nós imposta, vote com a consciência dos que se recusam a aceitar a senilidade como cultura. Observemos o que Saramago expõe em seu romance *Ensaio sobre a lucidez*: a ideia de uma conscientização autônoma da população frente ao poder político. Uma comoção sem arma, sem luta, sem loucura. Uma comoção sã, de fazer da urna a extensão da força de um povo guerreiro. E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvida: sou filho adotivo de Barbacena, cidade de subidas intermináveis e pessoas memoráveis. Sou filho da cidade das rosas, do céu mais bonito que já vi. Louco eu seria se não visse beleza no “trem” de Minas, como no “meu” do meu berço paulista. Talvez sejamos todos um pouco loucos, mas é uma loucura de querer sorrir – a tristeza já morou por muito tempo em nossa cidade e está convidada a se retirar.

A14 Alguma coisa acontece em Sampa (2016) – São Paulo SP (PFA)

Sempre que ando pelas ruas da minha cidade sou despertada de um sonho por sentimentos contraditórios: o deslumbre e a decepção. Quem nasce na periferia desta célebre metrópole acaba criando uma imagem idealizada do centro, já que São Paulo tornou-se, ao longo das últimas décadas, cenário de novelas de sucesso e de campanhas publicitárias. Por um lado, um perfeito retrato do progresso: edifícios suntuosos, comércio fervilhante, shoppings e monumentos históricos. Por outro, desrespeito ao meio ambiente,

problemas sociais e dinheiro público sendo empregado, muitas vezes, em obras urbanísticas mal planejadas e executadas.

O Elevado Presidente João Goulart, antigamente batizado como Costa e Silva, é um dos exemplos de grandes construções que provocam divergências a respeito de sua utilização e importância para o deslocamento urbano. Mais conhecido como Minhocão, ele possui 3,4 quilômetros de extensão e foi inaugurado em 1971, durante o mandato de Paulo Maluf (1969-1971), para fazer parte da ligação Leste-Oeste. Suas quatro faixas começam no bairro de Perdizes e terminam na Praça Roosevelt.

Antes mesmo de ser erguida a primeira viga, o projeto não foi bem recebido pela população devido aos impactos negativos à região, principalmente no que se refere à desvalorização imobiliária e comercial. Além disso, a Avenida São João, que tanto inspirou o compositor Caetano Veloso na homenagem a São Paulo na canção “Sampa”, foi praticamente sufocada por tanto concreto suspenso. Nos versos: “... É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi / Da dura poesia concreta de tuas esquinas...”, se revela o desencanto de um baiano recém-chegado, o próprio Caetano, diante da realidade urbana. Isso porque há inúmeras reclamações acerca da poluição sonora e da do ar, visto que, em alguns trechos, as janelas estão a cinco metros de distância da construção, fato que gera danos à saúde e à qualidade de vida dos habitantes dos arredores.

Apesar dos transtornos, o elevado é defendido veementemente por quem o atravessa diariamente de carro em direção ao trabalho. Seguindo a uma velocidade constante e com os vidros fechados, praticamente não é possível reparar em buracos, ruídos, ambulantes, pedestres, usuários de drogas e desabrigados. Todavia, logo abaixo do elevado, esses elementos tomam forma e o descaso ressurgiu aos olhos de todos. Sem falar nos constantes congestionamentos durante o horário de pico.

O Minhocão representou, durante algum tempo, uma forma de atender às necessidades de mobilidade dos paulistanos. Porém, a crença de que ele é indispensável para atravessar a cidade e de que está intrinsecamente vinculado à mobilidade urbana dos paulistanos não pode ser mantida, considerando-se a tendência das grandes metrópoles de investirem cada vez mais em ciclovias e transporte coletivo visando menor impacto ambiental. Também, de acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), circulam pela via aproximadamente 6.000 veículos nos horários mais movimentados, o que poderia ser facilmente realocado pelas avenidas do entorno ou por outras regiões.

Haja vista que o fechamento do Minhocão aos domingos, aos sábados a partir das 15 horas e de segunda à sexta-feira depois das 21h30, vem sendo aproveitado de forma totalmente espontânea pela população como um ambiente de lazer e descontração. Com isso, muitos indivíduos defendem a transformação definitiva desse espaço em um parque.

Entendo, portanto, que a readequação do Elevado em um parque é a melhor escolha, pois demolir representaria mais gastos aos cofres públicos e manter a situação como está não seria benéfico aos moradores da região. São Paulo é multifacetada: pode ser cinza ou colorida, triste ou cheia de vida, calma ou dinâmica. Conforme os versos de Caetano: “... Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas / Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços...”, nós merecemos uma cidade mais limpa e com paisagem mais aprazível.

A15 O palco Caldas Country além dos shows e águas quentes (2016) – Caldas Novas GO (CFMC)

Pessoas de todas as partes do Brasil lotam a minha cidade durante o ano inteiro. O lugar onde moro é um dos maiores centros turísticos do Centro-Oeste, devido às águas quentes

e à infraestrutura de hotelaria. As reservas naturais de águas termais fomentam a economia e favorecem a realização de grandes eventos em Caldas Novas. Porém, esse contexto de entretenimento, alimentado por grandes shows do segmento sertanejo universitário, tem causado muitos problemas à população.

O transtorno se deve à festa mais aguardada por aqueles que já se tornaram visitantes assíduos: o Caldas Country. Com mais de 30 horas de música, o evento reúne cerca de 50.000 pessoas por dia, todas ligadas a um só gênero musical. Sua fama teve alcance além das fronteiras da música brasileira e alcançou Estados Unidos, Paraguai, Uruguai e Argentina, o que lhe rendeu o título de maior festival de música sertaneja do mundo.

Além de superlotar os diversos camarotes e pistas de dança, os turistas hedonistas se relaxam nas piscinas de águas quentes. Entretanto, deixam a sujeira, trabalho com carga horária abusiva e a tão temida falta de água: chegamos a ficar dias sem água nas torneiras, porque ela é direcionada para os clubes e parques aquáticos. Outros serviços, como coleta de lixo e limpeza das ruas, ficam comprometidos nos bairros periféricos, e, outro problema, ainda, a dificuldade de locomoção, ir ao banco, à farmácia ou ao mercado no centro da cidade, fica impossível, a cidade fica intransitável, o que de certo modo cerceia o nosso direito de ir e vir.

Levando em consideração a expectativa que muitos ainda têm em relação à nossa região, penso que devemos visar o que a nossa cidade ainda tem a oferecer aos demais. Somos conhecidos pela qualidade dos nossos eventos e acomodações, mas onde está essa qualidade quando o assunto é a vida da nossa população? É possível equilibrar as duas coisas, receber grandes eventos sem causar danos aos moradores?

Apono que sim. Acredito que devemos discutir, talvez por meio de audiências públicas, os pontos negativos do Caldas Country e propor saídas que visem adequá-lo ao bem-estar social da população.

Ressalto que, no lugar onde vivo ocorrem problemas que não têm perspectiva de serem resolvidos a curto prazo, pois a maioria dos habitantes enfrenta essa realidade com resignação, onde os políticos não apresentam interesse em bastar essa problemática costumando defender as regalias minoritárias de hoteleiros e empresários. Se houver interesse da sociedade civil organizada e da administração pública, podemos buscar juntos, isto é, por um viés democrático, o equilíbrio entre o que se entende por nossa vocação turística e pela garantia dos direitos daqueles que aqui moram e fazem a cidade funcionar – não apenas nos dias de festas –, pois o palco maior, que é nossa cidade, não pode ser ofuscado pela espetacularização da indústria do entretenimento, que beneficia alguns grupos e ignora o bem-estar da população, que é um direito universal.

